



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL**

SAIMON LIMA DE BRITTO

**O PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA NO ANTIGO NORTE GOIANO E A
INTERIORIZAÇÃO DAS LIGAS CAMPONESAS**

Porto Nacional – TO
2020

SAIMON LIMA DE BRITTO

**O PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA NO ANTIGO NORTE GOIANO E A
INTERIORIZAÇÃO DAS LIGAS CAMPONESAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins, campus Porto Nacional, como requisito para aprovação e obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira

Porto Nacional – TO
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

L732p Lima de Britto, Saimon .
O PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA NO ANTIGO NORTE GOIANO
E A INTERIORIZAÇÃO DAS LIGAS CAMPONESAS. / Saimon Lima de
Britto. – Porto Nacional, TO, 2020.
127 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação
(Mestrado) em Geografia, 2020.
Orientador: Elizeu Ribeiro Lira

1. Ligas Camponesas. 2. Reforma Agrária. 3. Antigo Norte Goiano. 4.
Golpe Civil-Militar de 1964. I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

SAIMON LIMA DE BRITTO

**O PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA NO ANTIGO NORTE
GOIANO E A INTERIORIZAÇÃO DAS LIGAS CAMPONESAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Geografia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 17/04/2020

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira (Orientador), UFT



Prof. Dr. Roberto de Souza Santos, UFT



Profa. Dra. Fabiana Scoleso, UFT

Porto Nacional – TO
2020

Ao nosso Senhor Jesus Cristo por mais etapa vencida.

A minha avó Maria Reis Pereira Lima e a minha mãe Nora Núbia Pereira Lima, pela criação que me deram e pelo apoio incondicional, em memória.

Aos Camponeses, em especial das Ligas Camponesas, que bravamente lutaram pela realização da Reforma Agrária Nacional e por um país melhor e mais justo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao nosso Senhor Jesus Cristo por chegar até aqui e vencer mais essa etapa profissional em minha carreira. A Ele toda Honra e toda Glória.

Agradeço em memória a minha Avó Maria Reis Pereira Lima e a minha Mãe Nora Núbia Pereira Lima pela criação que me deram me mostrando que o lado certo é sempre o lado dos mais fracos e pelo apoio incondicional aos meus estudos.

A Universidade Federal do Tocantins e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional, pelo ensino público de qualidade.

Ao meu orientador Professor Doutor Elizeu Ribeiro Lira pelos ensinamentos científicos, pela paciência, pela humildade e pela amizade durante esses anos de orientação que se iniciou no PIBIC em 2013.

A minha noiva Marília Viana Miranda pelo apoio em todas as etapas da pesquisa, inclusive no importante trabalho de campo realizado na região sudeste do Estado do Tocantins que teve duração de treze dias, onde estive ao meu lado contribuindo veemente para a realização do mesmo.

Ao meu irmão Willian Lima Canedo e ao meu primo José Nonato Vasconcelos Godói Junior pelo apoio moral e pelo reconhecimento de meu esforço e de que estava a realizar um grande trabalho e um grande feito profissional.

Ao Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários – Nurba / UFT, meu berço científico, núcleo de pesquisa que tenho a honra de fazer parte desde o ano de 2012.

Ao Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do Tocantins – SISEPE – TO por me acolher na cidade de Porto Nacional – TO por quatro meses viabilizando assim a conclusão das aulas presenciais do programa de pós-graduação.

Aos ex – integrantes das Ligas Camponesas, e a todas as pessoas que me concederam entrevistas que foram de cunho essencial para o desenvolvimento e conclusão dessa pesquisa.

A Professora Doutora Fabiana Scoleso e ao Professor Doutor Roberto de Souza Santos pelas contribuições científicas nas bancas de projeto, qualificação e de avaliação.

A todas as e a todos os Camaradas que contribuíram direta e indiretamente com essa pesquisa, pessoas das quais não irei citar nomes para não cometer injustiças.

Não há nada mais belo do que a face da liberdade. Só a face da tua mãe se parece com ela. Vai. E leva os teus irmãos. A liberdade te espera. Ela é a tua mãe.

(Francisco Julião, 1961)

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo compreender os processos de reforma agrária no antigo norte goiano entre os anos de 1960 e 1964, buscando a análise do contexto do cenário político no Brasil e no Estado de Goiás que possibilitou a interiorização de núcleos revolucionários das Ligas Camponesas para o antigo norte goiano e que logo depois desencadeou o golpe civil-militar no ano de 1964. As Ligas Camponesas (re) surgiram em 1955 no engenho Galiléia em Vitória de Santo Antão em Pernambuco, sob a liderança de Francisco Julião, como associações de assistência funerária e que após uma dissidência interna levantaram a bandeira da reforma agrária na lei ou na marra o que levou a expansão das Ligas Camponesas e implantação de núcleos revolucionários no interior do Brasil com intuito de fazer a revolução socialista nacional através da reforma agrária. Paralelo a isso, em Goiás, o governador Mauro Borges cria um novo modelo de reforma agrária, baseados nos kibutzim de Israel, o projeto de Mauro Borges chamara Combinados Agro – Urbanos e usavam um modelo de cooperativas familiares em terras cedidas pelo governo, acreditasse que tal projeto era implantado principalmente próximo a locais de agitações camponesas como uma forma de contra revolução, no entanto, essa proposta de cooperativas familiares de Mauro Borges foi vista pelos militares como subversiva o que provocou a cassação do então governador de Goiás em 1964, logo após o golpe. O golpe civil-militar de 1964 contra os trabalhadores do campo tem um contexto político que se inicia em 1930 com as reformas trabalhistas de Getulio Vargas e se consuma em 1964 contra o então Presidente João Goulart após seu anúncio de realizar as reformas de base. Os golpistas chamam de revolução de 1964 e alegam que lutavam contra a implantação do comunismo no Brasil, porém o que se viu foi um golpe burguês contra os trabalhadores, em especial os camponeses, para impedir principalmente a reforma agrária.

Palavras Chave: Ligas Camponesas; Antigo Norte Goiano; Reforma Agrária; Mauro Borges; Golpe Civil-Militar de 1964.

ABSTRACT

This research aims to understand the processes of agrarian reform in the old north of Goiás between the years 1960 and 1964, seeking to analyze the context of the political scenario in Brazil and in the State of Goiás that made possible the interiorization of revolutionary nuclei of the Peasant Leagues for the former north of Goiás and that soon afterwards unleashed the civil-military coup in 1964. The Peasant Leagues (re) appeared in 1955 at the Galiléia mill in Vitória de Santo Antão, Pernambuco, under the leadership of Francisco Julião, as funeral assistance associations and that after an internal dissent they raised the banner of agrarian reform in law or by force, which led to the expansion of the Peasant Leagues and the implantation of revolutionary nuclei in the interior of Brazil in order to make the national socialist revolution through agrarian reform. Parallel to this, in Goiás, Governor Mauro Borges creates a new model of agrarian reform, based on Israel's kibbutzim, Mauro Borges's project called Combinado Agro - Urbanos and used a model of family cooperatives in lands granted by the government, believed that such project was implanted mainly near places of peasant unrest as a form of counter revolution, however, this proposal of family cooperatives of Mauro Borges was seen by the military as subversive which caused the impeachment of the then governor of Goiás in 1964, shortly after the blow. The 1964 civil-military coup against rural workers has a political context that began in 1930 with the labor reforms of Getulio Vargas and ended in 1964 against then President João Goulart after his announcement to carry out the basic reforms. The coup leaders call it the 1964 revolution and claim that they were fighting against the implantation of communism in Brazil, but what was seen was a bourgeois coup against the workers, especially the peasants, to prevent mainly agrarian reform.

Key words: Peasant Leagues; Old North Goiás; Land reform; Mauro Borges; Civil-Military Coup of 1964.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Jornal Folha do Norte de Belém – PA de agosto de 1963	34
Figura 2: Palácio das Esmeraldas Sede do Governo de Goiás	35
Figura 3: Brasil e Estado de Goiás em 1960	38
Figura 4: Localização Brasil, Estado de Goiás e Estado do Tocantins em 2018	39
Figura 5: Localização dos Combinados Agro – Urbanos Implantados em 1962	44
Figura 6: Localização dos Combinados Agro – Urbanos Não Implantados	45
Figura 7: Professora Edsoninha Novais	47
Figura 8: Professora Celina Ramos	49
Figura 9: Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado.....	52
Figura 10: Prefeitura Municipal de Combinado – TO.....	53
Figura 11: Sr. Abílio Batista Ramos Último Administrador do Combinado – Agro – Urbano de Arraias.....	53
Figura 12: Título de Pioneira Concedido a Professora Celina da Silva Ramos	56
Figura 13: Servidor Público Aposentado do IDAGO Sr. Arcelino de Souza	57
Figura 14: Povoado Acampamento	58
Figura 15: Galpão de Armazenamento da Produção Agrícola do Projeto	59
Figura 16: Ideia inicial do projeto Combinado Agro – Urbano de Arraias.....	61
Figura 17: Pista de Pouso utilizada no Projeto Combinado em 1962.	62
Figura 18: Centro Municipal de Saúde de Combinado – TO	65
Figura 19: Título de Pioneira concedido a Dona Clarice Augusto da Silva.....	66
Figura 20: Therezinha Marques Alves e Esp. Marília Viana Miranda.....	68
Figura 21: Malha Urbana e Localização do Município de Combinado – TO.....	69
Figura 22: Igreja Matriz Centro da Cidade de Combinado – TO.....	70
Figura 23: Localização e Malha Urbana do Município de Bernardo Sayão – TO	73
Figura 24: Localização do Município de Vitória de Santo Antão – PE	79
Figura 25: Local da Fundação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) no Engenho Galiléia em Vitória de Santo Antão – PE.	80
Figura 26: Antiga casa do proprietário do Engenho Galiléia	81
Figura 27: Jornal Correio da Manhã noticiando a desapropriação do Engenho Galiléia em 18 de fevereiro de 1960	82
Figura 28: Localização dos Estados que houve Núcleos das Ligas Camponesas 1955 – 1964.....	85
Figura 29: Localização da Região de Dianópolis – TO.....	87
Figura 30: Localização atual dos municípios de Dianópolis – TO e Rio da Conceição – TO.	88

Figura 31: Mina de Ouro abandonada localizada na cidade de Dianópolis – TO.....	89
Figura 32: Clodomir Santos de Moraes	90
Figura 33: Camponês Gesílio Carvalho	95
Figura 34: Senhor Hagahús Araújo	97
Figura 35: Avião modelo Curtiss Commando da Varig	98
Figura 36: Avião modelo Douglas DC – 3 da Cruzeiro do Sul.....	98
Figura 37: Rota Aérea da VASP (Goiânia x Belém) em 1962.....	101
Figura 38: Camponês Hastrogildo R. de França	102
Figura 39: Casa onde fora a Merceria do Pai de Hastrogildo de França.	104
Figura 40: Ex – Líder Estudantil da UBES Tarzan de Castro.	108
Figura 41: Antiga Casa de Detenção de Pernambuco	116

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Quantitativo de Famílias, Camponeses Assentados e Terras Desapropriadas74

LISTA DE SIGLAS

AI – Ato Institucional

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CAESGO – Companhia Agrícola do Estado de Goiás

CASEGO – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás

CAU/1 – Combinado Agro – Urbano 1

CIA – Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência)

CIAGO – Companhia de Abastecimento do Estado de Goiás

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

COOVALPA – Cooperativa Agropecuária Vale do Palma

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

EFG – Estrada de Ferro de Goiás

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FMI – Fundo Monetário Internacional

GEMGO – Granja Escola Modelo de Goiás

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás

IFTO – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Jango – João Goulart

JK – Juscelino Kubitschek

MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Nurba / UFT – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários da Universidade Federal do Tocantins Campus de Porto Nacional

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

OW – Oficina de Organização

PC – Partido Comunista

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PEI – Política Externa Independente

PF – Polícia Federal

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

R1 – Rurópolis 1

SAPPP – Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UDN – União Democrática Nacional

UFT – Universidade Federal do Tocantins

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VASP – Viação Aérea São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
2 O Contexto Político Pré – 1964: motivações para o golpe civil-militar	21
2.1 O Primeiro Governo Vargas e as Políticas Intervencionistas no Brasil e no Estado de Goiás	21
2.2 O Governo JK e a Aliança para o Desenvolvimentismo	25
2.3 As Reformas de João Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964	28
3 O Processo de Reforma Agrária no Antigo Norte Goiano entre 1960 E 1964	37
3.1 O Governo Mauro Borges e o Território Goiano em 1960	37
3.2 O Plano de Reforma Agrária de Mauro Borges	40
3.3 Os Combinados Agro – Urbanos no Antigo Norte Goiano	42
4 A Interiorização das Ligas Camponesas	75
4.1 O surgimento das Ligas Camponesas	75
4.2 O Processo de Interiorização das Ligas Camponesas	83
4.3 A Ligas Camponesas no Antigo Norte Goiano	86
5 CONSIDERAÇÕES	118
6 REFERÊNCIAS	121

INTRODUÇÃO

O antigo norte goiano, região de muitos acontecimentos sociais no que tange a temática da luta pela terra, deve ser estudada na aspiração de combater essa injustiça social secular, que se deu início no Brasil colônia com as Capitâneas Hereditárias e que geram conflitos agrários até os dias atuais, pois nunca se admitiu qualquer tipo de mudança na estrutura agrária do país, garantindo a manutenção dos privilégios de poucos e acentuando cada vez mais as desigualdades sociais.

Houve Ligas Camponesas por várias partes do mundo, sempre em luta contra as injustiças praticadas contra os homens e mulheres do campo. No Brasil, houve Ligas Camponesas de norte a sul do país, e nesse trabalho visamos detalhar sua implantação no território do atual Estado Tocantins, antigo norte goiano, como era conhecido, sem deixar de lado todo o debate político que circundava na época sobre a pauta.

As Ligas Camponesas escolheram para a implantação de um núcleo de treinamento guerrilheiro na região das cidades de Dianópolis – TO e Rio da Conceição – TO, sudeste do atual Estado do Tocantins, pelo seu isolamento geográfico, como também pela pobreza e pela falta de instrução da população local.

Paralelamente a isso, o governo do Estado de Goiás, no intuito de manter o controle do seu imenso território e de acalmar os ânimos dos camponeses esquecidos, propõe uma reforma agrária tutorada pelo Estado, vertical, de cima para baixo, uma estratégia tanto de organização sistematizada dos camponeses, como de angariação de popularidade nas camadas sociais mais pobres e esquecidas do então norte de Goiás.

Com isso pesquisamos os processos de reforma agrária bem como a interiorização das Ligas Camponesas para o Estado de Goiás, que devido alguns fatos e características sociais peculiares do antigo norte goiano, ainda se tem muito o quê estudar nessa região remota, de baixa densidade demográfica e de poucos intelectuais, o que faz com que grandes acontecimentos que envolvem nosso país e a cultura local passem despercebidos pelas academias universitárias e pelos grandes palcos da mídia nacional.

Pouco se têm uma literatura em específico que fale somente sobre as Ligas Camponesas em Goiás e Tocantins, seus por menores, suas particularidades, suas localizações geográficas e política estratégica. Nossa pesquisa visa minimizar essa lacuna da geografia agrária presente nessa região de um acontecimento que foi de grande expressividade social a nível regional, nacional e internacional.

A pesquisa tem como principais objetivos analisar como se deram os processos de reforma agrária no antigo norte goiano entre os anos de 1960 e 1964 e a interiorização das Ligas Camponesas pelo Brasil, compreender qual o cenário político no antigo norte goiano nesse período, entendendo a interiorização das Ligas Camponesas como proposta de organização nacional da revolução socialista a partir de núcleos revolucionários; Apresentar o contexto político nacional que circundava sobre a pauta da reforma agrária que logo depois desencadeou um golpe civil-militar em 1964 que acabaram com as Ligas Camponesas e com quaisquer chances de se realizar a reforma agrária.

Acreditamos que a pesquisa revela fatos e memórias que envolvem uma região ainda “esquecida” pelo poder público e pelos grandes meios de comunicação. A ligação dessa região com os conflitos e revoluções que estavam ocorrendo nacionalmente e internacionalmente à época são de extrema importância para o entendimento desses processos. Os legados negativos deixados por esses conflitos de terra geram até os dias de hoje conflitos sociais na região e os legados positivos espelham e incentivam as lutas atuais por esse direito até então cerceado pelo sistema político brasileiro.

Essa análise foi orientada por três eixos pré-definidos de trabalhos que são, a pesquisa bibliográfica, o levantamento documental e as pesquisas / trabalhos de campo. Inicialmente foi realizada uma profunda revisão bibliográfica no que tange o tema da pesquisa, autores locais e de renome que tratam da temática e da referida região foram pesquisados ora para dar fundamentação teórica, ora para dar rumos as pesquisas / trabalhos de campo que foram realizados.

Construiu-se uma dinâmica de catalogação de obras literárias que tratam o tema da pesquisa, não foi fácil, pois como falado anteriormente o tema Ligas Camponesas em território goiano é quase inexistente no quesito literário, o que se tentou corrigir com as pesquisas de campo com o registro de alguns depoimentos e entrevistas com quem viveu àquela época e estava disposto a revelar os fatos e opiniões que para os envolvidos apesar de ter se passado algum tempo ainda soa muito delicado.

Foi realizado um levantamento documental em cartórios, jornais, órgãos e instituições públicas, entre outros, nos municípios envolvidos direto e indiretamente com as Ligas Camponesas na época. Os documentos serviram para identificar e embasar os projetos de reforma agrária por parte do Estado, bem como o contexto político da época e os sinais de lutas camponesas armadas ou não em prol da reforma agrária que explique uma nova territorialização das Ligas Camponesas para o então norte goiano na década de 1960. A

consciência crítica precisa andar lado a lado com o pesquisador com o intuito de obter o êxito científico em sua pesquisa.

A materialidade dos acontecimentos foi observada a partir de trabalhos / pesquisas de campo, através dos quais foram estruturadas entrevistas para serem aplicadas aos camponeses e camponesas, servidores públicos, políticos, indivíduos sociais, entre outros que viveram aquele momento e que contribuiriam para a coleta de dados referente aos processos de lutas organizados pelos camponeses, bem como registros de áudios e visuais.

Nos trabalhos / pesquisas de campo estivemos nos municípios, hoje pertencentes ao Estado do Tocantins, de Dianópolis; Almas; Rio da Conceição; Taguatinga; Combinado; Natividade e Arraias em busca de evidências, memórias e qualquer tipo de informação sobre a passagem e a presença das Ligas Camponesas na região.

Nosso trabalho / pesquisa de campo deu continuidade em Recife onde visitamos a antiga penitenciária de Pernambuco, local onde muitas lideranças camponesas foram presos políticos. Em Pernambuco estivemos também no município de Vitória de Santo Antão visitando o antigo Engenho Galiléia, local onde se iniciou em 1955 as Ligas Camponesas objeto da nossa pesquisa; e por fim realizamos uma viagem à Goiânia, lá visitamos o Arquivo Estadual de Goiás em busca de documentos da época, a Biblioteca Estadual de Goiás e o Palácio das Esmeraldas centro do poder estadual, também realizamos uma importante entrevista com o ex-militante comunista estudantil da UBES e ex-assessor do então governador do Estado de Goiás Mauro Borges, o senhor Tarzan de Castro.

Foram utilizados mapas e imagens para assim melhor retratar e analisar os fatos político-sociais da época. Para identificar os sinais de lutas e conflitos camponeses armadas ou não pela reforma agrária que explique uma nova territorialização dos movimentos camponeses no antigo norte goiano, foi feita uma análise crítica baseado no materialismo histórico dialético fundamentado no referencial teórico.

A pesquisa é pautada no método qualitativo, através de informações que não podem ser mensuradas em números, mas podem através do empirismo nos trazer resultados fundamentais para desenvolvimento do conhecimento dos fatos ocorridos na referida região, fatos de nível regional, mas que ajudam a montar um quebra-cabeças de um todo em nosso país que é o golpe militar de 1964 que marcou profundamente, deixou cicatrizes e ainda possui feridas abertas.

No intuito de um melhor entendimento didático essa dissertação foi subdividida em introdução, desenvolvimento com 3 (três) capítulos e as conclusões. O primeiro capítulo do

desenvolvimento trás todo o contexto dos governos brasileiros iniciando em 1930 com Getúlio Vargas e o Trabalhismo, onde João Goulart foi Ministro do Trabalho, passando por Juscelino Kubitschek, tendo João Goulart como Vice Presidente e finalizando com João Goulart na Presidência da República, esse último era visto por ruralistas e burgueses como uma ameaça comunista baseados em sua trajetória política em prol dos trabalhadores e suas bandeiras de reformas de base e mudanças estruturais em favor dos camponeses.

O segundo capítulo recapitula o governo de Mauro Borges, então governador do Estado de Goiás, e sua tentativa ao propor uma Reforma Agrária tutelada pelo Estado, em 1962, um modelo cooperativista familiar baseado nos modelos de Kibutz de Israel. Nesse capítulo nós apresentamos detalhadamente o projeto agrário Combinado Agro – Urano de Mauro Borges na teoria e na prática, foram realizadas pesquisas / trabalhos de campo no local em que se instalou o projeto piloto e lá entrevistamos pioneiros do projeto, a referida pesquisa / trabalho de campo também teve por objetivo buscar uma ligação direta ou indireta do projeto agrário com as Ligas Camponesas que se instalaram próximo dali, esse capítulo nos mostra o que tudo indica ser uma contra revolução por parte do Estado que tinha como governante não um revolucionário mas sim um reformista.

O terceiro e último capítulo do desenvolvimento da pesquisa vem trazer de fato as Ligas Camponesas, sua origem em Pernambuco até a sua chegada no norte goiano na década de 1960 com forte participação política local e um grande projeto de estruturação da guerrilha armada ao comando principalmente do senhor Clodomir Santos de Moraes e seu grupo de dissidentes que levantavam a bandeira da reforma agrária na lei ou na marra. O núcleo guerrilheiro no antigo norte goiano era de grande importância para os planos da insurreição socialista através da Reforma Agrária, pois sua localização geográfica no centro do país próximo a Brasília era estratégica.

Por fim fizemos algumas considerações sobre o conjunto da pesquisa, considerações essas que humildemente não colocamos como “finais” uma vez que muito ainda se tem para estudar e pesquisar, pontos que jamais serão revelados, pois já foram enterrados pelo tempo e outros que ainda podem estar por vir através de novas pesquisas e novas descobertas que sempre deixam o debate em aberto.

Os resultados mais notáveis encontrados nessa pesquisa foram: 1) O Brasil vinha de uma série de governos desde a década de 1930 que serviam tanto o capital como os trabalhadores, porém, com os trabalhadores ganhando força política o medo da ameaça comunista por parte da burguesia brasileira apoiada pela burguesia estadunidense resolveu por

um fim nessa ameaça com um golpe civil-militar em 1964 apoiados por grandes empresários nacionais inclusive a mídia e a classe média brasileira. 2) O governador Mauro Borges em 1960 tentou realizar uma reforma agrária no Estado de Goiás, alguns dizem que seria um meio para barrar a revolução socialista que estava prestes a emergir através da reforma agrária radical como ocorrera recentemente em Cuba, pelo fato de seu projeto de reforma agrária ter sido nos moldes de cooperativa familiar, Mauro Borges foi acusado de ser comunista e deposto do cargo de governador logo após o golpe civil-militar de 1964; 3) As Ligas Camponesas se interiorizaram por várias regiões remotas do país, como no antigo norte goiano em 1960, com o intuito de montar uma rede de núcleos guerrilheiros das Ligas Camponesas em todos os Estados e assim poder fazer a Revolução Socialista no modelo de Cuba.

2 O Contexto Político Pré – 1964: motivações para o golpe civil-militar

O presente capítulo trás todo o contexto político que antecede o golpe civil-militar de 1964 começando pelo golpe de Getúlio Vargas em 1930 que teve uma trajetória reformista em especial, em relação aos trabalhadores com a criação do “trabalhismo” com o então Ministro do Trabalho João Goulart, polêmico devido sua política voltada para os trabalhadores urbanos e rurais que sempre causou fúria nos latifundiários e empresários. No segundo momento uma breve passagem pela “Aliança para o Desenvolvimento” onde Juscelino Kubitschek traz um meio termo para o país, apaziguando os ânimos e coligando partidos rivais com o intuito de agradar a todos, e mais uma vez a figura de João Goulart se faz presente, agora não mais como Ministro, mas como Vice Presidente por duas vezes. Por fim, a renúncia de Jânio Quadros e a tensão da posse Presidencial de João Goulart, os discursos e movimentos contra e a favor, as propostas de reforma de base, em especial a reforma agrária, e conseqüentemente o golpe civil-militar burguês de 1964 que se impôs com o discurso de contra-revolução socialista / comunista no Brasil.

2.1 O Primeiro Governo Vargas e as Políticas Intervencionistas no Brasil e no Estado de Goiás

Derrotado nas eleições de 1930, Getúlio Vargas, candidato da Aliança Liberal, uma coligação partidária oposicionista, preparou juntamente com seu grupo político uma insurreição para a chegada ao poder. Com o intuito de por fim na hegemonia paulistana no poder, a revolução ocorreu e no dia 3 de novembro Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório do país. De imediato o Congresso Nacional e as Assembléias Estaduais e Municipais foram fechados, os Governadores de Estado depostos e a Constituição de 1891 revogada (Pandolfi, 2003, p.1).

Com os governadores dos estados depostos, Vargas nomeou Interventores Federais de sua confiança e no Estado de Goiás Pedro Ludovico Teixeira, foi o nome escolhido por Vargas. Pedro Ludovico foi Interventor Federal do Estado de Goiás entre 1930 e 1933, Governador entre 1935 e 1937, Interventor Federal pela segunda vez entre 1937 e 1945 e Governador eleito pela segunda vez de 1951 a 1954, além de ter sido Senador eleito por três vezes entre 1946 a 1951, entre 1955 a 1963 e de 1963 a 1969 (Senado Federal 2019).

O país vinha de uma série de acontecimentos políticos e sociais desde a Revolução de 1930, e o que era para ser apenas um governo interino se consolidou com um Golpe de Estado

e a implantação do Estado Novo em 1937, que de acordo com Vargas eram fases do mesmo processo (Pandolfi, 2003, p.1).

A agenda de Getúlio Vargas continha justiça social para os trabalhadores brasileiros, fora criado o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, chamado Ministério da Revolução e o Ministério da Educação e Saúde Pública, a implantação e regulamentação do Salário Mínimo; a jornada de trabalho no comércio e na indústria foi fixada em oito horas; o trabalho da mulher e do menor foi regulamentado; adotou-se uma lei de férias; foi instituída a Carteira de Trabalho e o direito a Pensões e Aposentadorias. Esse conjunto de leis e decretos culminariam em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (Pandolfi, 2003, p.2).

O governo ditatorial de Getúlio Vargas durou de 1937, quando anunciou a nova Constituição Federal e consumou o Golpe de Estado, até 1945 quando uma crise política e econômica assolava sua governança, como cita Casalecchi (2002, p.13) “O Estado Novo, regime autoritário imposto com o golpe de 1937, encerra-se em outubro de 1945, com a deposição de Vargas”. Foram muitas as tentativas de Vargas em se manter no poder, porém, mesmo com o apoio das massas populares isso não foi possível. Como afirma Casalecchi (2002).

Fato, porém, que a partir de junho põem de prontidão as oposições e a intensa mobilização popular em torno das bandeiras “queremistas” – “Constituinte com Getúlio”, “Queremos Getúlio”. O queremismo aproxima Getúlio das massas e dá um caráter antipopular à oposição que se contrapõe frontalmente a esse movimento das classes populares urbanas. (CASALECCHI, 2002, p.16)

Vemos na fala de Casalecchi, que apesar de se tratar de um regime ditatorial, era de vontade das massas populares a permanência de Getúlio Vargas no poder, enquanto as classes dominantes armavam a sua saída. Getúlio tinha apoio dos trabalhadores e das trabalhadoras de norte a sul do país, para eles e elas qualquer mudança na política deveria ter a participação incondicional de Getúlio Vargas.

De acordo com o professor Jorge Ferreira (2003, p. 15) o queremismo soa estranho, uma vez que caí á ditadura do Estado Novo, porém aumenta a admiração e o apoio ao ditador; almeja-se a democracia e, contudo, os trabalhadores querem a permanência de Getúlio Vargas no poder.

Ainda em 1945 Getúlio Vargas marcou eleições; patrocinou a criação do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PSB (Partido Social Democrático) além de legalizar o PCB (Partido Comunista do Brasil), anistiou presos políticos vítimas das repressões de seu governo e libertou Luís Carlos Prestes, tudo isso com o intuito de se aproximar dos trabalhadores usando sua melhor invenção, o trabalhismo (Negro; da Silva, 2003, p.47).

O grande movimento opositor a Vargas surgiu em abril de 1945, a União Democrática Nacional – (UDN), partido político que futuramente seria peça chave no Golpe Civil-Militar de 1964, a UDN abrigava partidos menores e ligados a grupos heterogêneos unidos pelo um mesmo objetivo, retirar Getulio Vargas do poder. Agregando alguns nomes de destaque no cenário político, tais como, Arthur Bernades, Júlio Prestes, Borges de Medeiros, Prado Kelly, Otávio Mangabeira, Oswaldo Aranha, Adhemar de Barros, Graciliano Ramos, Evaristo de Moraes Filho, Isidório Dias Lopes, a Família Caiado em Goiás, entre tantos outros, tinham também o apoio da Esquerda Democrática e de Comunistas dissidentes da linha oficial do PCB (Ferreira, 2003, p.21).

Com a queda de Vargas e a eleição de Eurico Gaspar Dutra, foram vários os interventores federais e governadores interinos que passaram pelo Estado de Goiás, até que em 22 de março de 1947 elege-se para Governador em sufrágio universal, o senhor Jerônimo Coimbra Bueno da União Democrática Nacional (UDN), que esteve à frente do Estado até junho de 1950 quando assumiu seu Vice Hosanah Guimarães, ficando no cargo até 31 de janeiro de 1951 onde assume o então Governador eleito, também em sufrágio universal, e um velho conhecido dos goianos, o senhor Pedro Ludovico Teixeira, no cargo até 1955 (Borges, 2002).

Para Vizentini (2003) a política externa de Dutra era totalmente alinhada aos Estados Unidos, num caráter de entreguismo e submissão, esse alinhamento automático, e às vezes exagerado, marcaria seu governo, onde a elite brasileira esperava manter uma relação estreita com Washington devido o apoio brasileiro na Segunda Guerra Mundial e o alinhamento automático do Brasil na Guerra Fria, alinhamento esse que levou o Brasil a cortar relações intencionalmente com a URSS. A retribuição desse alinhamento automático foram algumas minúsculas concessões que gerou um clima de frustração em setores nacionais que esperavam maiores vantagens vindas dos norte-americanos.

Pelo voto direto, em 1950, Getúlio Vargas volta ao poder preocupado com questões pontuais para o desenvolvimento econômico do país, Vargas foca em infra-estrutura, indústria e participação efetiva do Estado na economia. De acordo com Casalecchi (2002):

O projeto do governo Vargas, para o desenvolvimento das atividades industriais, preocupa-se com questões tais como: as carências de infra-estrutura, desenvolvimento da indústria de base, a busca de recursos públicos e privados e a ação das empresas estatais. (CASALECCHI, 2002, p.23)

Getúlio adotou várias medidas econômicas para o país, em 1951 criou a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos que encarregava-se de elaborar projetos para a área de

transportes; em 1952 criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE); em 1953 o Programa do Petróleo Nacional, com a proposta de criação da Petrobrás; em 1954 é apresentado o Plano Nacional de Eletrificação, para suprir a necessidade de energia elétrica no país (Casalecchi, 2002).

Em Goiás, em 1951, por influência de seu pai Pedro Ludovico Teixeira com o Presidente Getúlio Vargas, Mauro Borges assume a direção da Estrada de Ferro de Goiás (EFG), cargo que lhe tornou conhecido e popular em todo o Estado de Goiás da época. Pedro Ludovico Teixeira político de grande influência no cenário nacional teve grande influência na carreira política do filho Mauro Borges. (Teixeira, 2002).

Político reformista, Jango assumiu a Presidência do Diretório Nacional do PTB em 1952 e em 1953 foi nomeado por Getúlio Vargas Ministro do Trabalho. Atacado diariamente pela mídia burguesa e acusado de junto com Vargas querer implantar uma Republica Sindicalista no Brasil, as coisas esquentaram quando Jango sugeriu o aumento do salário mínimo em 100%. Goulart caiu após duras críticas por parte dos militares que o acusavam veemente de comunista (Bandeira, 1983, p. 28:31).

Ao sair do Ministério do Trabalho, Goulart deixou a Vargas algumas pontuações que acreditara ser de suma importância para o povo sofrido brasileiro, entre elas a revisão do salário mínimo, congelamento dos preços, extensão das leis sociais aos trabalhadores do campo e fiscalização por parte dos próprios trabalhadores sobre o cumprimento das leis trabalhistas. Mesmo com a saída de Goulart do Ministério do Trabalho, os ataques a sua pessoa não cessaram, por medo de sua popularidade entre os trabalhadores do país os grupos conservadores continuaram em sua perseguição mesmo após o suicídio de Getúlio Vargas (Bandeira, 1983, p. 31-32).

Com todas essas medidas, Vargas não conteve a crise econômica que se arrolava no país, de acordo com Casalecchi, (2002, p.26) “Não foi possível conter o processo inflacionário, cujos índices anuais passaram de 7,1% em 1949 para 20,8% em 1954.” E continua, “No que se refere ao pretendido desenvolvimento social, as carências eram brutais, sendo significativos os desequilíbrios regionais.” (Casalecchi, 2002, p.27).

Vargas deixa o governo de forma trágica no ano de 1954, foi encontrado morto com um tiro no peito em seu quarto no Palácio do Catete, sede do Governo Federal no Rio de Janeiro, cometera suicídio, o país passaria por mais uma onda de mudanças na sua política econômica e administrativa com fortes tensões entre as forças políticas e sociais.

Com o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, Mauro Borges pede exoneração do cargo de Diretor da Estrada de Ferro de Goiás e volta para o Exército no Rio Grande do Sul como membro do Estado-Maior, onde em 1955 foi contrário ao golpe militar que estava se armando ao comando do Coronel Fontoura, contra Juscelino Kubitschek (Teixeira, 2002).

2.2 O Governo JK e a Aliança para o Desenvolvimentismo

Com o suicídio de Getúlio Vargas, assumiu a presidência da república João Fernandes Campos Café Filho, exercendo o cargo até novembro de 1955. Café Filho foi orientado e pressionado a retirar os direitos políticos de João Goulart e tentaram, sem sucesso, impedir sua candidatura de Vice Presidente da República na chapa de Juscelino Kubitschek (Bandeira, 1983, p. 31-32).

Na campanha presidencial de 1955 Juscelino admitiu as questões político-sociais que incidiam sobre o país e se mostrou tolerante à organização dos trabalhadores em troca do que ele chamou de “paz social”; Juscelino era a pessoa ideal naquele momento para governar o país uma vez que era visto pelos investidores estrangeiros como peça chave para a estabilidade nacional ao mesmo tempo em que era apoiado pelos sindicatos urbanos (Negro; da Silva, 2003, p.47).

Em 31 de janeiro de 1956 assume a Presidência da República Juscelino Kubitschek, com a bandeira desenvolvimentista e com alguns problemas políticos e econômicos herdados das gestões anteriores que precisavam ser resolvidos. Segundo Casalecchi, 2002:

O curto período de agosto de 1954 a janeiro de 1956, da morte de Vargas à posse de Juscelino, ao lado da aguda crise política, legou uma crise econômica em que se destacam o colapso cambial, o desequilíbrio orçamentário e um crescente processo inflacionário. (CASALICCHI, 2002, p.28)

Juscelino então lançou seu Plano de Metas, mais uma medida de tendência dos governos brasileiros para a expansão do grande capital e implantação de multinacionais no país, pois de acordo com José Casalecchi (2002, p.29) “A adoção do Plano de Metas vinculava-se também à nova etapa da expansão do grande capital monopolista em direção ao investimento industrial direto nos países subdesenvolvidos.” Era vantajoso para o capital internacional industrializar países pobres com alta demanda por trabalho, o que para alguns era visto como desenvolvimento com geração de empregos, para as grandes empresas internacionais era visto como economia de mão de obra, ou seja, mão de obra barata.

Sendo assim Kubitschek precisava dar condições de estruturas físicas e econômicas para o capital internacional e, não poupou esforços investindo em infra-estrutura rodoviária,

inclusive deixando de lado a malha ferroviária nacional para abrir mercado ao setor automobilístico norte americano (Paula, 2001, p.6), abertura comercial, e um plano bastante ousado, a transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central, com o intuito de desenvolver os rincões do país bem como obter maior controle territorial das fronteiras.

O Plano de Metas de Juscelino no que corresponde a setores sociais, Casalecchi afirma que “Os recursos públicos, concentrados nos gastos para a industrialização, foram irrisórios nas áreas de educação, saúde, previdência social, moradia etc.” (Casalecchi, 2002, p.31). Os interesses do mercado e da economia industrial nacional e internacional põem de lado os interesses da sociedade e a assistência social através das políticas públicas que deveriam partir do Estado.

Moreira (2003) expõe que o setor ruralista passou a ver com bons olhos o plano de desenvolvimento e industrialização que Juscelino tinha para o país, sua meta de levar a capital federal para o interior do Brasil e cortar o território brasileiro de estradas com acesso a nova capital, “brilharam os olhos” dos produtores daquelas regiões até então isoladas geograficamente. Ao que a elite ruralista chamou de “a nossa revolução industrial” que diferia das revoluções industriais de Rússia e China em andamento na época pelo sistema Comunista. Para Vânia Moreira (2003, p.180).

A expectativa de modernizar o sistema agropecuário nacional somava-se outra, de caráter mais conservador, que pode ser resumida na intransigente perspectiva de garantir a continuidade da grande propriedade rural e de um conjunto de privilégios usufruídos pela classe social a ela ligada. (MOREIRA, 2003, p.180)

A elite ruralista passa a apoiar os planos de Juscelino no intuito de manter as estruturas oligárquicas, patronais, as grandes propriedades de terras, com seus privilégios, e o Estado sempre protegendo bens e valores através de leis em nome da unidade nacional, contudo, recheadas de interesses particulares de pequenos grupos em detrimento de uma maioria de brasileiros e brasileiras desprovidos muitas vezes do próprio sustento.

Vanda Moreira (2003, p. 165) nos conta que a sustentação política do governo de Juscelino Kubitschek baseou-se na aliança entre o PSD, de Juscelino, defendendo os interesses ruralistas latifundiários, com o PTB de João Goulart do lado dos trabalhadores, o que o rotulava como governo de centro ao mesmo tempo em que era contestado pela oposição UDN, legenda que combatia qualquer herança do governo de Getúlio Vargas e que também tinha uma forte base política ruralista latifundiária.

Na época não havia reeleição para o cargo de Presidente da República, somente para Vice – Presidente, e João Goulart mesmo com toda a perseguição política da direita, em 1955, se elegeu Vice Presidente da República com 500 mil votos a mais do que o candidato a Presidência Juscelino Kubitschek, na época Presidente e Vice eram eleitos separadamente. A aliança PSD-PTB trouxe certa estabilidade política para o país naquele momento (Bandeira, 1983).

Para Jorge Ferreira (2011, p.177) apesar de a historiografia insistir em mostrar o contrário, Jango e JK foram muito próximos em termos políticos e pessoais. Jango tinha um papel importantíssimo em intermediar os impasses entre a classe trabalhadora e o governo, apesar do Ministro do Trabalho ser sempre uma pessoa de altíssima confiança de Juscelino, Jango sempre conseguia chegar a um bem comum entre governo e sindicatos.

Naquela época, o Vice-Presidente tinha várias funções importantes, pois também era presidente do Senado Federal, atividade que intermediava o diálogo entre o Legislativo e o Executivo, cabia também o diálogo com embaixadores dos demais países. O Cargo de vice-presidente não era apenas simbólico, com objetivo de ocupar o cargo vago do Presidente, como o conhecemos hoje (Bandeira, 1983).

No cargo de Vice – Presidente da República, João Goulart não se calou e nem aceitou ser refém de tudo o que vinha do governo, apoiou greves pacíficas dos trabalhadores, emitiu notas em apoio aos direitos trabalhistas bem como repudiou ações do governo que sacrificavam o trabalhador em prol do desenvolvimento material das grandes empresas e dos interesses do capital internacional.

De acordo com Bandeira (1983) Goulart queria as reformas de base, entre elas a Reforma Agrária, para permitir o acesso do trabalhador rural a terra e instituir, em algumas regiões, formas de cooperativismo com assistência técnica e financeira por parte da União e/ou dos Estados; além da redistribuição da renda pública para que os Estados mais pobres pudessem atender às necessidades de seus cidadãos.

Ferreira (2011) expõe que durante o governo de Juscelino o PTB se aproximou consideravelmente dos movimentos sindicais, populares e estudantis, procurou mobilizar a população no sentido das reformas, mesmo fazendo parte do governo agia como um partido de oposição à política econômica de JK. Nesse período o PTB começa a se interiorizar e se aproximar das lideranças locais mais próximas à população.

Os sindicatos aumentaram sua influência com a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social, oriunda de quando João Goulart ainda era Ministro do Trabalho de

Vargas. Os subalternos das Forças Armadas também se aproximaram dos trabalhistas e em 1956 finalmente obtiveram sua estabilidade funcional.

João Goulart, durante toda a sua carreira política, vai ganhando espaço e popularidade entre vários setores da sociedade a nível nacional, sempre movimentando as massas e os mais desfavorecidos pelos sistemas políticos que passará o país, desde a busca por melhorias trabalhistas a tratamentos igualitários e humanitários nos mais diversos setores da sociedade.

Tais ações que movem e beneficiam as massas populares e as categorias mais expressivas também desagradam o “outro lado da moeda”, políticos de direita, ruralistas latifundiários, grandes empresários que sempre lucraram com a ausência de direitos trabalhistas, ciúmes partidários, entre outros, viam em Goulart uma ameaça eminente e não paravam de acusá-lo de conspiração comunista contra o país, acusações que por diversas vezes João Goulart teve que provar que se tratava de mentiras e falsas acusações em desfavor de sua pessoa.

Para Ferreira (2011) ao final do governo JK o país cresceu muito industrialmente, chegando a uma renda *per capita* três vezes maior o da América Latina, porém, o país estava grandemente endividado com o FMI e sua renda cada vez mais concentrada. Jango insistia com o PSD na aprovação das reformas de base, que segundo ele, eram o caminho para distribuir melhor a renda entre os Estados e beneficiar a população mais pobre. O FMI e os Estados Unidos eram o símbolo de todas as dificuldades sofridas pelo Brasil naquele momento.

Paulo Vizentini (2003, p.207) nos explica que com a economia brasileira se internacionalizando de forma acentuada, no Brasil os conflitos sociais se intensificavam, juntamente com grande repercussão que causara a Revolução Cubana e, criavam problemas adicionais para o governo de JK que se manteve o mais imparcial possível para não conflitar com sua base política e deixando tais resoluções para seus sucessores.

2.3 As Reformas de João Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964

Em 1961, apoiado pela conservadora UDN, assume a Presidência da República, Jânio Quadros, e como Vice – Presidente, novamente, João Goulart. Jânio, com seu discurso impactante de que iria varrer a corrupção do país, governou por sete meses, com arrochos e cortes de subsídios para a indústria e o comércio. Como coloca Casalecchi, 2002.

No seu curtíssimo mandato presidencial, Jânio propõe um austero programa de contenção de gastos. A instrução n. 204 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) foi a medida mais importante. Por ela, são extintas as taxas múltiplas de câmbio, que protegiam o empresariado industrial nacional, com a retirada de

subsídios para produtos importados; desvalorizou-se em 100% o cruzeiro (nossa moeda na época), retiram-se os subsídios do trigo, aos combustíveis e aos transportes e propõe-se o congelamento parcial de salários. Os protestos populares e do empresariado nacional foram imediatos. (CASALECCHI, 2002, p.32)

Com medidas que afetaram diretamente o empresariado nacional e a desvalorização do cruzeiro, Quadros começa a desagradar a população, que reponde com protestos e colocam em dúvida seu nome para continuar a governar o país. De acordo com Rocha, sobre a aliança de Jânio Quadros com a UDN o autor afirma que.

Na Presidência da República, Jânio não vinha fazendo exatamente o que a velha União Democrática Nacional – UDN – esperava. Pelo contrário, a cada dia tornava atitudes diferentes pretendidas pelos udenistas e seus aliados produzindo um clima de mal estar. (Rocha, 2008, p.51)

Mesmo com esse mal estar Jânio continuou com sua política austera. Lançou a PEI (Política Externa Independente) se aproveitando de alguns cenários internacionais que acabara de anteceder seu governo. Quadros manteve um discurso crítico aos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que se negou a romper suas relações com Cuba e reatou relações com a URSS, além disso, proferiu críticas ao *apartheid* da África do Sul e apoiou as independências da Angola e de Moçambique (Vizentini, 2003, p.207).

Quadros desagradava os Estados Unidos, porém se alinhava ao FMI, pois o capitalismo brasileiro precisava de mercados externos e investimentos estrangeiros, contudo, Jânio Quadros passou dos limites tolerados pelo sistema internacional comandado pelos Estados Unidos da América quando condecorou Che Guevara então Ministro Cubano que aferia grandes críticas aos EUA bem como fora peça chave na Revolução Socialista Cubana, a partir daí a crise política emergiu (Vizentini, 2003, p.208-209).

Em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renuncia a presidência da república acreditando que sua renúncia não seria aceita pelo Congresso Nacional e ele poderia voltar com força para governar, não foi o que aconteceu, a direita conservadora aceita a renúncia de Janio, porém se opõem a posse do Vice Presidente João Goulart que estava em missão oficial na China e era acusado pela extrema direita de comunista. Como afirma Rocha (2008).

A renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República implicava na posse do vice-presidente – João Belchior Goulart – no momento em visita oficial a China comunista. Em razão de João Belchior Goulart ser aliado incontestado dos chamados segmentos progressistas, comprometidos com o programa de Reformas de Base, os setores mais direitistas das Forças Armadas levantaram-se contra sua posse. (Rocha, 2008, p.51)

Com isso surge o Movimento Legalista coordenado pelo então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, que juntamente com o General Machado Lopes, comandante

do Terceiro Exército, e com o apoio do governador Seixas Doria do Estado de Sergipe e Mauro Borges do Estado de Goiás, conseguiram, em setembro de 1961, garantir a posse do Vice-Presidente João Goulart na Presidência da República (Rocha, 2008).

Gaúcho, Nascido em 1º de março de 1919 em São Borja – RS, João Belchior Marques Goulart, mais conhecido como João Goulart, ou apenas Jango, formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, iniciou sua carreira política no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como Deputado Estadual do Rio Grande do Sul de 1946 a 1950, depois foi eleito Deputado Federal pelo mesmo Estado para o mandato de 1951 a 1955, porém, logo em 1953 foi nomeado Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio pelo então Presidente Getúlio Vargas, cargo que exerceu até o ano de 1954 (Agência Senado, 2013).

O receio de João Goulart no poder por parte dos conservadores de direita já vinha de episódios passados quando ainda Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, buscou melhorias para a vida dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Jango, como era popularmente conhecido, foi um polêmico Ministro do Trabalho, defendia os direitos dos trabalhadores como também uma reforma agrária justa e abrangente em todo o território nacional, no intuito de promover o fim do latifúndio improdutivo no país e diminuir as desigualdades sociais.

Em 8 de setembro de 1961 João Goulart se torna o 24º Presidente Presidência da República, porém, através de um acordo de implantação do sistema de governo Parlamentarista, que retira grande parte da autonomia de gestão do Presidente dando poderes a um Primeiro Ministro, esse acordo fora negociado pelo então Deputado Federal Tancredo Neves que assumiria como Primeiro Ministro, contudo, em janeiro de 1963, a continuidade do Parlamentarismo foi submetida a referendo popular, e o povo escolheu o retorno do Presidencialismo (Agência Senado, 2013).

De acordo com Casalecchi (2002) esse movimento contra sua posse pelos grupos conservadores de direita não intimidou Goulart, que em seu primeiro pronunciamento reafirma seu compromisso com as Reformas de Base – Agrária, Bancária, Urbana, Administrativa, Educacional, Fiscal – entre outras, com forte participação popular “Há um envolvimento dos setores populares, organizados ou não, nos debates. Nunca se havia discutido com tanta amplitude os problemas do desenvolvimento econômico, e as reformas necessárias impostas pela crise.” (Casalecchi, 2002, p.33).

No governo Jango, de acordo com Gomes (2001, p.40) “Como o caminho escolhido foi o das reformas radicais, já que a premissa era a da impossibilidade de soluções negociadas, o movimento militar de março de 1964 acabou por sepultar a república inaugurada em 1945.”.

Nesse sentido as principais reformas propostas pelo governo Jango foram a Reforma agrária, Reforma educacional, Reforma fiscal, Reforma eleitoral, Reforma urbana e Reforma bancária.

Uma das primordiais bandeiras de João Goulart era a Reforma Agrária, as expectativas de realização de uma ampla reforma motivaram inúmeros debates e embates entre os parlamentares no Congresso Nacional. No dia 4 de março de 1964 o então Senador Arthur Virgílio do PTB do Amazonas discursou em Plenário afirmando que as “desapropriações seriam apenas do latifúndio improdutivo”, cenário que dominava a maior parte da paisagem brasileira (Agência Senado, 2019).

Na década de 1960 havia uma pressão nacional das massas pela Reforma Agrária e para isso tinham o apoio do Presidente da República e de alguns governadores e parlamentares no Congresso. O receio da burguesia era que isso levasse à implantação do comunismo no Brasil, assim como acontecera em datas próximas em alguns países pelo mundo como a Coreia do Norte em 1948, a China em 1949, e a mais recente e geograficamente mais próxima, Cuba em 1959.

Os ânimos políticos andavam alterados com denúncias e manifestações oficiais por parte de grupos conservadores. Logo depois do início da implantação dos núcleos das Ligas Camponesas em Goiás, mais especificamente no território atual Estado do Tocantins, entre os anos de 1961 e 1962, houve grande agitação política nacional.

Goulart buscou apoio popular, e no dia 13 de março de 1964, realizou no Rio de Janeiro, na Central do Brasil o "Comício das Reformas", e discurso para 200 mil pessoas. No discurso, Goulart anunciou a desapropriação de terras às margens de rodovias, ferrovias, açudes públicos federais e as beneficiadas por obras de saneamento da União “Ainda não é a reformulação do nosso panorama rural empobrecido (...), mas é o primeiro passo à solução definitiva do problema agrário brasileiro” disse Goulart no discurso transmitido pelo rádio (Agência Senado, 2014).

No Congresso, o clima esquentou ainda mais, o comício foi encarado por parlamentares de oposição como sinal de que o governo decidira partir para o confronto. Segue discurso do Senador João Agripino (UDN) no dia 17 de março de 1964.

Se por trás do presidente da República estão elementos conturbadores, provocadores e agitadores, que pretendem levar o presidente da República à campanha de descrédito do Congresso, tudo isso excede os limites, atenta contra o regime, põe em risco o regime democrático, como se fosse um plano inclinado, no qual, após meio caminho, ninguém pode retornar. (Agência Senado, 2014)

Em plenário vários parlamentares discursam contra Jango e o acusam a todo momento de querer implantar o comunismo no Brasil “O presidente da República violou a Constituição

federal. O presidente da República violou a lei”, bradou no dia 18 de março de 1964 o senador Daniel Krieger, da UDN do Rio Grande do Sul, sob o argumento de que Jango fizera um comício em área não permitida pelo então governo da Guanabara (Agência Senado, 2014).

E não pararam os discursos calorosos com acusações fundamentadas na inviolabilidade da propriedade. No dia 30 de março, outro udenista, o senador pelo Espírito Santo Eurico Rezende, chamava Jango de “carbonário”, por sua posição “no terreno da reforma agrária”. Para o parlamentar, tal comportamento afastaria João Goulart de seu patrono político, Getúlio Vargas (1882-1954), o qual seria favorável “a uma reformulação da nossa estrutura fundiária, mas sem alteração da Constituição de 1946” (Agência Senado, 2014).

Em defesa das reformas e da legalidade das propostas do Presidente, o Senador Arthur Virgílio usava toda sua verve para defender Jango, a proposta do governo e o então deputado gaúcho Leonel Brizola (1922-2004), tachado pelos udenistas de “subversivo”. Arthur Virgílio acusava a UDN de pregar contra a democracia, mas o caminho do golpe de Estado já estava delineado (Agência Senado, 2014). De acordo com a autora Melissa de Miranda Natividade (2013, p.30) sobre a crise pré-golpe de 1964.

A crise pré-golpe de 1964 foi marcada pela unidade de múltiplas determinações: econômicas – oriundas do padrão capitalista brasileiro apoiado no Estado e no investimento direto estrangeiro; políticas – pelo questionamento ferrenho das frações de classe dominantes ao governo democrático-popular em vigor; e sociais – pela ascensão inédita do movimento organizado de massas em defesa de suas condições de vida e da democracia. (Natividade, 2013, p.30)

Para a autora houve três motivações determinantes que antecederam o golpe civil-militar de 1964 foram a econômica, a política e o social. Questões amplamente conectadas entre si e discutidas entre os grupos que armavam contra o governo democraticamente eleito de João Goulart, o que deixa evidente o medo da burguesia perante uma ascensão social dos trabalhadores do campo como já havia acontecido em outras partes do mundo, motivados pelas más condições de vida, de trabalho, de saúde, entre outros.

De acordo com Andrade (1989, p.12) “Para os homens que deflagraram o movimento militar tratava-se de uma revolução que iria derrubar governos populistas que levariam o Brasil a uma república sindicalista ou até comunista.” Com toda essa movimentação a nível nacional estoura o golpe militar no dia primeiro de abril do ano de 1964, que de acordo com Andrade (1989).

O movimento de 1964 teria sido uma contra-revolução, desfechada pelas forças da direita e do centro, com o objetivo de impedir a realização de uma revolução em marcha; revolução que ameaçava o poder dos grandes proprietários rurais, inimigos da reforma agrária, dos grandes empresários urbanos que temiam o crescimento do

poder de pressão dos sindicatos operários, e de parte da classe média e da igreja que temiam o crescimento da influência das forças de esquerda, acusadas de comunistas e ligadas aos interesses de Moscou e Pequim. (ANDRADE, 1989, p.13)

Essa é a implantação por parte das grandes potências conservadoras que atuam contra qualquer projeto político popular e governam para a manutenção da desigualdade social e dos privilégios de poucos, focados em atender acima de tudo o mercado financeiro da política internacional capitalista de imposição de suas regras e acordos de mercado, prática comum sobre países pobres e/ou subdesenvolvidos da América Latina, Ásia e África. Como comenta Andrade, 1989:

(...) tratava-se de um golpe militar, típico das repúblicas latino-americanas. Nessas repúblicas, políticos conservadores e as forças armadas destituíam um governo legitimamente eleito, para impedir que se fizessem modificações estruturais na sociedade. (ANDRADE, 1989, p.13)

Essas modificações estruturais na sociedade que cita o autor nada mais são do que o mínimo de igualdade social e dignidade humana como acesso a educação, a saúde e ao trabalho com respeito aos direitos do trabalhador. À burguesia interessa manter essa estrutura de classes sociais por castas, onde a casta inferior serve aos luxos das castas superiores e entre meio dessas surge a classe dos que acreditam ter privilégios e que pensam que um dia podem alcançar o topo da pirâmide social através da meritocracia se assim, trabalhando sem reclamar servindo e obedecendo ao sistema, que gira em um círculo sem fim.

A burguesia teme qualquer mudança de estrutura que venha por menor que seja a ameaçar seu conforto social. E em sessão do Congresso Nacional, convocada para as 2h 40 min, do dia 2 de abril de 1964, o Senador Auro de Moura Andrade, então presidente do Congresso Nacional, procede à leitura do ofício sobre a ausência de João Goulart da sede do poder, em Brasília e declara vaga a Presidência da República inicia-se ali um longo período de mudanças (Senado Federal, 1998).

Mauro Borges, então governador de Goiás, que inicialmente integrou o Movimento Legalista para defender a posse do Presidente João Goulart em 1961, no ano de 1963 rompe com Jango e em 1964 apoiou o Golpe Civil-Militar, que mais tarde, daria o golpe nele mesmo.

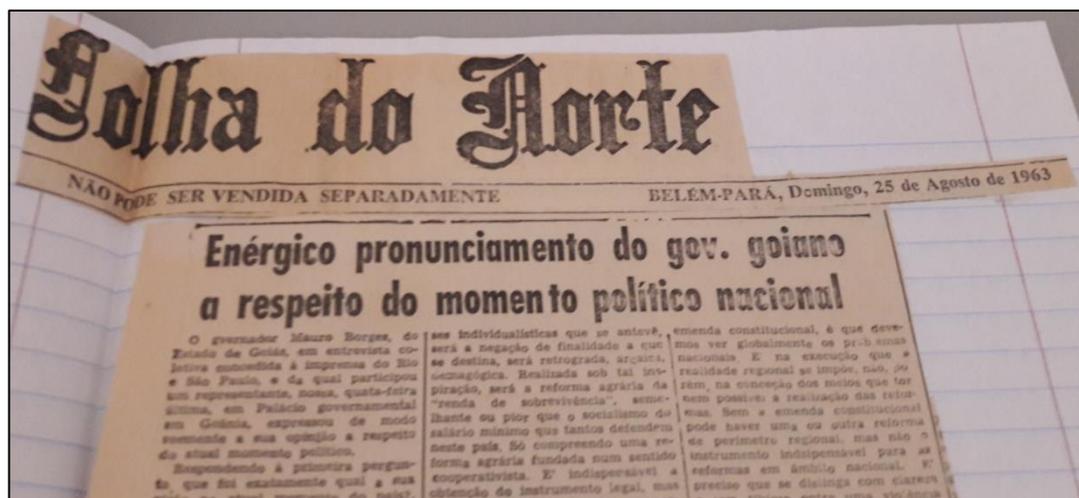
Após o golpe, os militares decretaram o Ato Institucional nº 1 (AI-1) de 9 de abril de 1964, que convocou eleições indiretas para Presidente do País. Os deputados do Congresso Nacional elegeram o Marechal Humberto Castello Branco e no dia 15 de abril de 1964, toma posse como Presidente do Brasil, o primeiro presidente do regime militar, para presidir o país até janeiro de 1966, mas em 22 de julho do mesmo ano, a Emenda Constitucional nº 9 no seu

artigo 6º parágrafo único diz que “Os mandatos dos atuais Presidente e Vice-Presidente da República estender-se-á até 15 de março de 1967” prorrogando assim os mandatos por mais um ano (Casa Civil, 1964).

Humberto de Alencar Castelo Branco nasceu na cidade de Fortaleza – CE, em 20 de setembro de 1897. Militar, foi promovido a General do Exército em 1962 e ocupou o posto de Chefe do Estado-Maior do Exército em 1963 e 1964. Ele foi um dos organizadores do golpe militar que depôs o presidente João Goulart em 1º de abril de 1964, data que marcou a interrupção dos direitos individuais e humanos dos brasileiros por 20 anos, marcados por violentas repressões, cassações de direitos políticos, violações dos direitos humanos, censura a liberdade de expressão, entre outras situações.

Mauro Borges apoiara o nome do General Castelo Branco para Presidência da República, de acordo com Borges “após discordar publicamente dos rumos que a revolução impunha ao país, fui afastado do Governo do Estado, por força de intervenção federal.” (Teixeira, 2002, p.166). Naquela época qualquer que discordasse do governo federal ou o afrontasse de qualquer forma era taxado como inimigo do estado nacional e uma ameaça a segurança do país. Segue figura 1 do Jornal Folha do Norte de Belém – PA de 25 de agosto de 1963 sobre a repercussão do pronunciamento de Mauro Borges sobre o governo militar.

Figura 1: Jornal Folha do Norte de Belém – PA de agosto de 1963



Fonte: Arquivo Estadual de Goiás (2019) **Foto:** Saimon Lima de Britto (novembro de 2019)

A foto foi feita sobre recortes de jornais encontrados no arquivo estadual de Goiás, a foto mostra quão grande foi a repercussão de tal pronunciamento, pois transpassava as

fronteiras estaduais, era o motivo que faltava para Castelo Branco destituir Mauro Borges do governo de Goiás.

E foi através do Decreto nº 55.082, de 26 de Novembro de 1964, que em seu artigo primeiro diz que “Art. 1º É decretada a intervenção federal no Estado de Goiás para o fim específico de manter a integridade nacional e eliminar ali as causas que ameaçam.”. O referido decreto depôs o governador Mauro Borges do poder e nomeou em seu lugar o Coronel Carlos de Meira Mattos para Interventor no Estado de Goiás (Câmara dos Deputados, 2019).

O governador Mauro Borges se sentiu traído pelos militares quando foi afastado do governo após discordar dos atos truculentos do regime militar contra a sociedade brasileira, ele afirma que “Recusando compatibilizar meus princípios de respeito à lei e aos direitos humanos com os métodos da ditadura militar, deixei o Palácio das Esmeraldas carregado pelo povo.” (Teixeira, 2002, p.166). O Palácio das Esmeraldas é onde fica situado a Sede do Governo do Estado de Goiás desde 1937 em Goiânia, além de ser a residência oficial do governador. Mauro Borges era acusado pelos militares de ser comunista e um risco para a segurança nacional. Segue figura 2 do Palácio das Esmeraldas.

Figura 2: Palácio das Esmeraldas Sede do Governo do Estado de Goiás



Foto: Saimon Lima de Britto (novembro de 2019)

Mauro Borges só retornou a política no ano de 1979 quando a Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 concede anistia e devolve os direitos políticos aos que segundo os militares cometeram crimes políticos, mas sem violência. Em 1983, Mauro Borges foi eleito Senador

pelo Estado de Goiás, mandato que se findou em 1991. Borges faleceu em 29 de março de 2013 aos 93 anos de idade na cidade de Goiânia (Câmara dos Deputados, 2019).

Quatro anos após o Golpe Civil-Militar, em 16 de julho de 1968, o então Senador Pedro Ludovico Teixeira fez um pronunciamento no Senado Federal com duras críticas ao então presidente da república Marechal Costa e Silva, por sua atuação autoritária, no mesmo ano Pedro Ludovico teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos, pelo AI-5 do Regime Militar. Faleceu em 16 de agosto de 1979 e não chegou a ver o país voltar a ser uma democracia (Agência Senado, 2019).

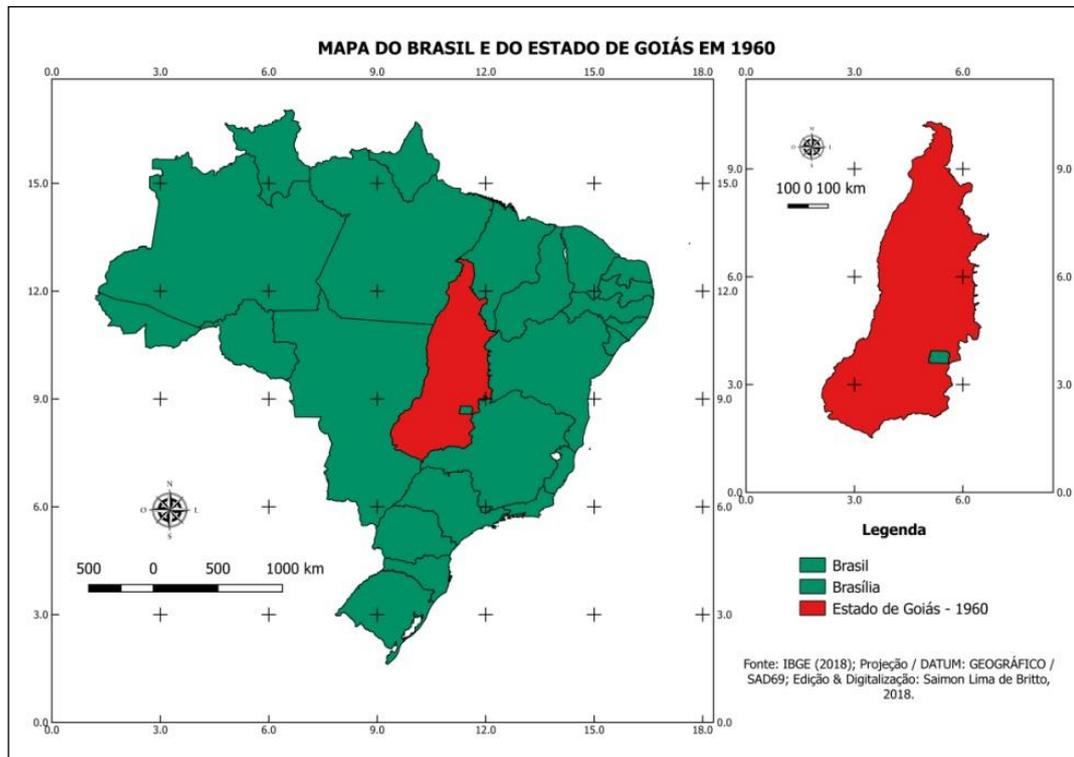
3 O Processo de Reforma Agrária no Antigo Norte Goiano entre 1960 E 1964

Nesse capítulo será trabalhado a delimitação territorial do que seria de fato o “antigo norte goiano” a que a pesquisa se refere, logo em seguida a tentativa de reforma agrária por parte do Estado de Goiás entre os anos de 1960 e 1964 quando na época Mauro Borges Teixeira era o governador. Primeiramente será feita uma síntese de informações sobre a pessoa do governador Mauro Borges, sua origem e trajetória política que está ligada principalmente ao seu pai Pedro Ludovico Teixeira, bem como suas decisões e coligações políticas partidárias que influenciaram diretamente seu governo. Na seqüência será trabalhado detalhadamente o plano de reforma agrária proposto por Mauro Borges de norte a sul no Estado de Goiás, projeto esse que foi determinante para que seus adversários pedissem sua cassação para os militares responsáveis pelo golpe em 1964. O último ponto desse capítulo trás o projeto na prática, a implantação do projeto piloto Combinado – Agro – Urbano de Arraias com entrevistas com pessoas que viveram na época da implantação do projeto e como está hoje o local de sua implantação e as pessoas que ainda vivem lá, ainda nesse último ponto do capítulo traremos a implantação de mais dois projetos nos mesmos moldes implantados pelo então governador Mauro Borges no antigo norte do Estado de Goiás, o Núcleo Colonial Bernardo Sayão e a Frente de Colonização de Tocantinópolis.

3.1 O Governo Mauro Borges e o Território Goiano em 1960

O antigo norte goiano a que a pesquisa se refere é hoje o território do Estado do Tocantins, que na década de 1960 ainda fazia parte do território do Estado de Goiás, o território se desmembrou a partir do paralelo 13° Sul conquistando sua autonomia política e administrativa através da Constituição Federal de 1988, após uma longa luta social dos tocantinenses pela sua independência territorial que perdurava desde o Brasil Império. (Batista, 2011). Segue figura 3 do Brasil e do Estado de Goiás em 1960 quando ainda abrangia o território do atual Estado do Tocantins.

Figura 3: Brasil e Estado de Goiás em 1960

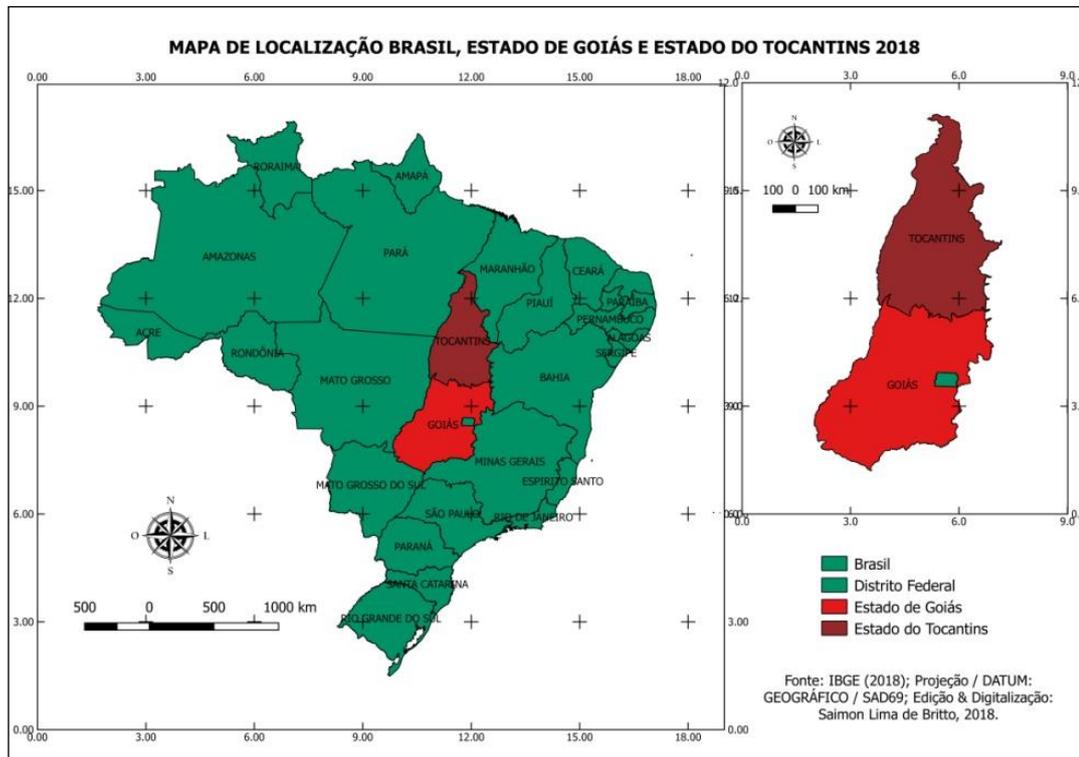


Fonte: IBGE (2018) **Org.** Saimon Lima de Britto (2018)

A expansão das Ligas Camponesas pelo interior do território nacional levou à instalação de um núcleo revolucionário no antigo norte goiano, núcleo esse que seria estratégico geograficamente por ter sido implantado relativamente próximo a Brasília, no centro do país, com intuito de viabilizar uma possível insurreição.

O mapa a seguir delimita espacialmente o objeto da nossa pesquisa, para melhor entendimento, apresentando espacialmente o que seria cada porção do território do Estado de Goiás e do Estado do Tocantins. Segue figura 4 da atual divisão territorial brasileira em 2018, que permanece sem modificações desde sua última divisão territorial na Constituinte de 1988, com destaque para o Estados de Goiás e o Estado do Tocantins.

Figura 4: Localização Brasil, Estado de Goiás e Estado do Tocantins em 2018



Fonte: IBGE (2018) **Org.** Saimon Lima de Britto (2018)

A delimitação territorial apresentada pelo mapa vem para melhor entendimento geográfico espacial da localização da pesquisa na década de 1960 onde Mauro Borges Teixeira, foi eleito governador do Estado de Goiás para o mandato de 1961 e 1964 para governar todo esse território.

A importância do então governador Mauro Borges se deve ao fato de ter sido diretamente acusado pelos militares de ser comunista e de ter ligações com as Ligas Camponesas, devido aos seus ideais sobre a reforma agrária que tentou implantar através dos Combinados Agro – Urbanos, projeto que Borges conheceu em uma viagem que fez à Israel.

Nascido em 15 de fevereiro de 1920 na cidade de Rio Verde, sudeste de Goiás, Mauro Borges Teixeira, ao completar 18 anos de idade, entra para a escola Militar de Realengo no Rio de Janeiro como cadete das Forças Armadas, e em 1942 torna-se Tenente Oficial do Exército no Rio Grande do Sul. Em 14 de fevereiro de 1944 casou-se com a gaúcha Maria de Lourdes Dornéles Estivallet (Teixeira, 2002).

Em 1958, Mauro Borges se elege Deputado Federal pelo Estado de Goiás, o mais votado. Em 1960, o Congresso Nacional foi transferido do Rio de Janeiro para Brasília. E em 1961, Mauro Borges é eleito Governador do Estado de Goiás pelo Partido Social Democrata

(PSD) com apoio de seu pai o então Senador da República Pedro Ludovico Teixeira (Senado Federal, 2019).

De acordo com a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás o documento Reformas Administrativas (2005) nos mostra que muitos foram os órgãos, agências, institutos, departamentos, autarquias, fundações e empresas públicas criadas pelo governador Mauro Borges no intuito de disciplinar, criar, reformar, e proteger a economia de Goiás. O objetivo de Mauro Borges era agilizar as ações públicas e implementar a execução do seu 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico, que ficou conhecido como *Plano MB*, fazendo referência ao seu nome (Goiás, 2005).

Ele e seu pai, Pedro Ludovico Teixeira, segundo análises de trabalhos / pesquisas de campo através de relatos de alguns que viveram aquele momento, além de levantamentos documentais, foram governantes que procuravam resolver lacunas sociais da sociedade sofrida do campo, os menos favorecidos e os trabalhadores de modo geral, mas sem deixar de lado a atenção e assistência aos grandes empresários, banqueiros, latifundiários e ao grande capital.

3.2 O Plano de Reforma Agrária de Mauro Borges

Mauro Borges acreditava que ceder terras para os camponeses trabalharem era a solução para tirar a sociedade da pobreza e desenvolver o Estado e o País “A Reforma Agrária se coloca, então, como elemento chave na aceleração do desenvolvimento econômico, social e político.” (Teixeira, 1987, p.12). Borges atrelava a aceleração do desenvolvimento econômico-social de Goiás à reforma agrária.¹

De acordo com Calil (1999, p.58) Mauro Borges via na reforma agrária a finalidade de levar prosperidade ao homem da gleba. Segundo informações da Casa Civil de Goiás, em 6 de junho de 1962 o Governador Mauro Borges sanciona a Lei 4.039 que cria o IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, criado para implantar através dos *Combinados Agro – Urbanos*, um esquema de Reforma Agrária que segundo ele era “simples e objetiva” sem fins “ideológicos”. Segundo Teixeira, 1987:

Vem o Govêrno, através do IDAGO, procurando implantar uma política de justiça social, de combate à grilagem e ao latifúndio improdutivo e introduzindo, no processo de desenvolvimento agrário, novas práticas, capazes de obstar os atos fraudatórios e de proporcionar melhores condições econômicas e sociais aos trabalhadores do campo de modo a elevar o nível de vida de nossas populações rurais. (Teixeira, 1987, p.13)

¹ Na década de 1960, de acordo com dados do IBGE, o antigo norte goiano, território correspondente ao que hoje é o Estado do Tocantins tinha 82,37% da sua população morando na zona rural.

Mauro Borges dá destaque no combate à grilagem e ao latifúndio improdutivo e ainda afirma que “o IDAGO constitui o maior e o mais importante passo de cunho reformista dado pelo atual Governo goiano.” (Teixeira, 1987, p.21) O objetivo do então governador era diminuir as desigualdades sociais através da distribuição cessionária de terras e com isso fomentar o trabalho familiar e cooperado no campo. Ainda de acordo com Teixeira, em matéria de Reforma Agrária, os *Combinados Agro – Urbanos* eram um braço executivo do IDAGO, inspirou-se nas experiências realizadas em Israel nos projetos *Kibutzim*.²

Os kibutzim são pautados no cooperativismo, na cooperação mútua, com repartição da produção, todos têm acesso a toda a produção. Mauro Borges havia encontrado em Israel uma solução para os pobres do campo e para a Reforma Agrária, ou pelo menos ele acreditou que sim, e que segundo ele, se tornaria “exemplo para todo o país” (Teixeira, 1987, p.21).

Segundo Teixeira (2002, p. 161), o projeto era constituído de quatro núcleos coloniais idênticos e de uma área urbana; cada núcleo com cerca de 1.300 alqueires geométricos, ou seja, 6.300 hectares. Por sua vez, cada núcleo seria subdividido em 200 lotes agrícolas de 25 hectares, destinando-se um lote para cada família. No centro geométrico de cada um dos quatro núcleos, designados pelas letras A, B, C e D, seria construída uma pequena vila de 200 casas residenciais para as famílias dos colonos, prédios para cooperativa mista, unidade de assistência técnicas, escola primária e um posto de saúde, além de uma patrulha mecanizada, armazéns e silos, templo religioso, centro social e uma praça de esportes.

Aos olhos do governador era o ambiente perfeito para o progresso das famílias camponesas no meio rural, desenvolvendo também a economia do Estado de Goiás. Para Wilson Calil (1999, p.99) “Os núcleos rurais de duzentas famílias, com base no sistema cooperativo, foram iniciados visando dar vida e habitação condignas aos habitantes dos

² De acordo com o site oficial *Kibutz Voluntary Program Center* – Centro de Programa Voluntário Kibutz – (2019) A palavra *kibutz* significa “reunião”, é um tipo de assentamento exclusivamente israelense baseado nos valores da responsabilidade social, na vida comunitária, cooperativa, cultural e de tradição judaica, tendo todo o trabalho, propriedade e lucro igualmente compartilhado por seus membros. Mais de 100 anos do primeiro *Kibutz*, Israel conta hoje com mais de 250 comunidades, que são responsáveis por cerca de 30% da produção agrícola israelense. De acordo a Agência Judaica (2019), organização não governamental que atua na conexão e apoio de judeus por todo o mundo com Israel, os *kibutzim* (*kibutz* no plural) possuem hoje aproximadamente 125.000 (cento e vinte e cinco mil) pessoas, 3% da população total de Israel. Ainda de acordo com a Agência Judaica, os *Kibutzim*, da palavra hebraica *kvutza*, que significa “Grupo”, foi uma ideia revolucionária de uma sociedade voluntária na qual as pessoas vivem de acordo com um contrato social específico, baseado em princípios igualitários e comunais em uma estrutura social e econômica. As principais características da vida no *Kibutz* foram estabelecidas em aderência ao coletivismo na propriedade, juntamente com um caráter cooperativo nas esferas da educação, cultura e vida social.

assentamentos.” O autor ao falar do projeto de Mauro Borges dá ênfase na “vida” e na “habitação” condignas, ou seja, justas e adequadas aos homens e mulheres do campo.

Houve a criação e a reformulação de algumas empresas públicas e departamentos no governo Mauro Borges para dar sustentabilidade ao seu projeto de reforma agrária, podemos citar como as principais, a CASEGO – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás, tinha o objetivo principal de racionalizar o processo de comercialização das safras, eliminando, assim, o ônus de uma mediação desnecessária por parte de terceiros, o que acaba por encarecer a produção. A CAESGO – Companhia Agrícola do Estado de Goiás – era uma sociedade de economia mista, o Estado obtinha 60 % de suas ações, empresa pública que tinha por fim fomentar o meio rural.

A CIAGO – Companhia de Abastecimento do Estado de Goiás S/A que tinha por meta promover a comercialização e ajudar a distribuição de gêneros alimentícios, também era uma sociedade de economia mista e ao Estado de Goiás cabia a parte de 51% das ações e a GEMGO – Granja Escola Modelo de Goiás, que teve por finalidade o estudo teórico e a aplicação experimental dos processos modernos da agricultura e pecuária, além do treinamento e alfabetização da comunidade rural (Casa Civil de Goiás, 2019).

Essas empresas se interligavam e se completavam nas atividades de armazenagem, abastecimento, distribuição e vendas dos produtos produzidos além da colonização das áreas mais remotas com o objetivo de realizar a reforma agrária no Estado de Goiás.

3.3 Os Combinados Agro – Urbanos no Antigo Norte Goiano

Uma grande aposta do governador Mauro Borges para resolver o problema da reforma agrária no Estado de Goiás foi a implantação dos *Combinados Agro – Urbanos* baseados em experiências vividas pelo governador em suas viagens internacionais.

Em 1962 o governador Mauro Borges juntamente com sua esposa Lourdes Estivallet Teixeira viaja à Israel a convite do Governo Israelita, em uma visita que durou 20 dias, onde o governador observou e estudou o modo de produção agrária coletiva e familiar dos Judeus. Foi dessa experiência que Mauro Borges formulou a ideia de *Agrovilas* ou *Rurópolis* e dentro dessa idéia uma estrutura que denominou de *Combinado Agro – Urbano*. (Teixeira, 2002, p.190) Para o Governador Mauro Borges:

Será necessário industrializar a produção agro-pecuária, proporcionar condições de educação pelo menos até o nível médio, hospitalização, cinema, comércio mais amplo, etc. Da existência dessas necessidades, impõem-se a conveniência da construção de uma cidade, que apoiará o desenvolvimento sócio-econômico dos núcleos coloniais. Esta cidade, por sua vez, receberá deles condições para existir.

Desta reciprocidade urbano-rural nasceu o nome: **Combinado-Agro-Urbano**. (Teixeira, 1987, p.29)

Mauro Borges acreditava na ideia urbano-rural, onde afirma que deveria haver uma cidade que desse apoio e condições mínimas de saúde, educação, comércio, lazer para uma produção agrícola de características familiares.

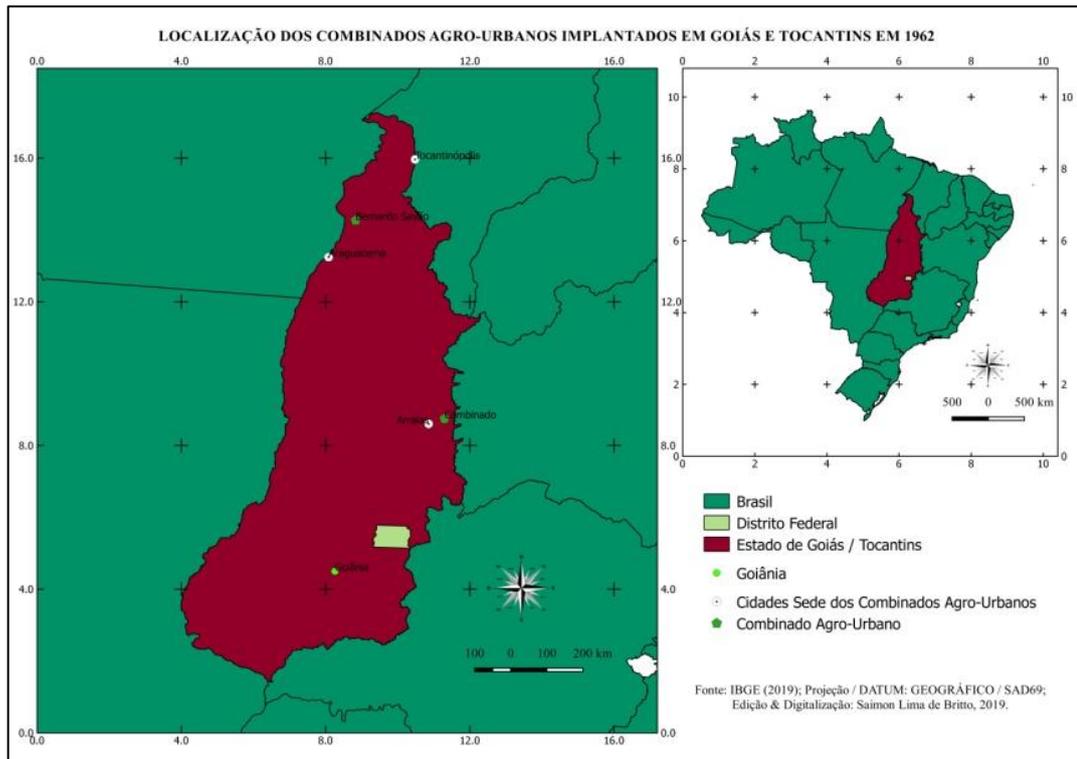
De acordo com Mauro Borges, a *Rurópolis* ou *Vila Rural Cooperativa* é uma comunidade de famílias dedicadas à agricultura com bases cooperativas. A Terra era estatal, não transferível, era propriedade do IDAGO, usualmente, era arrendada aos colonos por um período de 49 anos. Os colonos pagavam um aforamento anual ao IDAGO, esse aforamento seria um arrendamento da terra, porém, com valores simbólicos e mais justos, em relação aos praticados na região na época. Todas as Cooperativas das *Rurópolis* eram registradas no Ministério da Agricultura como Sociedades Cooperativas, como uma empresa com grande número de sócios, em que cada colono era um sócio com igual direito de voto aos dos outros. (Teixeira, 1987)

Segundo Borges (2002), a solução lógica era a organização das pequenas propriedades em cooperativas, pois assim teriam as condições econômicas necessárias para o desenvolvimento. Para ele o melhor tipo de cooperativa agrária é aquele que os agricultores vivem numa vila ou pequena cidade, as *Rurópolis*, com algo em torno de 120 a 200 famílias para que com essa condensação pudessem ser assistidos pelas políticas públicas nas áreas de habitação, água potável, energia elétrica, postos de saúde, escolas, entre outros.

Em uma de suas falas, Mauro Borges (2002, p.194) afirma que “Sou mais favorável a que se dê a terra ao trabalhador que não a possua e que possa trabalhá-la, sem ser proprietário, do que a distribuição pura e simples (...)” Ele era contrário ao sistema de reforma agrária de distribuição de títulos de terras, pregava em seus discursos o trabalho coletivo e cooperado familiar em terras públicas.

Ele não tinha em seus planos distribuir terras, mas sim, algo como um empréstimo, um aluguel, ou uma cessão de usufruto, para que os camponeses pudessem trabalhar e retirar os frutos da terra e de seu trabalho sem serem explorados pelos pagamentos de foros e arrendamentos abusivos. O projeto de reforma agrária em Goiás era para ser implantado de norte a sul no intuito de atender as regiões mais longínquas do estado. Segue figura 5 com a localização dos *Combinados Agro – Urbanos* implantados pelo governador Mauro Borges no ano de 1962.

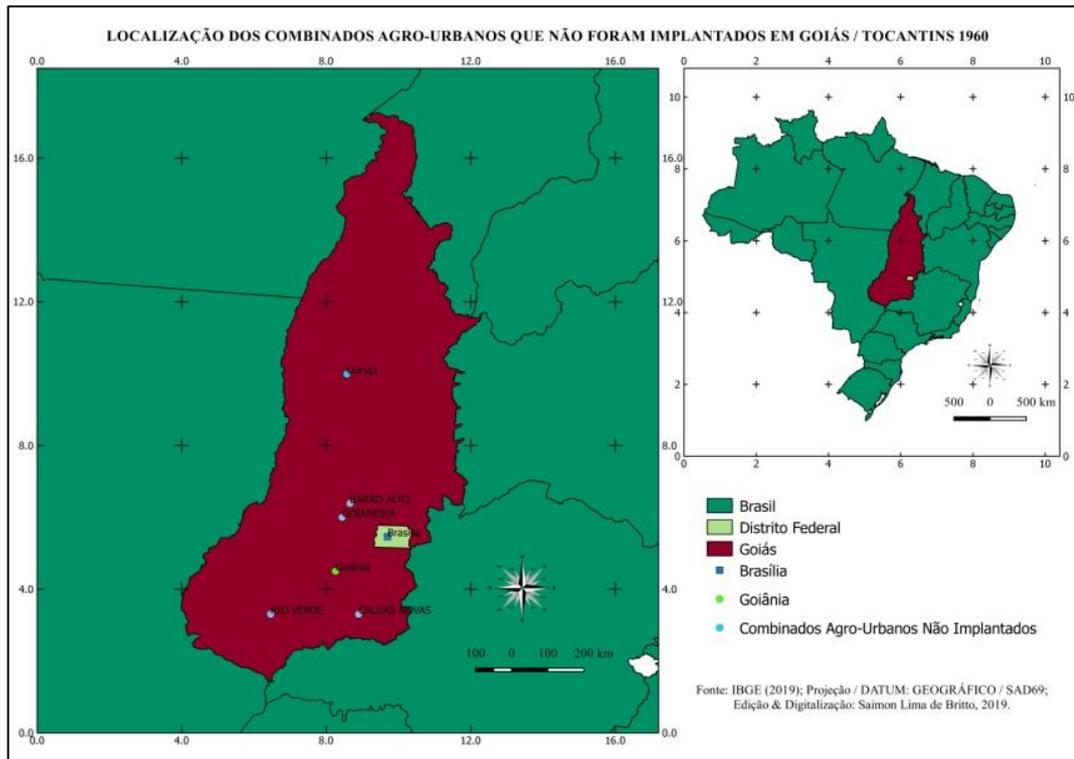
Figura 5: Localização dos Combinados Agro – Urbanos Implantados em 1962



Fonte: IBGE (2019) Org. Saimon Lima de Britto (2019)

Três foram os *Combinados Agro-Urbano* implantados pelo governador Mauro Borges no ano de 1962, esses núcleos foram instalados todos no antigo norte goiano, atual Estado do Tocantins. Dando continuidade ao projeto, nos planos do Governador Mauro Borges haviam mais 5 núcleos, que seriam em Gurupi – TO; Barro Alto – GO, Goianésia – GO; Caldas Novas – GO e Rio Verde – GO. (Teixeira, 1987). Segue figura 6 com os *Combinados Agro – Urbanos* que foram planejados, mas não foram implantados pelo governo Mauro Borges.

Figura 6: Localização dos Combinados Agro – Urbanos Não Implantados em Goiás / Tocantins 1960



Fonte: IBGE (2019) Org. Saimon Lima de Britto (2019)

No que iria a ser a segunda etapa da implantação dos *Combinados Agro – Urbanos* pelo Estado de Goiás, Mauro Borges agora ia realizar as implantações nas regiões centro-sul do Estado. Todo o projeto dos *Combinados Agro – Urbanos* foram paralisados devido o golpe militar de 1964. Os projetos de Combinados Agro-Urbanos eram vistos como ideologias comunistas pelos militares devido seus sistemas de cooperativas familiares.

O primeiro Combinado Agro – Urbano (CAU) foi implantado por Mauro Borges na zona rural do município de Arraias. De acordo com Mauro Borges (1987, p.30) “O primeiro e mais importante empreendimento do Governo de Goiás, no setor da política de desenvolvimento agrário a que se propõe, é o Combinado Agro – Urbano de Arraias”. Vemos nessa fala uma certa empolgação do então governador com o início do projeto, colocando-o como o mais importante de seu governo na área do desenvolvimento agrário.

O município de Arraias, atualmente com 10.645 habitantes (Censo, 2010) e localizado a sudeste do Estado do Tocantins, foi o local escolhido pelo governador Mauro Borges para implantação do seu projeto piloto no ano de 1962. Ocupando uma área de 6.500 alqueires, em terras cobertas de matas e topografia plana, abrangendo a Fazenda Suçuarana e parte da Fazenda Caatinga, áreas objeto de desapropriação tendo o Governo do Estado baixado os

Decretos de número 63 e 64 de 27 de junho de 1962 declarando ambas, para aqueles efeitos, de interesse social (IBGE, 2019).

A possibilidade de se conseguir terras boas, planas, a baixo preço, foi o elemento decisivo para a localização do projeto na zona rural do município de Arraias. Em 1962 a primeira *Rurópolis* do *Combinado Agro – Urbano de Arraias* já abrigava 114 famílias, totalizando 750 colonos, incluindo os solteiros (Teixeira, 1987).

Em trabalho de campo realizado na região sudeste do Estado do Tocantins, em março de 2019, em busca de ligações das/com a interiorização das Ligas Camponesas na região, fizemos uma visita ao antigo projeto de reforma agrária o *Combinado Agro – Urbano de Arraias*, hoje, Município de Combinado – TO, lá encontramos alguns moradores pioneiros da época, que nos concederam entrevistas e nos trouxeram alguns esclarecimentos, assim como alguns detalhes do projeto na prática, seu funcionamento, a assistência por parte do Estado e detalhes que justifiquem a descontinuidade do mesmo por parte do militares pós 1964.

Foram quatro os principais entrevistados na cidade de Combinado – TO, o servidor público aposentado do IDAGO senhor Arcelino Moreira de Souza; a Parteira do Projeto Combinado senhora Clarice Augusto da Silva, e as professoras Celina da Silva Ramos e Edsoninha Martins Novais, todos pioneiros no projeto.

As entrevistas foram estruturadas com perguntas previamente elaboradas realizadas de forma verbal, porém de livre resposta do entrevistado também de forma verbal e registrado via gravação de áudio pelo pesquisador / entrevistador acompanhado de caneta e bloco de notas para elencar os principais pontos. As entrevistas tiveram o auxílio da pesquisadora Esp. Marília Viana Miranda que acompanhou todo o trabalho / pesquisa de campo na região sudeste do Estado do Tocantins.

No Projeto Combinado Agro – Urbano de Arrais havia um plano de educação, que consistia na instalação de escolas e na contratação de professoras recém formadas. A professora Edsoninha Martins Novais, hoje com 77 anos de idade, de acordo com seus relatos, chegou ao projeto do Combinado – Agro – Urbano de Arraias por volta de 1963, com 21 anos de idade. Segue figura 7 da Professora Edsoninha Novais em trabalho de campo realizado na cidade de Combinado – TO em março de 2019.

Figura 7: Professora Edsoninha Novais



Foto: Esp. Marília Viana Miranda (2019)

Uma das primeiras professoras do projeto, natural da cidade de Arraias, então Estado de Goiás, recém formada em Magistério na cidade de Morrinhos – GO e concursada a serviço do Governo do Estado de Goiás, foi designada para trabalhar no Projeto Combinado Agro – Urbano de Arraias. A professora relata sua chegada ao projeto com alguns detalhes sobre a estrutura da qual se deparou num primeiro momento.

Fui para um lugar chamado “Acampamento” lá ficavam os trabalhadores e os chefes que trabalhavam na implantação da colônia. A escola era feita de tábuas de *imbiruçu*, em cada sala de aula acomodavam-se de 25 a 30 alunos de 1ª a 4ª série, um acúmulo. Todo o material didático inclusive as provas vinham de Goiânia, pois a escola era estadual, comandada pela Secretaria Estadual de Educação de Goiás. (Entrevista com a Professora Edsoninha Novais em março de 2019)

Ela explica que a escola oferecia apenas o ensino primário e era feita de uma simples estrutura de materiais rústicos com salas de aula superlotadas e que todo o controle educacional vinha da capital Goiânia. De acordo com a professora no início do projeto havia uma simples escola, um galpão e um posto de saúde e que já em 1964 contava com 2 escolas. Ela afirma que as professoras não apenas lecionavam, como também faziam o serviço de merendeira, faxineira e outros mais que se fizessem necessários na escola, tudo isso para viabilizar o projeto e educar crianças e adultos.

Ao ser perguntado quais eram os critérios para morar e fazer parte no Projeto Combinado Agro – Urbano de Arraias ela afirma que:

Chegava e morava, havia quatro Rurópolis R1, R2, R3 e R4, mas a única que vingou foi a R1 atual cidade de Combinado, hoje o “Acampamento” se tornou povoado da atual cidade. Na colônia teve muitas lavouras, com plantações de arroz, algodão, mandioca, e muitas outras coisas, e o chefe da Colônia era um senhor de nome Abílio Batista Ramos. (Entrevista com a Professora Edsoninha Noivais em março de 2019)

Edsoninha narra um pouco sobre o planejamento estrutural do Projeto Agro – Urbano de Arraias e nos conta que o mesmo era dividido em quatro Rurópolis, que seriam as vilas rurais pensadas por Mauro Borges inicialmente, mas que apenas a R1 se desenvolveu no que é hoje a cidade de Combinado – TO. Além disso, é importante ressaltar o enfoque que a professora dá na produção local, narrando a diversidade das lavouras, além de citar o nome do administrador local, o senhor Abílio Batista Ramos.

Ao ser questionada sobre a reforma agrária proposta por Mauro Borges, ela nos conta que:

Na época falavam em reforma agrária, foi um tempo muito bom de muitas lavouras, mas hoje as fazendas e a criação de gado tomaram conta de tudo. Com a criação do Tocantins as coisas voltaram a melhorara, salários passaram a ser pagos em dias e em valores mais altos, pois na época do Governo de Goiás passava de 3 a 4 meses sem receber, já cheguei a ficar 10 meses sem salário. (Entrevista com a Professora Edsoninha Noivais em março de 2019)

A professora Edsoninha foge um pouco da nossa pergunta e se limita a dizer que naquela época se falava em reforma agrária e ao mesmo tempo em que afirma que foi uma época de muitas lavouras, ou seja, muita fartura. Na fala da professora observamos uma conexão com entre a reforma agrária e bons tempos do Projeto Combinado Agro – Urbano de Arrais no sentido das diversidades das plantações. Outro ponto colocado com ênfase pela professora foi a criação do Estado do Tocantins o que ela atrela a melhores condições salariais.

Em Combinado – TO, conversamos com a Professora Celina da Silva Ramos, hoje com 79 anos, chegou ao Projeto Combinado Agro – Urbano de Arraias aos 24 anos de idade, mas segundo ela.

Assim que cheguei logo o governador Mauro Borges foi cassado, cheguei em julho de 1964, no auge da revolução, fiz o magistério na cidade de Morrinhos, no Centro de Professores Primários de Morrinhos, que formava professoras para lecionar nos anos iniciais de 1ª a 4ª série. (Entrevista com a Professora Celina Ramos em março de 2019)

Em nossa entrevista com a professora Celina, identificamos que ela se refere ao golpe civil-militar de 1964 como “revolução”, pois assim era amplamente divulgado pelos jornais impressos, rádio e televisão na época, com o intuito dos golpistas obterem o máximo de apoio

popular ao colocarem o golpe de estado como necessário para evitar um mal maior, a implantação do comunismo no Brasil. A professora relata um pouco sobre sua formação e suas vivências no projeto agro-urbano. Segue figura 8 da Professora Celina da Silva Ramos.

Figura 8: Professora Celina Ramos



Foto: Esp. Marília Viana Miranda (2019)

Natural da cidade de Arraias estudou na cidade de Morrinhos “o curso durava dois anos, após terminar o curso você ia para o lugar que determinasse, e eu fui determinada para cá, eu e outra colega minha, mas o salário era o mesmo de quem estava em Goiânia”. Ao que se percebe que todas as professoras assim que terminavam o curso de magistério já tinham emprego garantido pelo Estado, acredita-se ser devido à alta carência de professoras nas áreas mais longínquas do Estado e os altos índices de analfabetismo, que no Brasil, segundo o INEP, chegava a 39,7% na década de 1960.

A professora Celina Ramos nos trás algumas informações sobre o projeto que juntamente com as demais entrevistas realizadas, vão se formando e se complementando umas em relação às outras e nos leva ao entendimento dos processos sociais relacionados ao projeto de colonização e reforma agrária proposto por Mauro Borges para aquela região entre os anos de 1961 a 1964, que insinuam ligações diretas e/ou indiretas com as Ligas Camponesas e seus projetos revolucionários, justificando suas passagens e permanências pelo território do antigo norte goiano.

Entrando nas relações externas sociais e econômicas do Combinado – Agro – Urbano de Arraias segundo a professora Celina Ramos “só rodava caminhão aqui, tudo nosso era em Arraias ou Goiás, até avião tinha aqui, se alguém adoecesse tinha um rádio que falava com Goiânia e mandavam buscar o doente de avião”. Devido o isolamento geográfico do local seu acesso principal era por via aérea, além de caminhões que faziam a logística de escoamento da produção.

De acordo com a professora Celina sobre os processos de aquisição de terras e a participação no projeto agro-urbano ela assevera que.

Eles (os camponeses) não eram donos, traziam as famílias, veio família de São Paulo, de Minas Gerais, do Sul de Goiás, cada um recebia um pedaço de terra e plantava, podia trabalhar nela, mas no dia que fosse embora a terra, a casa, não podia vender, saía deixava pra trás, o projeto era bem estruturado, teve um colono que foi embora e eles foram atrás dele, mandaram voltar, porque saiu escondido né. Tudo era controlado pelos chefes e pelo governador Mauro Borges, tudo que passava aqui eles sabiam em Goiânia, passavam o rádio. (Entrevista com a Professora Celina Ramos em março de 2019)

Aqui a professora nos reafirma que as terras eram públicas e que os camponeses tinham apenas o usufruto da terra e não a propriedade privada em si, ressalta também o controle por parte do Estado e em especial do governador Mauro Borges, que acompanhava pessoalmente a implantação do seu projeto piloto. Ela comenta que havia muita gente no projeto e que.

Pra ganhar terra tinha que ser o casal, pelo menos os que ficaram foi casal, porque vinha e recebia um alqueire de terra, e plantava e o povo da cooperativa recolhia e você ia comer o da cooperativa. Se você tivesse 3 filhos, você pegava a quantidade que aquelas pessoas comiam, era proporcional ao tamanho da família. Daí você não podia nem dar, nem emprestar, porque fazia (a feira) de 15 em 15 dias, ou de 8 em 8 dias, conforme a necessidade, bem igual o comunismo mesmo né?! (risos) (Entrevista com a Professora Celina Ramos em março de 2019)

O sistema de cooperativa trazia a segurança alimentar as famílias, ao mesmo tempo em que o Estado aumentava sua produção agrícola tanto para abastecimento do próprio Estado como para a exportação, uma vez que o Estado tinha todo o controle de produção e logística e comprava toda a produção excedente dos camponeses cooperados. A professora também relaciona o sistema de cooperativa e a distribuição proporcional dos alimentos às famílias ao comunismo. De acordo com Celina Ramos sobre a forma de produção e cooperação mutua entre os camponeses e o Estado a professora relata que.

Na época da colônia ninguém passava fome, porque tinha alimentação da cooperativa, trabalhava, comia, não tinha essa de não trabalhar, ou trabalhava ou ia embora né. A cooperativa recebia os colonos, eles entregavam os produtos na cooperativa, daí a gente se alimentava desses produtos que saíam da cooperativa. Era tudo igual em Israel né, organizado. Vinha dos Estados Unidos o Leite de Soja,

vinha o Queijo, vinha a Manteiga, vinha até roupa dos Estados Unidos para os colonos (entrevista com a Professora Celina Ramos em março de 2019)

A professora a todo o momento se refere aos camponeses como colonos, mesmo que de forma inconsciente, talvez pela negação histórica do termo camponês que nunca foi aceito pelo estado brasileiro por ser um termo de empoderamento da classe camponesa assim como foi em outros países como Alemanha, China, Cuba entre outros.

Observarmos também a participação dos Estados Unidos nesse projeto, uma vez que se trata de um país liberal atuando num projeto que foi considerado comunista pelos ditadores militares brasileiros em 1964, esses mesmos ditadores que estavam sendo apoiados pelos Estados Unidos. Na verdade não se tratava de apoio a um projeto comunista, pois nunca o foi, mas sim um apoio estrutural em um projeto de produção agrícola em massa que mais tarde poderia vir a exportar sua produção agrícola de grãos a preços mais acessíveis, algo como uma contra partida entre Estados.

Sobre a educação formal no Projeto Combinado – Agro – Urbano de Arraias a professora Celina nos faz um relato semelhante ao da professora Edsonhinha.

Tinha R1, R2, R3, R4 e Acampamento, em todas as Rurópolis tinha gente morando, e todas tinham escolas, tinham 4 escolas e ainda tinha uma escola no Acampamento, era muita gente né. Eu trabalhava na escola da R1 e era professora da Secretaria de Educação de Goiás, a escola pertencia a Delegacia Metropolitana de Goiás, em Goiânia, de lá as provas já vinham prontas.

Dona Celina menciona que quando o Projeto Combinado – Agro – Urbano de Arraias foi abandonado as escolas da R2, R3 e R4 fecharam, permanecendo apenas a escola da R1. Segue figura 9 da primeira escola do Projeto Combinado Agro – Urbano de Arraias, a Escola Reunida do CAU/1, hoje, Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado, que permanece até hoje no mesmo prédio, porém, com reformas e ampliações que ocorreram com o passar dos tempos e das gestões estaduais.

Figura 9: Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado



Foto: Saimon Lima de Britto (março de 2019)

Em nossa visita a atual cidade de Combinado – TO percebemos que algumas estruturas permanecem no mesmo lugar e com as mesmas funções públicas, com mudanças físicas estruturais realizadas com o tempo, mas que ainda contam a história do lugar que se iniciou como um projeto estatal de reforma agrária, pelo menos assim foi apresentado por seus idealizadores.

Além da primeira escola, a professora Celina também afirma que a atual Prefeitura era a antiga “Casa de Administração”, e que permanece no mesmo prédio e no mesmo lugar, preservando também suas funções públicas, porém com outro embasamento jurídico que agora se faz o poder executivo municipal. Segue figura 10 da antiga Casa de Administração, hoje, Prefeitura Municipal de Combinado – TO.

Figura 10: Prefeitura Municipal de Combinado – TO



Foto: Saimon Lima de Britto (março de 2019)

A Casa de Administração, assim como hoje é a Prefeitura Municipal, era o centro do poder local, onde tudo se resolvia ou se tentava resolver, nela trabalhavam os encarregados de alto escalão do Governo do Estado, pessoas de confiança e de ligações diretas com o governador Mauro Borges. O projeto teve como administrador o sogro da Professora Celina Ramos, o senhor Abílio Batista Ramos, já falecido. Segue figura 11 do senhor Abílio Batista Ramos, último administrador do Combinado – Agro – Urbano de Arraias em 1964.

Figura 11: Sr. Abílio Batista Ramos último administrador do Combinado – Agro – Urbano de Arraias



Foto: Saimon Lima de Britto (2019)

Sobre Abílio Batista Ramos e o fim do projeto após a intervenção federal militar em Goiás a professora Celina nos relata que.

Meu sogro foi o ultimo responsável aqui, daí quando Otávio Lage assumiu o governo ele não seguiu a obra de Mauro Borges, porque disse que era comunismo, ai meu sogro foi deixando o povo entrar e quando foi em 1989 foi emancipado o município, passou a ser cidade, porque aqui pertencia a Arraias, tudo aqui era em Arraias e até hoje eles não se conformaram e ainda querem mandar aqui dentro. (Entrevista com a Professora Celina Ramos em março de 2019)

O senhor Abílio Ramos ao ver que o projeto havia sido abandonado, não hesitou em abrir o projeto para quem quisesse morar e ocupar um pedaço de terra nas vastas terras públicas da época. Esse ato contribuiu para o aumento da população dando origem ao município de Combinado quase trinta anos mais tarde.

E a professora continua seu relato sobre como se dava as questões cotidianas do Projeto.

A maior produção era de arroz e algodão, foi implantado um campo de experimentação para ver o quê que dava na terra, daí se plantou de tudo, quando cheguei por aqui eu achava abobora no meio da rua, maxixe, quiabo, até melancia a gente achava, se desse eles levava pra frente e depois que foi desativada a colônia eles passaram a tirar madeira.

Após a queda do governador Mauro Borges com o golpe militar e conseqüentemente o abandono do projeto, sem o apoio do Estado, o pouco que restou aos camponeses que resistiram em permanecer no local foi além da tentativa de roças de subsistência a exploração e venda da madeira nativa para outras cidades e estados.

Questionamos a professora se Mauro Borges havia sido acusado de ser *comunista*, ela nos explica que:

foi, porque ele implantou esse modelo de kibutz né, porque você não era dono das casas, você morava até o dia em que você queria, era um bem comum. Assim... ele tinha uma vaca que dava leite aos colonos... Tudo era igual né, ninguém era dono de nada, mas ao mesmo tempo era dono, porque usufruía daquilo (Entrevista com a Professora Celina Ramos em março de 2019)

Tudo o que se produzia no projeto agro – urbano de cooperativa familiar, que Mauro Borges colocava como um novo modelo de reforma agrária, era compartilhado entre todos, como explica a Professora Celina, ao mesmo tempo em que era dono, não era dono sozinho e esse era o “espírito” do projeto.

Vemos na fala dos entrevistados que os camponeses do projeto na época mesmo com todo o isolamento geográfico e social, bem como a carência educacional, sabiam o que estava acontecendo, mesmo que por boatos ou ouvir dizeres, sabiam de alguma forma das questões

políticas que envolviam o Projeto Combinado Agro – Urbano de Arraias. Ao ser questionado se já ouviu falar nas Ligas Camponesas ela responde que “sim”, mas sem dar mais detalhes.

As terras que eram públicas e de uso coletivo tornaram – se privadas de uso individual quando se deu os títulos das terras, momento em que as terras foram privatizadas. Foi no governo de Ires Rezende Machado, por volta de 1983, através do IDAGO, que foram distribuídos os últimos títulos definitivos das terras do Combinado – Agro – Urbano de Arraias. E ela denuncia que “aí foi vendendo, vendendo, vendendo... Agora virou fazenda de mineiro, é mineiro que tem terra aqui, foram comprando e juntando”. Era justamente o que temia Mauro Borges, que as terras fossem vendidas por aqueles que não quisessem mais trabalhar nelas.

Vemos na fala da professora Celina um interessante fenômeno social, a migração de mineiros (pessoas provindas do Estado de Minas Gerais) bem como a mudança jurídica de propriedade e o resultado imediato dessa mudança, que passa de pequenos lotes de glebas, para fazendas de “investidores” e “especuladores” vindos de outros lugares.

Houve três momentos administrativos e políticos que contribuíram e findaram o projeto do Combinado – Agro – Urbano de Arraias, o primeiro deles foi com o golpe militar em 1964, o abandono por parte do Estado, simplesmente se esqueceu o lugar, os chefes e responsáveis foram removidos e/ou exonerados, as estruturas foram abandonadas, e o povo ficou por sua própria conta, forçando muitos a abandonarem as terras e irem embora.

O segundo momento foi em meados de 1983 com a cessão dos títulos de propriedade privada da terra aos que ficaram e resistiram no local, com isso, a essência da coletividade e do cooperativismo foi findado, sendo cada qual responsável individual pela sua terra e sua produção, restando algumas poucas relações de escambo.

O terceiro e último ato que findou de vez qualquer possibilidade de retomada do projeto agro-urbano cooperativista de produção coletiva e compartilhamento de produção, foi a emancipação do território do Combinado – Agro – Urbano de Arrais em município, já no ano de 1987, com o nome de Combinado – GO, se tornando Combinado – TO em 1989 com a emancipação do Estado do Tocantins.

Dona Celina recebeu o título de Pioneira Combinadense, conferido pela Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins no ano de 2016. Segue figura 12 do título de Pioneiro Combinadense conferido a Professora Celina da Silva Ramos.

Figura 12: Título de Pioneira concedido a Professora Celina da Silva Ramos



Foto: Saimon Lima de Britto (março de 2019)

Pioneira, a Professora Celina apesar de ser natural de Arraias, não esconde seu amor por Combinado e adotou a cidade como sua terra natal.

A Infra – Estrutura no processo de implantação do Combinado Agro – Urbano de Arraias é relatada com mais detalhes pelo senhor Arcelino Moreira de Souza, pioneiro no projeto, hoje com 75 anos de idade, chegou no início do projeto em 1962, solteiro, com 21 anos, casou-se aos 22, Servidor Público Estadual do IDAGO, hoje aposentado, veio de São Paulo para Combinado, porém é natural do Piauí. Segue figura 13 do senhor Arcelino Moreira de Souza.

Figura 13: Servidor público aposentado do IDAGO Sr. Arcelino de Souza



Foto: Esp. Marília Viana Miranda (março de 2019)

O senhor Arcelino nos relata um pouco sobre o que vivenciou nos tempos de implantação do Combinado Agro – Urbano de Arraias ele começa afirmando que Mauro Borges limpou a área, loteou as ruas e entregou os lotes.

Eu era carpinteiro, fazia as casas provisórias de imbiruçu para as famílias morarem, terminava uma e começava outra num sentido quadriculado de ruas, pista no meio, casa pra cá, casa pra lá, quadriculado, não tem diferença do que é hoje, não tinha rua principal, os lotes das casas mediam 20m x 30m somente destinados para a moradia, a pessoa trabalhava na roça e morava na casa, os lotes para plantar eram maiores, de acordo com o tamanho de cada família. (Entrevista com Sr. Arcelino de Souza em março de 2019)

Construíam-se as casas provisórias para os camponeses que iam chegando com suas famílias, num formato urbano simples em quadriculado, onde o urbano além de ser o local de moradia seria o local de apoio social tal como saúde, educação, comércio, religião, entre outros. A idéia era justamente separar o urbano do rural, o lugar de morar era distinto do lugar de trabalhar, assim formando o agro – urbano.

O senhor Arcelino Souza conta que o governador sempre estava presente, próximo as pessoas e acompanhando de perto a implantação do projeto do Combinado Agro – Urbano de Arraias e nos narra sobre o início do projeto.

Primeiro houve o Acampamento, tudo começou no Acampamento, era uma espécie de alojamento para os servidores públicos e de toda a equipe que estava envolvida. O nome continua ser Acampamento, Povoado Acampamento, o começo de Combinado foi aqui, aqui foi onde tudo começou, as pessoas da administração moravam aqui, tinha engenheiro de Israel, engenheiro de outros países, agrônomos, aqui tinha um movimento bom.

Morador do Acampamento desde o início do projeto, a fala do senhor Arcelino vai ao encontro das entrevistas realizadas com as professoras Edsoninha Novais e Celina Ramos, e adiciona mais alguns detalhes ao relatar que na implantação, o Combinado Agro – Urbano de Arraias contava com a participação de engenheiros e agrônomos de outros países, provavelmente estudando nosso solo e fazendo experimentos de plantios dos mais diversos, pois como relatou a professora Celina Ramos, havia campos de experimentos. Segue figura 14 do Povoado Acampamento no município de Combinado – TO.

Figura 14: Povoado Acampamento



Fotos: Saimon Lima de Britto (março de 2019)

O Povoado Acampamento, antigo Acampamento, hoje se define em um lugarejo composto por pequenos lotes e casa despeça que se confundem entre o urbano e o rural, com moradores que viveram a época e/ou seus descendentes, algumas pequenas hortas e criação de pequenos animais como porco e galinha dão a característica de uma vida no campo ao lugar, que conta com energia elétrica, um ponto de ônibus, um telefone público, um campo de futebol de barro e uma caixa d'água que abastece o povoado.

O senhor Arcelino dá ênfase a produção local e a forma de organização do projeto agrário de Mauro Borges.

Fatura, armazéns lotados, tinha tudo, tinha manteiga enlatada, tinha carne todos os dias e um queijo enlatado de Israel, escrito na lata 'Aliança Para Ver o Progresso' tinha um grande Armazém, tudo o que os camponeses consumiam do Armazém era anotado e pago no final da safra e o que sobrava da safra o Governo comprava, não tinha desperdício e ninguém saía no prejuízo. (Entrevista com o senhor Arcelino de Souza em março de 2019)

Além do Armazém citado pelo senhor Arcelino, o Governo do Estado de Goiás também tinha galpões para estocagem da produção local do projeto Combinado – Agro – Urbano de Arraias. Segue figura 15 do ultimo galpão de armazenamento da produção agrícola do projeto, com capacidade de armazenamento de 50.000 (cinquenta mil) sacas, construído através da CASEGO – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás – empresa pública criada por Mauro Borges para fomentar a agricultura do Estado.

Figura 15: Galpão de Armazenamento da Produção Agrícola do Projeto



Foto: Saimon Lima de Britto (março de 2019)

Hoje o galpão se encontra dentro da zona urbana da cidade de Combinado – TO segue desativado para a finalidade proposta e serve atualmente como garagem da prefeitura municipal. Na imagem, vemos na fachada do galpão a sigla COOVALPA, que significa Cooperativa Agropecuária Vale do Palma, cooperativa local da época que se encontra inoperante e que faz em seu nome alusão ao Rio Palma que corta o município.

Ao ser perguntado se havia algum critério para ganhar um lote no projeto de reforma agrária de Mauro Borges o senhor Arcelino responde.

Não havia nenhuma exigência para ganhar um lote no combinado, chegou, fez a ficha que queria morar aqui e pronto, poderia ser solteiro não tinha isso não, era só chegar e dizer que queria morar e trabalhar, tinha muita gente de fora, aqui tem muito mineiro e trouxeram muito desenvolvimento. (Entrevista com o senhor Arcelino de Souza em março de 2019)

No decorrer da pesquisa, analisamos que o principal critério para fazer parte do projeto Combinado Agro – Urbano de Arraias era estar disposto a trabalhar e produzir nas terras públicas do Estado, seguindo as regras básicas de convívio e cooperação mútua entre as famílias. Mais uma vez a presença de pessoas vindas de outros estados é citada, e em especial provindos do Estado de Minas Gerais, questão que dividiu opiniões dos entrevistados, pois a professora Celina apontou os mineiros como promotores da concentração e exploração de terras, já para o senhor Arcelino foram pessoas que trouxeram desenvolvimento para o local.

O senhor Arcelino também confirma informações sobre a organização e o planejamento estrutural do projeto de reforma agrária de Mauro Borges, ele relata que:

Umas 300 famílias, R1, R2, R3 e R4 todos tinham gente. O R1 era o Combinado, com o nome de CAU/1 e R2, R3 e R4 eram Rurópolis. Todos cheios de gente, eu to falando em 300 famílias, mas tinha muito mais. Eram 4 Rurópolis cheias de gente, agora no CAU/1 era onde tinha mais, já tinha energia a motor, tocava serraria, marcenaria, e outras coisas, o governo ainda não tinha puxado energia para as outras Rurópolis. A ideia do governo é que todas as Rurópolis ficassem como a CAU/1 a ideia era juntar elas, unir elas em uma cidade só, se ele tivesse continuado no governo, porque só nesse prazo não dava. (Entrevista com senhor Arcelino de Souza em março de 2019)

Baseados nas informações do senhor Arcelino de Souza fizemos um croqui do que foi relatado por ele, juntamente com informações do Plano MB livro lançado pelo governo de Goiás na época, que tratava sobre as ações do governo nessa área, e também com informações dos demais entrevistados em Combinado – TO. Segue figura 16 do que seria a ideia inicial estrutural do projeto Combinado Agro – Urbano de Arraias.

Figura 16: Ideia inicial do projeto Combinado Agro – Urbano de Arraias.



Fonte: Trabalhos de Campo e Pesquisa Bibliográfica (2019). **Org.** Saimon Lima de Britto (2020)

O CAU/1 significa Combinado Agro – Urbano / 1 e R2; R3; e R4 são as Rurópolis 2, 3 e 4. Chamava-se Rurópolis, pois ainda dispunham de pouca ou nenhuma estrutura, havia moradores em todas, porém a estrutura física se iniciou apenas no CAU/1. Devido à grandiosidade do projeto não houve tempo o suficiente para que as Rurópolis se desenvolvessem em CAU, pois as mesmas contavam apenas com uma precária escola de ensino primário em cada uma e as casa de moradias feitas de talas de imbiruçu. Com o abandono do projeto por parte do Estado as Rurópolis deixaram de existir através das vendas das terras e abandono por parte de alguns camponeses devido à falta de apoio estatal e a conseqüente inviabilização de permanência.

As terras do projeto eram desapropriadas e compradas pelo Estado para a realização da reforma agrária, colocavam placas informando que ali eram terras do governo para fins de utilidade pública. Ao ser perguntado se soube do mesmo projeto em outros lugares ele afirma que “houve em Colinas e em Bernardo Sayão”, hoje municípios da região norte do Estado do Tocantins.

De acordo com o senhor Arcelino, as cidades de referência para o Combinado eram Arraias e Rio Claro, até emancipar o Combinado, uma vez que o projeto foi implantado na zona rural daquele município,

Naquela época Arraias ficava fora demais, hoje tá bom, tem estradas, linha de ônibus, naquele tempo era muito difícil chegar a Arraias, e muitas pessoas que eram empregadas aqui eram de Arraias na época uma viagem de caminhão para Goiânia poderia durar até 30 dias. Usavam avião aqui, é a mesma pista até hoje, Mauro Borges descia lá, colonos também desciam lá com grandes mudanças, mas não eram aviões de linha, eram aviões mandados do governo. (Entrevista com o senhor Arcelino de Souza em março de 2019)

Esse difícil acesso e comunicação entre os municípios tornavam as relações intermunicipais restritas, demoradas e muitas vezes inviáveis, ficando a cargo principalmente das linhas aéreas e dos sistemas de rádio. Era comum o uso de aviões a disposição da implantação do projeto, enviados pelo Governo e seus parceiros nacionais e internacionais. Segue figura 17 do “aeroporto” (pista de pouso) utilizada na época para o tráfego aéreo no projeto Combinado Agro – Urbano de Arraias.

Figura 17: Pista de Pouso utilizada no Projeto Combinado em 1962



Foto: Saimon Lima de Britto (março de 2019)

Na época esses aviões vinham principalmente de Goiânia, trazendo pessoas, equipamentos e alimentos para o projeto, aviões cargueiros e de passageiros, tudo para viabilizar a implantação desse modelo de reforma agrária apresentado e defendido por Mauro Borges em 1962, próximo à 100 km da cidade de Dianópolis, local em que no mesmo período

se instalou um Núcleo Revolucionário das Ligas Camponesas organizadas por Francisco Julião em Pernambuco e coordenadas por Clodomir Santos de Moraes na região.

Questionamos ao senhor Arcelino se na época havia algum movimento comunista na região, o mesmo afirmou que.

Na época aqui tinha um senhor de nome por José Euvídio que batia um papo comunista interessante, era morador daqui, falava que o comunismo era bom, mas o povo aqui não sabia o que era isso. Veio de Anápolis e depois sumiu pra lá de novo. (Entrevista com senhor Arcelino de Souza em março de 2019)

Sobre a Reforma Agrária, Arcelino de Souza afirma que o Combinado Agro – Urbano era um projeto de Reforma Agrária e que estava dando muito certo, na visão dele, era uma grande oportunidade das pessoas pobres trabalharem e terem o que comer. Quando entramos no assunto sobre o golpe civil-militar e o fim do projeto agro – urbano o senhor Arcelino relata que.

Quando Castelo Branco o cassou (Mauro Borges) aqui teve um prejuízo de milho muito grande, toneladas e toneladas de milho, Bubou tudo. Quando teve o golpe acabou tudo, os armazéns esvaziaram, muita gente foi embora porque não conseguia mais fazer as despesas que antes eram anuais e então passaram a ser semanais. Castelo Branco é uma pessoa muito boa porque tem muita coisa que ele fez de bem, mas 90% do que ele fez foi ruim, Castelo Branco foi pesado. (Entrevista com o senhor Arcelino Moreira de Souza em março de 2019)

Ele nos revela que poucos foram os que resistiram, pois sem o respaldo do Estado, o abastecimento dos armazéns ficava comprometido e a escoação da safra ficara a cargo de cada um “Eu resisti, eu era empregado, quando o governo Mauro Borges acabou eu passei pra Cooperativa, havia ficado na Cooperativa e ainda trabalhei dois anos e não recebi” o senhor Arcelino denuncia que ficou recebendo do Estado através da Cooperativa, e que depois a Cooperativa faliu e quem era funcionário dela perdeu tudo, inclusive ele que deixara de perceber Cr\$ 500.000,00 (Quinhentos mil Cruzeiros). Ele também reconhece o quanto refletiu de forma negativa o golpe civil-militar de 1964.

Ao questionarmos se houve repressão militar em Combinado, o senhor Arcelino conta que “os militares não estiveram aqui, apenas esqueceram que o lugar existe”, e reforça “ninguém apareceu aqui” o projeto agro-urbano de Mauro Borges foi simplesmente abandonado, diretores exonerados, subsídios cortados, os camponeses e prestadores de serviços dos mais diversos ficaram a própria sorte.

Ele declara que a queda de Mauro Borges teve influência direta do então Deputado Federal pela Arena, João Abreu, da cidade de Arraias, e faz uma observação “a Arena não gostava muito dos pobres não” ele conta com muita tristeza a queda do governador Mauro

Borges, que segundo ele, foi cassado injustamente pela acusação de ser comunista, e expõe que em momento algum o governador falava ou insinuava sobre comunismo.

Arcelino assevera que a maioria das terras são pequenas e que os que ficaram continuaram produzindo e que ele foi um deles.

Então passei a ser lavrador e plantei e achei bom e naquele tempo chovia bom aqui, hoje em dia aqui não chove não, hoje a chuva em vista aquele tempo acabou, não tem, mudou demais, aqui tem ano que nem milho não ganha, arroz depois que planta dá com muito tempo

O senhor Arcelino saiu da condição de servidor público para camponês de uma hora para outra, com o golpe militar e a cassação do governador Mauro Borges. Interessante a fala onde ele pontua as condições climáticas do lugar, pois há 57 anos as terras eram encharcadas e férteis, hoje com baixa produção, mudanças climáticas que interferiram diretamente na vida das pessoas.

Sobre a questão da Saúde Pública no Combinado Agro – Urbano de Arraias dona Clarice Augusto da Silva, Parteira, hoje com 83 anos, nos esclarece que chegou no projeto agro-urbano de Mauro Borges aos 26 anos de idade no ano de 1962, devido seu atual estado de saúde, nos trás algumas poucas informações sobre o passado, porém informações de extrema importância para o entendimento do processo de cooperação social implantado na região naquela época.

Ela conta que é natural da Paraíba, mas que veio de São Paulo para ajudar na implantação do projeto do Combinado – Agro – Urbano de Arraias. Nos trás a informação que era casada somente na igreja e que para fazer parte do Combinado tinha que ser casada no civil também. Casou-se com o senhor Francisco Augusto, também pioneiro, hoje, falecido.

Relata que Mauro Borges a convidou para o projeto com promessas de ser “um lugar bom para trabalhar e ganhar dinheiro” e afirma que “era mesmo”. Segundo ela, veio de “pau-de-arara” (carro velho, geralmente uma caminhonete, onde se viajava na carroceria, que poderia ser coberta ou não, geralmente o veículo não fornecia segurança adequada aos passageiros) até Anápolis – GO e de lá foi de avião juntamente com outras famílias até o Projeto Combinado.

Ajudou a fundar o primeiro Hospital do Projeto e que seu trabalho era voluntário, realizava os partos na *colônia*. O hospital que dona Clarice ajudou a fundar em Combinado é no mesmo local e no mesmo prédio até hoje, com algumas reformas e ampliações que se passaram com o tempo. Segue figura 18 do Primeiro Hospital do Projeto Combinado Agro – Urbano de Arraias, hoje, Centro Municipal de Saúde de Combinado – TO.

Figura 18: Centro Municipal de Saúde de Combinado – TO



Foto: Saimon Lima de Britto (2019)

Como parte integrante fundamental na implantação do projeto, a unidade de saúde básica atendia os camponeses fazendo parte de um conjunto de estruturas que davam suporte e assistência social da comunidade que se iniciara naquele momento, integrando setores como educação, moradia e subsistência alimentar, tudo para viabilizar o projeto de Mauro Borges garantindo a permanência das famílias camponesas no lugar.

Dona Clarice Augusto da Silva recebeu da Secretaria de Educação, Juventude e Esporte do Governo do Estado do Tocantins, em primeiro de junho de 2016, o título de Pioneira Combinadense pela sua contribuição e serviços prestados ao município de Combinado – TO. Segue figura 19 do título de pioneira concedido a dona Clarice Augusto da Silva.

Figura 19: Título de Pioneira concedido a Dona Clarice Augusto da Silva



Foto: Saimon Lima de Britto (março de 2019)

Segundo ela, na época sempre estava envolvida com as questões do hospital, sem muito envolvimento com as questões políticas e administrativas do projeto Combinado. Devido o estado de saúde delicado da senhora Clarice Augusto da Silva, não nos alongamos muito na entrevista, também, em respeito a sua pessoa, não foi feito registro fotográfico da mesma. Com isso, seguimos com os trabalhos / pesquisas de campo para a cidade de Arraias – TO, para saber um pouco da visão de quem estava lá na época da implantação do Combinado Agro – Urbano.

Na cidade de Arraias – TO nos inteiramos melhor sobre o processo de arrendamento e privatização das terras do projeto de reforma agrária de Mauro Borges, esse processo de arrendamento e privatização foi incentivado pelo senhor Abílio Batista Ramos, último administrador do projeto e sogro da professora Celina Ramos, contribuiu consideravelmente para terminar de findar com a ideia inicial de produção coletiva em terras públicas proposto por Mauro Borges, quando após o abandono do projeto por parte do Estado, abriu o projeto para outras pessoas entrarem e permitiu a venda das glebas de terras.

Ao chegar a Arraias – TO tivemos a oportunidade de conversar brevemente com o senhor João Teixeira Chaves, natural de Arraias, hoje com 75 anos de idade, chegou ao Combinado – Agro – Urbano de Arraias no ano de 1965, aos 21 anos de idade, chegou em Combinado um ano após o abandono do projeto por parte do Estado, após a cassação de

Mauro Borges, e logo se percebeu as mudanças das relações econômicas no projeto agro-urbano.

Eu cheguei na colônia em 1965, tive um lote de terras na lá, trabalhava na lavoura, mas fiquei pouco tempo, tive que vender tudo e ir embora porque o lote de terras era arrendado e eu não tava conseguindo pagar os custos da renda.

Vemos que essa situação vai totalmente contra o objetivo central do projeto, que era acabar com os altos valores e exploração de arrendamentos e foros de terras para os camponeses. Analisando a situação do senhor João Chaves, observamos a seguinte situação, o senhor João Chaves chegou ao projeto Combinado no ano de 1965, um ano após o golpe militar que abandonou o referido projeto, em apenas um ano já havia glebas de terras sendo arrendadas a terceiros, uma rápida mudança no sistema da relação com a terra.

Ao ser questionado se ouviu falar nas Ligas Camponesas, o senhor João Chaves afirma que “sim, mas não sei dar detalhes”. Alguns entrevistados em Combinado – TO afirmam que ouviram falar nas Ligas Camponesas, ou em um Movimento Comunista, mas nada concreto, outros preferem dizer que não se inteiravam das questões políticas e administrativas da época, talvez num intuito de não falar sobre o assunto. O que sabemos de fato é que ali próximo estava sendo implantado um campo de guerrilha das Ligas Camponesas, e não se sabe se o projeto de reforma agrária do Estado atraiu as Ligas ou se as Ligas foram determinantes para a implantação do projeto naquele lugar.

Também na cidade de Arraias – TO, conhecemos a senhora Therezinha Marques Alves, mais conhecida na cidade de Arraias – TO como *Vovó Teca*, nome dado carinhosamente a sua pequena loja de artesanato no centro histórico da cidade. Dona Therezinha Alves é uma figura que representa o acontecimento social de imigração relatado pelas professoras Edsoninha Noivais e Celina Ramos e pelo senhor Arcelino de Souza, imigração provindos de outros estados para a referida região, mas em especial do Estado de Minas Gerais.

Nasceu em Três Corações, Estado de Minas Gerais, em 25 de junho de 1936, hoje com 83 anos de idade, ganhou “Alves” em seu nome, quando ainda menina, aos 15 anos de idade, quando se casou com e então Sargento Carlos Teixeira Alves, ainda em Três Corações – MG. Chegou em Arraias – TO em 1958, aos 22 anos de idade, onde se estabeleceu com a família. De acordo com ela.

Em Arraias já fui de tudo um pouco, fui comerciante, cabeleireira, sacoleira, profissões que conjugava com os deveres de esposa, companheira e mãe dedicada. Iniciei meus trabalhos com artesanato como forma de lazer e hoje se transformou paixão vendo meu trabalho em vários estados Goiás, Mato Grosso, Paraíba,

Alagoas, São Paulo, Brasília, e outros. (Entrevista com a senhora Thereza Alves em março de 2019)

Segundo ela seus produtos mais vendidos são colchas de cama e roupas de mesa, tudo feito artesanalmente e que segundo ela mesma são de altíssima qualidade. Segue figura 20 da senhora Thereza Marques Alves em seu atelier. Da esquerda pra direita, Thereza Marques Alves e a pesquisadora Esp. Marília Viana Miranda.

Figura 20: Thereza Marques Alves e Esp. Marília Viana Miranda



Foto: Saimon Lima de Britto (março de 2019)

A senhora Therezinha Marques Alves, ganhou o título de Cidadã Arraiana conferido pela Câmara Municipal de Vereadores de Arraias – TO, por seu pioneirismo e por seus serviços prestados a sociedade de Arraias – TO. Ela declara que se considera “uma verdadeira Artesã Arraiana”. Então indagados se de alguma forma ela participou do projeto do Combinado – Agro – Urbano de Arraias, ela relata que.

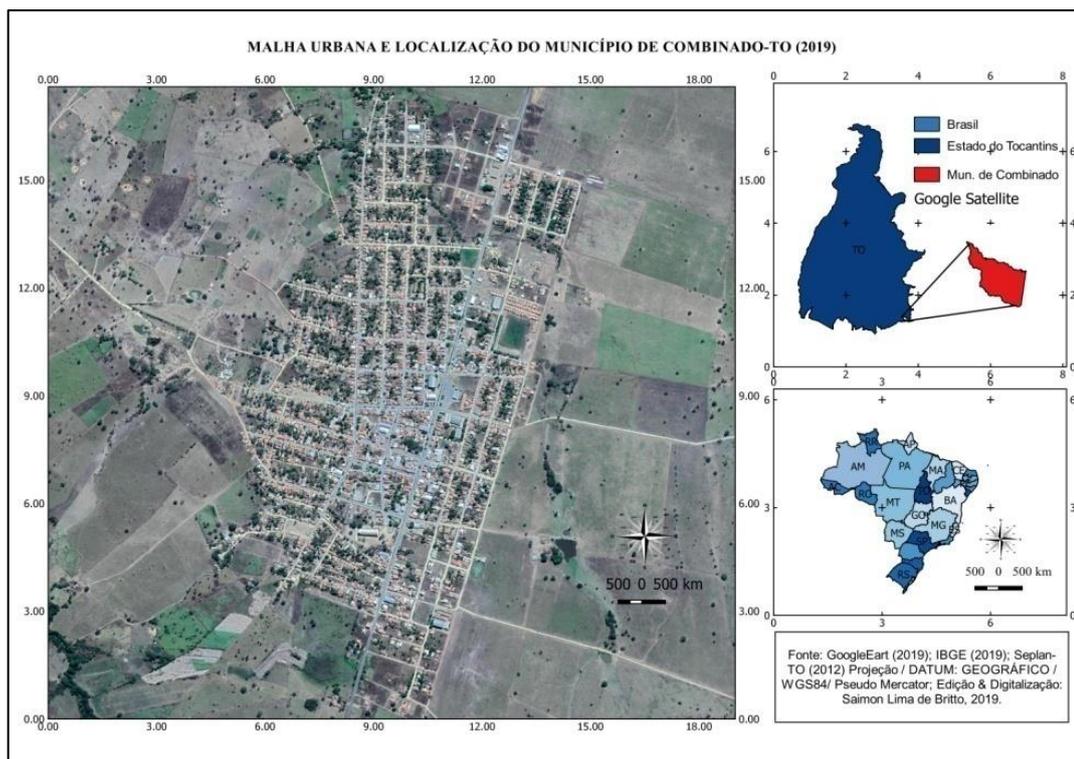
Não estive em Combinado, mas meus filhos e meu marido trabalharam lá, eles tinham caminhões e no início eles transportavam arroz para Goiânia e Brasília e depois eles passaram a transportar madeira para esses lugares. Era muito difícil o acesso pra lá, então eu ficava aqui por Arraias mesmo. (Entrevista com a senhora Thereza Alves em março de 2019)

Essa última fala da Dona Thereza Alves vai ao encontro da fala da Professora Celina Ramos que em sua entrevista nos contou sobre a exploração de madeira nativa em Combinado com o fim do projeto de Mauro Borges. Também vai ao encontro da fala do senhor Arcelino Souza que nos relatou que apenas caminhões rodavam por lá.

Outro ponto relatado pela Professora Celina Ramos e pelo senhor Arcelino de Souza que confirma todo o contexto das relações comerciais externas e pós o projeto Combinado é a forte presença de mineiros (pessoas provindas do Estado de Minas Gerais) e seu empreendedorismo na região, que vão desde a aquisição de terras para formação de fazendas até a abertura de comércios e a prestação de serviços em várias áreas. Esses relatos fazem nos observar a conexão entre os fatos através dos relatos que foram colhidos em nosso trabalho de campo e que vão se conectando formando assim uma só conjuntura.

Hoje, o município de Combinado – TO possui uma população de 4.669 habitantes, com gentílico de combinadense, em uma área territorial de 209, 572 km² e está localizado a sudeste do Estado do Tocantins a uma distancia de 68,7 km da cidade de Arraias – TO pela TO-110 (IBGE, 2010). Segue figura 21 de localização do município e da atual malha urbana da cidade de Combinado – TO.

Figura 21: Malha Urbana e Localização do Município de Combinado – TO



Fonte: Seplan-TO Org. Saimon Lima de Britto (2019)

Em análise as imagens de satélite verificamos uma malha urbana organizada predominantemente quadriculada, como afirmou o senhor Arcelino de Souza em entrevista, com um eixo central formado pela principal rodovia que corta a cidade do início ao fim, essa

organização urbana vai sendo dada continuidade a medida em que a cidade vai crescendo. Em volta da cidade, observa-se campos de plantações de silviculturas e pastos, além de estradas vicinais e propriedades rurais, é o que se transformou o projeto de Combinado Agro – Urbano de Arraias, uma pequena cidade que vive do campo, mas não mais como foi projetada inicialmente, pois as relações com o campo agora são outras com a inserção e o aparecimento de novos agentes sociais e novos elementos. Segue figura 22 da igreja matriz no centro urbano da cidade de Combinado – TO.

Figura 22: Igreja Matriz no centro da cidade de Combinado – TO



Foto: Saimon Lima de Britto (março de 2019)

O Combinado Agro – Urbano de Arraias foi Distrito da cidade de Arraias até o ano de 1987 quando se tornou município independente pela Lei Estadual nº 10.402 do Estado de Goiás, de 30 de dezembro. A cidade possui serviços básicos de saúde, educação, abastecimento, rodovias pavimentadas de acesso, toda estrutura básica de comunicação como agência dos correios, sinal de televisão e internet, um pequeno comércio local para as necessidades básicas de alimentação, vestuário, mobiliário, entre outros.

O Governo de Mauro Borges na época não queria perder tempo, pois a reforma agrária no Estado de Goiás era compromisso pessoal dele com o povo sofrido do interior do Goiás e por isso, carro chefe de seu plano de governo, mais conhecido como Plano MB. Foi assim que, logo, sua equipe da Secretaria da Agricultura, preparando o terreno para as futuras atividades do IDAGO, e antecipando-se à execução dos planos, criou pela portaria de número

14 de 31 de março de 1962, a – *Frente de Colonização do Norte do Estado* – com sede no município de Tocantinópolis, hoje, extremo norte do Estado do Tocantins, região conhecida como *Bico do Papagaio*, apesar do termo *colonização* Mauro Borges tratava a questão como reforma agrária, tanto em seus discursos, como em seu plano de governo.

A Frente de Colonização de Tocantinópolis, contava em caráter permanente, com um agrônomo, um médico, um odontólogo, uma enfermeira, um chefe de escritório, um auxiliar e um administrador de campo. Em Tocantinópolis primeiramente assentaram 45 famílias em três grupos de 15 famílias cada um, residindo em casas rústicas. Construiu-se 1,5 km de estradas, ligando a cidade de Tocantinópolis à sede do projeto, além de 6 km de vias internas, ligando os grupos instalados, os quais se constituíram totalizando o primeiro núcleo com 60 famílias. (Teixeira, 1987)

Atendendo à Secretaria da Agricultura, o governador do Estado de Goiás baixou o Decreto nº 33-A de 9 de abril de 1962, considerando de utilidade social, para efeito de expropriação, as áreas das Fazendas Santana e Estreito, no Município de Tocantinópolis, com o total de 42.192 hectares, para que se pudesse instalar na referida área mais um projeto de reforma agrária (Casa Civil de Goiás, 1962).

Foi também instalada uma Escola com capacidade para 55 alunos, em casa coberta de palha de babaçu, segundo os padrões típicos locais. Os camponeses, além de assistência médica, dentária e agrônômica, recebiam do IDAGO, sementes selecionadas e ferramentas agrícolas, segundo informações do próprio governador Mauro Borges em seu Plano MB (Teixeira, 1987).

Não se tem muitas informações sobre a *Frente de Colonização de Tocantinópolis*, o que descobrimos em nossa pesquisa é que no ano de 1963 o governador Mauro Borges sancionou a Lei Estadual nº 4.863 autorizando a doação de uma área de 7.000 hectares à *Cooperativa dos Babaçueiros do Norte Goiano Ltda*. A Lei deixa claro que as terras permanecem sendo propriedade do Estado e que os camponeses tem o período de 49 anos para trabalhar e retirar da terra seu sustento (Casa Civil de Goiás, 1963).

No ano de 1963, Tocantinópolis já era constituída como uma das principais cidades do antigo norte goiano, atual Estado do Tocantins. De acordo com Palacín (1990, p. 20) “o censo de 1920 deu para Boa Vista [Tocantinópolis] uma população de 25.786 habitantes, a segunda do Estado” somente inferior a Catalão – GO com 38.574 habitantes. E continua pontuando a importância do município para o Estado de Goiás.

No censo de 1920, com efeito, o norte aparece como a região com maior rebanho bovino, 1.098.128 cabeças, superando o sul – 862.784 – e o sueste – 518.980 – e o

mato grosso goiano – 304.187. Boa Vista [Tocantinópolis] com 129.950 cabeças era o município com maior rebanho no norte e o quarto do Estado. (Palacín, 1990, p. 32)

Segundo Aldenora Correia (1977, p.22), a cidade de Tocantinópolis havia sido elevada a categoria de cidade no ano de 1858 com o nome de Boa Vista do Tocantins e em 1943 passou a chamar-se Tocantinópolis, pois naquela época em conformidade as leis federais, não podia haver duas cidades com o mesmo nome em território nacional.

Assim, por Tocantinópolis já ser constituída como uma cidade relevante na época e pela pouca distância, que de acordo com Teixeira (1987) era de 1,5 km entre a zona urbana de Tocantinópolis e o projeto de reforma agrária implantado por Mauro Borges que foi intitulada de *Frente de Colonização de Tocantinópolis*, acredita-se que pode ter havido ali uma conurbação territorial e com o passar dos anos o projeto de reforma agrária agora faça parte da zona urbana cidade sede.

Á noroeste do Estado de Goiás havia o *Núcleo Colonial Bernardo Sayão* localizado no município de Araguacema foi criado pelo Decreto Federal nº 45.688, de 2 de abril de 1959 pelo então presidente Juscelino Kubitschek, em terras doadas ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização pelo governo de Goiás. A área do Núcleo era constituída de 96.800 hectares de terras, com 660 lotes demarcados, e duas vias de acesso, uma terrestre, partindo da BR – 14, e outra fluvial, partindo do município de Couto Magalhães, á margem do Rio Araguaia (Casa Civil de Goiás, 2019).

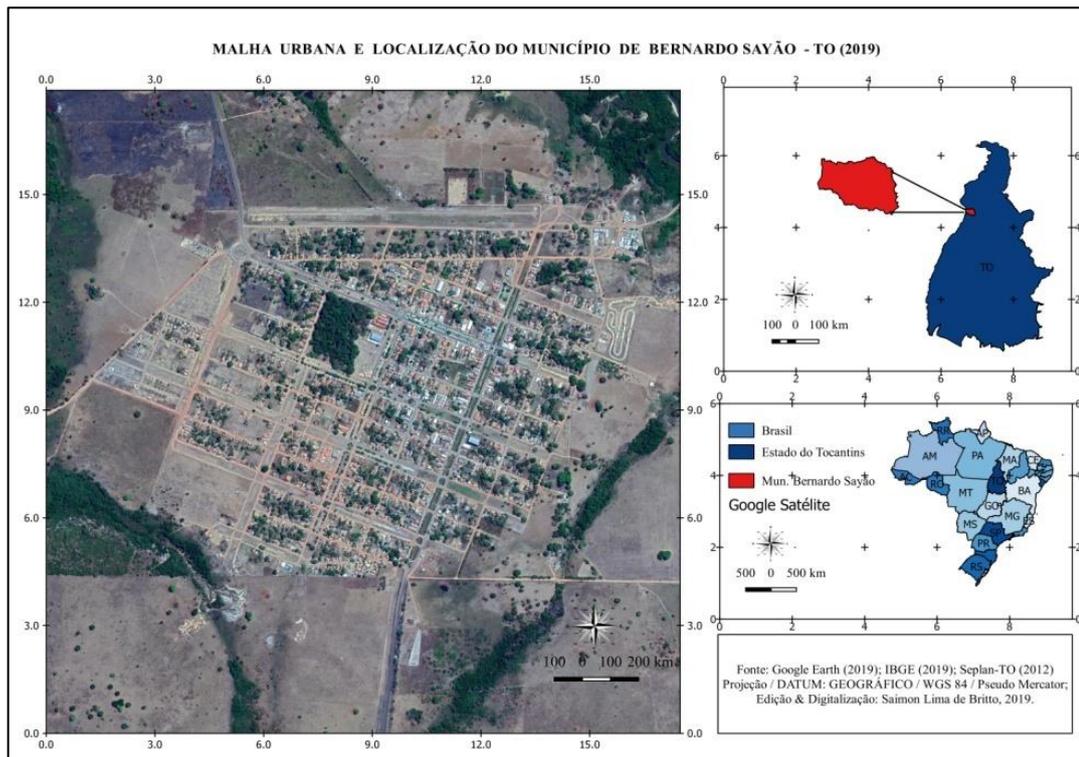
Com o intuito de administrar e dar continuidade ao projeto federal, o Governo do Estado de Goiás assinou um convênio em Brasília, em 24 de abril de 1962, que permitiu a participação da Secretaria da Agricultura de Goiás na gestão e planejamento do *Núcleo Colonial Bernardo Sayão*. A estrutura inicial do Núcleo foi o assentamento de 106 famílias somando um total de cerca de 600 pessoas. O Núcleo contava com instalações para a administração, estação de radiotelegrafia, campo de pouso, enfermaria, depósito, almoxarifado e cozinha (Teixeira, 1987, p.37).

O *Núcleo Colonial Bernardo Sayão* em 1959 pertencia ao município de Araguacema, passando a ser distrito do município de Colméia pela Lei Estadual do Estado de Goiás nº 9.182 de 14 de maio de 1982 e logo depois pela Lei Estadual do Estado de Goiás nº 10.395 de 30 de dezembro de 1987 tornou-se município autônomo se desmembrando do município de Colméia.

Hoje o município de Bernardo Sayão – TO, que leva o nome do Engenheiro Bernardo Sayão Carvalho Araújo, falecido no ano 1959 em um acidente durante a construção da

rodovia federal Belém-Brasília que corta o Estado do Tocantins de norte a sul, possui 4.456 habitantes segundo o Censo IBGE (2010), com gentílico de *bernardense*, em um território de 926, 888 km², está localizado a noroeste do Estado do Tocantins e fica à 126,3 km da cidade de Colméia – TO via TO-164. Segue figura 23 de localização da malha urbana e do município de Bernardo Sayão – TO (2019).

Figura 23: Localização e Malha Urbana do Município de Bernardo Sayão – TO



Fonte: Seplan-TO Org. Saimon Lima de Britto (2019)

Em análise as imagens de satélite da malha urbana do município de Bernardo Sayão – TO observamos que ela segue um padrão semelhante a malha urbana do município de Combinado – TO, com predominância de uma malha urbana quadriculada, formado por dois eixos principais que ligam as rodovias de acesso, em uma área plana, o que em nossa análise, dá indícios de uma certa organização e planejamento simétrico apostado no urbanismo dos Combinados Agro – Urbanos.

Servido diretamente por duas rodovias estaduais, o município de Bernardo Sayão não foge os padrões dos demais projetos de reforma agrária de Mauro Borges, cercado por pastos e plantações, a pequena cidade de Bernardo Sayão – TO vive do campo, com uma pequena economia local e é fruto do projeto de reforma agrária do então governador Mauro Borges na década de 1960.

Percebe-se uma longa distância geográfica na localização entre as Cidades Sede dos Combinados Agro – Urbanos e os Combinados Agro – Urbanos propriamente ditos na época. Acreditamos que essas longas distâncias, ao mesmo tempo em que os Combinados Agro – Urbanos se desenvolviam demograficamente, foram elementos de argumentações políticas fundamentais para a emancipação territorial e autonomia política administrativa dos dois projetos, Combinado e Bernardo Sayão, como municípios, além é claro da entrega dos títulos definitivos dos lotes de terras e do interesse político local.

Ao todo, o saldo do início da reforma agrária do governador Mauro Borges assentou 325 famílias, sendo um total de 1.980 camponeses, em 177.452 hectares de terras, distribuído nos três núcleos coloniais agro-urbanos implantados. Hoje, dois desses núcleos coloniais são constituídos como municípios autônomos e independentes no Estado do Tocantins, Combinado – TO e Bernardo Sayão – TO. Segue tabela 1 do quantitativo de famílias, camponeses assentados e terras desapropriadas pelo Estado com fins de colonização e reforma agrária dividido por cada projeto / município.

Tabela 1: Quantitativo de Famílias, Camponeses Assentados e Terras Desapropriadas

Quantitativo de Famílias, Camponeses Assentados e Terras Desapropriadas			
Projeto / Município	Nº de Famílias	Nº de Camponeses	Hectares
Combinado	159	1.050	31.460
Bernardo Sayão	106	600	96.800
Tocantinópolis	60	330	49.192
Total	325	1.980	177.452

Fonte: Pesquisa Bibliográfica (2019) **Org.** Saimon Lima de Britto (2020)

De certa forma um dos objetivos do projeto foi alcançado, colonizar / habitar regiões remotas do Estado de Goiás, no antigo norte goiano, a elevação de Combinado e Bernardo Sayão a municípios autônomos é uma prova disso, porém no que tange a reforma agrária não se concretizou como estava previsto o projeto original, pois as pequenas propriedades após o fim dos projetos com a queda de Mauro Borges receberam o título individual e definitivo das terras e os camponeses em sua maioria passaram a vendê-las, por diversos motivos, mas principalmente devido a falta de apoio e de estrutura por parte do Estado pós 1964, com isso as pequenas propriedades aos poucos voltaram a ser grandes fazendas e latifúndios.

4 A Interiorização das Ligas Camponesas

Neste capítulo iremos tratar do (re) surgimento das Ligas Camponesas no Brasil a partir do nordeste brasileiro em 1955, buscando suas origens pelo mundo através do embasamento teórico e a consolidação do termo camponês no Brasil. No segundo momento trataremos a interiorização das Ligas Camponesas pelo Brasil, sua expansão geográfica territorial que tinha como objetivo dar força ao movimento, buscando apoio popular para consolidar a luta pela reforma agrária através da revolução camponesa. No terceiro e último momento trataremos da interiorização das Ligas Camponesas para o antigo norte goiano, através da implantação de um núcleo revolucionário das Ligas Camponesas na região de Dianópolis.

4.1 O surgimento das Ligas Camponesas

Manoel Correia de Andrade (1989, p. 6) afirma que “O termo camponês, geralmente usado na Europa e no Oriente para indicar a grande comunidade de habitantes do campo que se dedica à exploração agrícola, visando precipuamente o auto-abastecimento” Andrade define o camponês quando pontua que o termo *Camponês* usado na Europa e no Oriente denomina os habitantes do campo que produzem principalmente para o auto-abastecimento.

Para Julião (1962, p.11) “Os camponeses são os foreiros ou arrendatários, os meeiros, os parceiros, os vaqueiros, os posseiros, os condiceiros e os sitiantes.”. Francisco Julião remonta o surgimento das Ligas Camponesas na Alemanha no século XV, que conforme ele:

As Ligas Camponesas são um tipo de organização do campesinato que data de muitos séculos. As mais célebres, pelo papel que desempenharam e pelas guerras que deram origem, durante quase cem anos (séculos XV e XVI) foram as Ligas Camponesas da Alemanha. (Julião, 1962, p.13)

O autor mostra que as Ligas Camponesas surgem em tempos remotos, e dá destaque aos alemães. O autor assinala o surgimento das Ligas Camponesas a partir da tradução da Bíblia na Europa, que ao ler a Bíblia em seu próprio idioma os alemães viram grandes contradições e abusos praticados pela Igreja e pelo Estado Feudal (Julião, 1962, p.15). O autor afirma que:

Foi contra a união espúria entre a Igreja e o Estado feudal, contra esse conluio, que os camponeses da Europa Central se levantaram, organizando-se em suas Ligas. Todos eles eram cristãos, faziam parte de Irmandades, Ordens Religiosas, do Santíssimo, do Sagrado Coração de Jesus, entre dezenas. (Julião, 1962, p.19)

E continua afirmando que “Milhares e milhares de camponeses participaram de tais operações e se articularam com os seus irmãos dos feudos vizinhos, formando as Ligas

Camponesas (...)” (Julião, 1962, p.19). Esses movimentos pela Europa foram um grande marco para os Camponeses, a partir daí muitas foram as Ligas Camponesas que surgiram pelo mundo em busca de justiça social e o direito a terra. Sobre a formação do campesinato brasileiro Andrade (1989, p.15) declara que.

A formação do campesinato, não entendido como do tipo feudal europeu, mas como grupos de pessoas pobres que se estabeleciam em terras não juridicamente apropriadas, ou em terras apropriadas, mas com o consentimento do proprietário, para desenvolver culturas alimentícias para o próprio sustento, deu-se vagarosa e persistente, desde o tempo da colonização. (Andrade, 1989, p. 15)

O autor declara que o campesinato brasileiro surgiu de forma distinta do campesinato europeu que tem origem feudal. No Brasil o campesinato se formou desde os tempos da colonização, a partir de pessoas pobres e escravos que fugiam, para se esconder dos abusos dos colonizadores, para o interior do continente e se estabeleciam em terras de origem e propriedade diversas e duvidosas para a sobrevivência e produção do auto-sustento.

O autor continua afirmando que “A abolição da escravatura ampliou a massa formada pelos pobres do campo, (...)” (Andrade, 1989, p.16). Apresentando assim a essência dos nossos camponeses que são / foram formados por pessoas pobres e ex-escravos que não tiveram oportunidades de trabalho digno e se abrigaram / refugiaram no campo, em terras devolutas.

De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1993, p.15) “Conflitos sociais no campo, no Brasil, não são uma exclusividade de nossos tempos. São, isto sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país.”. O autor trás o entendimento de que os conflitos sociais no campo no Brasil são frutos do processo de ocupação do campo e que não datam de tempos recente, mas sim de tempos longínquos.

O termo “*Ligas Camponesas*” demorou a chegar ao Brasil, foi somente em meados do século XX na década de 1940 que as primeiras Ligas Camponesas surgiram, mais especificamente entre 1945 e 1947 em Recife – PE e em seu entorno, sob a organização do então Partido Comunista do Brasil (PCB). De acordo com Manoel Correia de Andrade (1989, p. 26) sobre as Ligas Camponesas no Brasil, ele afirma que.

Os sindicalistas rurais e o Partido Comunista do Brasil, em sua fase de legalidade, organizaram associações, registradas em cartórios, nos termos do Código Civil, a que denominavam ligas camponesas. Em 1945, foram organizadas numerosas ligas camponesas nas áreas periféricas do Recife e em alguns municípios do interior, (...)” (Andrade, 1989, p. 26)

De acordo com o autor, o então Partido Comunista do Brasil (PCB) organizara as Ligas Camponesas em *Associações* para que assim os trabalhadores rurais pudessem ser

amparados pelo Código Civil brasileiro, e não pelas Leis Trabalhistas, facilitando a busca por seus direitos pelas vias legais.

As Ligas do PCB eram independentes umas das outras, não tinham ligações formais entre elas, o que as deixavam frágeis perante a pressão dos ruralistas latifundiários e, por vezes ainda se misturavam com os movimentos urbanos também organizados pelo partido.

Com o Brasil sob o comando do militar Marechal Eurico Gaspar Dutra, em 7 de maio de 1947 o Tribunal Superior Eleitoral, através da resolução nº 1.841, em um relatório de 211 páginas, cancela o registro do Partido Comunista do Brasil, e no dia 10 do mesmo mês o Ministério da Justiça manda fechar todas as Sedes do partido (TSE, 2019).

Após o PCB ser colocado na ilegalidade, as Ligas organizadas pelo partido que já eram frágeis devido sua falta de unicidade, ao perderem o apoio formal do partido foram grandes as repressões contra as associações rurais de trabalhadores, que acabaram aos poucos por deixar de existir. Segundo Fernando Azevedo (1982, p.57).

Com a cassação do registro do PCB, em 1947, o retorno desse partido à ilegalidade e à clandestinidade, e a repressão generalizada aos seus militantes, tais ligas ou associações foram violentamente abafadas, por vezes de forma direta e comandada pessoalmente pelos grandes proprietários e por seus capangas e jagunços, uma espécie de polícia privada a serviço do latifúndio. (Azevedo, 1982, p.57)

Tais repressões partiam de grandes latifundiários apoiados indiretamente pela ausência do estado em tais questões e nas regiões mais isoladas do território brasileiro. Em 1960, ainda na ilegalidade, o Partido Comunista do Brasil, adota o nome *Partido Comunista Brasileiro*, mantendo a sigla (PCB). Posteriormente, em 1962, uma ala dissidente do partido forma uma nova agremiação partidária denominada de *Partido Comunista do Brasil* e adota a sigla (PC do B), para diferenciar-se do primeiro (TSE, 2019).

Para Oliveira (1993, p. 25) “Foi com as Ligas Camponesas, nas décadas de 50 e 60, que a luta camponesa no Brasil ganhou dimensão nacional.” O movimento camponês volta a se organizar na década de 1950, quando os camponeses do nordeste brasileiro, em especial em Pernambuco, passam a ser exageradamente explorados pelos proprietários / grileiros de terras através do “foro”, chegando os camponeses a ficarem endividados em uma dívida impagável que poderia levar a expulsão das terras ou até mesmo a morte.

De acordo com Julião (2013, p.42) “A renda das terras sofria bruscas elevações de preço de um ano para o outro. Os sítios por sua vez, minguavam em tamanho e fecundidade”. Somente então no ano de 1954 que o debate volta com força à pauta política e social camponesa, porém não mais coordenados por aqueles que deram início em 1945. Para Elide Rugai Bastos.

A mobilização camponesa do Nordeste, que assume a denominação de “Ligas Camponesas”, inicia-se no Engenho Galiléia, em Pernambuco, no ano de 1954. O movimento expande-se rapidamente. Esse crescimento deve-se às condições políticas e sociais favoráveis e explica-se pelo fato de sua social – o *foreiro* – representar uma categoria social ameaçada de extinção. (Bastos, 1984, p.18)

De acordo com a autora a mobilização no nordeste brasileiro se deu pela figura principal do *foreiro* e justifica pela sua “ameaça de extinção”. Segundo a autora “a base social do movimento, nesta fase, é constituída por “foreiros”, que pagam a renda da terra em dinheiro, que se assalariam periodicamente e usam a força do trabalho familiar.” (Bastos, 1984, p.32). A autora se refere que “nesta fase” a “base social do movimento” ou seja, o início, que logo depois se agregou a outros grupos de pobres no campo.

Também em 1954, segundo Ariovaldo Umbelino Oliveira (1993, p. 28).

Fundamentalmente, com a orientação do Partido Comunista do Brasil, é criada em 1954 em São Paulo a ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – , com a finalidade de coordenar as associações camponesas então existentes. Esta organização vai funcionar como instrumento de articulação e organização do Partido, na condução e unificação do processo de luta camponesa no seio do processo de luta dos trabalhadores em geral do país. (Oliveira, 1993, p. 28)

O PCB volta a organizar os camponeses em 1954 através da ULTAB, porém na tentativa de um movimento unificado entre trabalhadores do campo e trabalhadores urbanos, sempre voltado para um movimento sindicalista, com a proposta de uma reforma agrária por vias da Lei. ULTAB e Ligas Camponesas tinham uma bandeira em comum, porém com metodologias diferentes para alcançar seu objetivo que seria a reforma agrária nacional. Ainda de acordo com Oliveira (1993, p. 27).

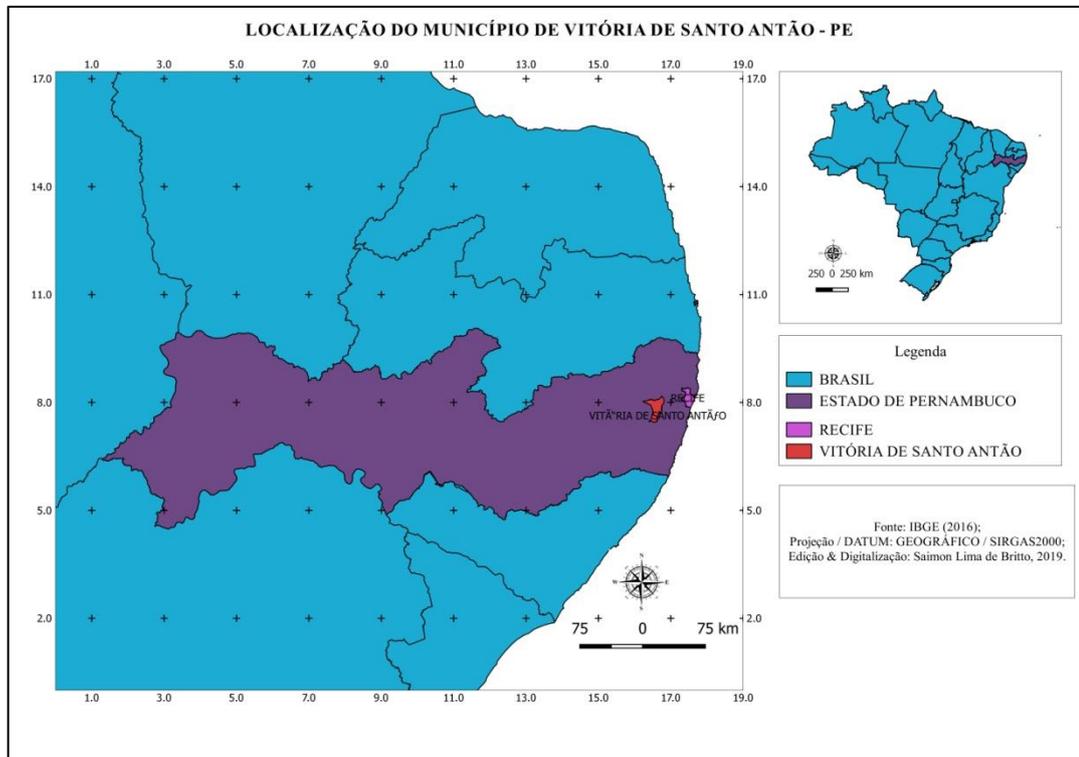
O movimento das Ligas Camponesas tem que ser entendido, não como um movimento local, mas como manifestação nacional de um estado de tensão e injustiças a que estavam submetidos os trabalhadores do campo e as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista no país. (Oliveira, 1993, p. 27)

Apesar de se iniciarem no nordeste brasileiro, as Ligas Camponesas representavam uma luta nacional, que passava por um processo de unificação nacional, sendo o Engenho Galiléia um marco histórico dessa luta.

O movimento camponês no Engenho Galiléia localizado no município de Vitória de Santo Antão – PE, a 60 km da capital Recife, foi um marco das Ligas Camponesas no Brasil. Os proprietários das terras do Engenho Galiléia deixaram de produzir e passaram a arrendar suas terras, os 500 ha de terras foram arrendados para 140 famílias de *foreiros*, que somavam aproximadamente 1.000 (mil) pessoas (Bastos, 1984). Segue figura 24 da localização do

município de Vitória de Santo Antão – PE, palco da luta camponesa pela terra no Engenho Galiléia.

Figura 24: Localização do Município de Vitória de Santo Antão – PE



Fonte: IBGE (2016) Org. Saimon Lima de Britto (2019)

Os camponeses do Engenho Galiléia, cansados de pagar altos valores sobre a renda (foro) da terra, que muitas vezes era próximo do valor de mercado das próprias terras, procuram José dos Prazeres, dedicado aos litígios entre camponeses e latifundiários, ao perceber que se tratava de uma causa coletiva, organizou os camponeses desamparados.

José dos Prazeres e Francisco Julião então fundaram uma associação com o nome de Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco – SAPP, registrada em cartório, do ponto de vista legal, tratava-se de uma associação, amparada pelo código civil e não pelas leis trabalhistas, com fins beneficentes de auxílio mútuo entre seus filiados, entre eles a construção de uma escola e um fundo funerário (Bastos, p.18-19, 1984). Segue figura 25 do local da fundação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco no Engenho Galiléia em Vitória de Santo Antão – PE, o lugar se tornou um museu e um memorial para estudantes e pesquisadores poderem visitar o lugar.

Figura 25: Local da Fundação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) no Engenho Galiléia em Vitória de Santo Antão – PE.



Fotos: Saimon Lima de Britto (novembro de 2019)

Abaixo dos dizeres da fundação da SAPP, uma placa em homenagem a Francisco Julião, furada de balas por aqueles que ainda vêem os camponeses como uma ameaça, e deixando um recado de “ainda estamos aqui”. Sobre a retaliação ainda presente contra os camponeses, Oliveira (1993, p. 19) destaca que “A história da violência no campo, como já salientamos, não é recente: é talvez um traço da história dos vencidos no Brasil.” No Engenho Galiléia também visitamos a antiga casa do proprietário das terras do engenho. Segue figura 26 da antiga casa do proprietário do Engenho Galiléia.

Figura 26: Antiga casa do proprietário do Engenho Galiléia



Foto: Saimon Lima de Britto (novembro de 2019)

Localizada em cima de um pequeno morro, de onde dá para avistar grande parte da propriedade, uma forma de imposição de presença e controle indireta por parte do latifundiário. Hoje, a referida casa serve como prédio administrativo da associação dos camponeses que ainda permanecem no antigo Engenho Galiléia, hoje conhecido somente como Galiléia.

Ao perceber que a associação se tratava de camponeses organizados em busca de seus direitos, o proprietário do engenho tenta expulsá-los judicialmente das terras. Com a luta judicial os camponeses do Engenho Galiléia ganharam espaço na imprensa nacional, que os denominou de “Ligas Camponesas”, acreditando que fosse o ressurgimento das Ligas de 1945. Para Octavio Ianni (1986, p. 113) o camponês “Reage à sua expulsão do lugar em que constrói a sua vida. E essa luta freqüentemente adquire conotação revolucionária.”. A reação em permanecer nas terras do Galiléia deu aos camponeses o rótulo de Ligas, com entonação subversiva.

O caso Galiléia foi parar na Assembléia Legislativa de Pernambuco, que em 1959, com apoio do então Governador Cid Sampaio, desapropriou as terras para fins da Reforma Agrária (Bastos, p.20, 1984).

Sobre a desapropriação do Galiléia Caio Prado Junior (2000, p.127) pontua que “É ainda o caso, de tão larga repercussão nacional, dos arrendatários do Engenho Galiléia em Pernambuco, quando o governo do estado se viu forçado a desapropriar as terras do Engenho

e distribuí-las entre os lavradores que as ocupavam.”. Caio Prado Junior faz uma crítica ao acontecimento quando afirma que o governo do estado se viu forçado a desapropriar o Engenho Galiléia e distribuir as terras aos camponeses, fato que sem a pressão social jamais haveria ocorrido. Segue figura 27 do jornal Correio da Manhã noticiando a desapropriação do Engenho da Galiléia em 18 de fevereiro de 1960.

Figura 27: Jornal Correio da Manhã noticiando a desapropriação do Engenho Galiléia em 18 de fevereiro de 1960



Fonte: Arquivo do Jornal Correio da Manhã (2018) Org. Saimon Lima de Britto (2019)

Para Caio Prado Junior (2000, p.128) “Refletindo essa radicalização do homem do campo que se mostra cada vez mais decidido a lutar por melhores condições de vida, as esferas oficiais se mobilizam.”. Essa mobilização das esferas oficiais entre a Assembléia Legislativa e o Poder Executivo na pessoa do então governador Cid Sampaio nada mais é do que o reflexo da radicalização dos homens e mulheres do campo.

Galiléia passa a ser um exemplo de força e de luta pela terra a nível nacional a partir da organização das Ligas Camponesas. Segundo Francisco Julião (1962, p.30) “A “Galiléia” tornou-se, assim, uma Meca para eles” o autor faz uma comparação do que era Engenho Galiléia para os camponeses usando o exemplo da cidade Meca, da Arábia Saudita, considerada uma cidade sagrada para os muçulmanos. A partir daí as Ligas Camponesas começam seu processo de interiorização pelo país.

4.2 O Processo de Interiorização das Ligas Camponesas

Francisco Julião expõe que as Ligas Camponesas à medida que iam se expandindo, iam sendo organizadas como “Delegacias da SAPP”, filiados a Galiléia. Ele relata que utilizando de um mesmo estatuto a difusão das Ligas Camponesas pelo país ficaria mais fácil, diminuindo a burocracia, assim, cada Estado tinha sua Sede Estadual das Ligas Camponesas e poderia fundar “delegacias” por todo o território do Estado, tornando assim o movimento de nível nacional e também mais forte. Ele pontua que foi preferível colocar o nome de “delegacia” ao invés de “núcleo” para que o camponês perdesse o medo da Delegacia de Polícia (Julião, 1964, p.48).

Assim, Elide Bastos (1984, p. 48) faz a seguinte comparação afirmando que “Isto caracteriza a diferença entre as “ligas” de 1945/47 e as de 1955; aquelas, embora articuladas ao PC, constituíam-se em núcleos autônomos, por isso mesmo sujeitos ao arbítrio dos proprietários e ao sabor do jogo político local.” A partir do momento que as Ligas Camponesas são organizadas como um só movimento de nível nacional se expandindo para o interior do Brasil, ganha força, notoriedade e passam a ser vistas como uma ameaça comunista.

Com a expansão territorial através das constituições das Delegacias da SAPP pelos Estados, o movimento das Ligas Camponesas passa a atingir proporções nacionais. Fernando Azevedo (1982, p. 92) afirma que as Ligas Camponesas, entre 1960 e 1962, estavam presentes em 13 dos 22 estados brasileiros e cita como núcleos importantes as Ligas dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Paraná, Acre e Distrito Federal.

A autora Elide Rugai Bastos (1984, p.67) adiciona mais alguns Estados nessa lista, ela declara que com a desapropriação do Galiléia e a vitória dos camponeses em 1959, a expansão das Ligas pelo país atingem os Estados da Paraíba, Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás.

De acordo com Tarzan de Castro “Teve Ligas Camponesas no Paraná, Mato Grosso (Serra da Saudade, Rondonópolis), tinha um núcleo na divisa da Bahia com Minas, Maranhão e Goiás, esses eram os núcleos que eu sabia, além de Pernambuco” (Entrevista realizada com Tarzan de Castro em novembro de 2019).

Gondin da Fonseca (1962, p.59) nos declara que no Congresso Camponês que ocorreu em 1961 em Belo Horizonte – MG, se apresentaram delegações de 20 Estados que segundo ele “do Rio Grande do Sul ao Pará” querendo exprimir que a grande maioria dos estados brasileiros estavam representados por delegações camponesas.

De acordo com o autor Ramses Eduardo Pinheiro De Moraes Sousa (2013) ele afirma que em 1961 no Estado do Piauí houve duas organizações camponesas ligadas ao comunismo que ficaram conhecidas por Ligas Camponesas, de acordo com Sousa.

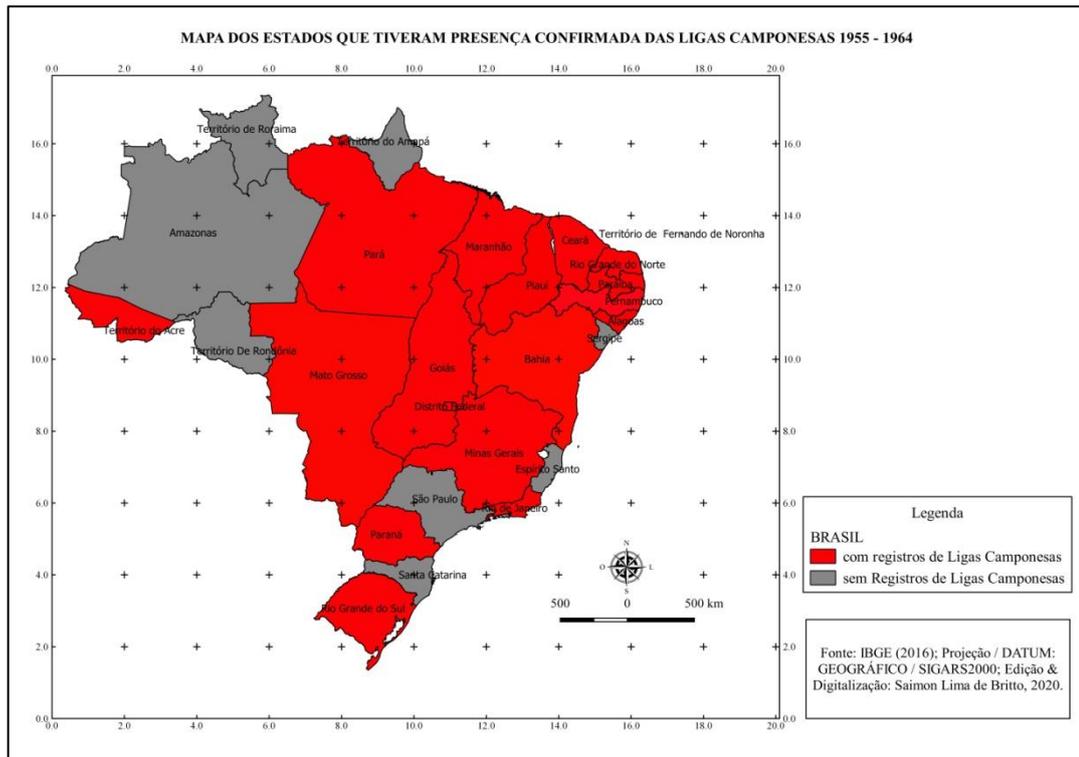
A partir destas possibilidades de aproximação e troca entre camponeses e militantes comunistas, posso refletir sobre a criação de duas associações de lavradores e trabalhadores agrícolas no Estado, uma em Teresina e outra em Parnaíba, em fins do ano de 1961, as quais ficariam conhecidas nos anos seguintes como “Ligas Camponesas” (SOUSA, 2013)

Indo ao encontro da afirmação de Sousa (2013) os autores Francisco Chagas O. Atanásio e Damião de Cosme de C. Rocha também confirmam a presença de organização das Ligas Camponesas no Piauí, que coincidi com o mesmo recorte temporal, de acordo com Atanásio e Rocha (2013).

Procuramos, por meio deste, abordar como se constituiu historicamente as ligas a partir das experiências desenvolvidas na região dos carnaubais, ao norte do estado, entre os anos de 1958 e 1968, período correspondente a uma fase de emergência de manifestações organizadas por parte dos trabalhadores rurais – tanto em âmbito local como nacional – culminando numa fase de repressão encabeçada pelo regime militar (Atanásio e Rocha 2013).

Com essas informações bibliográficas e provindas de pesquisas de campo com entrevistas com pessoas que participaram do movimento na época, organizamos em nossa pesquisa o mapa nacional da interiorização das Ligas Camponesas no Brasil entre 1955 e 1964. Segue figura 28 de localização dos Estados que houve registros de núcleos das Ligas Camponesas organizados sistematicamente.

Figura 28: Localização dos Estados que houve Núcleos das Ligas Camponesas 1955 – 1964



Fonte: Pesquisa bibliográfica e trabalho de campo **Org.** Saimon Lima de Britto (2020)

O mapa apresenta a espacialização territorial das Ligas Camponesas e a eminência de uma revolução socialista de nível nacional a partir da organização sistemática dos camponeses em campos de treinamento guerrilheiros, baseada e apoiada pela revolução cubana de 1959 através de Fidel Castro.

Para Octavio Ianni (1986, p.105) “Em geral, no entanto, o movimento social camponês se torna um ingrediente básico, freqüentemente decisivo, da revolução. O caráter das suas reivindicações econômicas, políticas, culturais, religiosas ou outras implicam no questionamento da ordem social vigente”. O autor coloca o camponês como base e frequentemente fator decisivo nas revoluções sociais.

E foi em 1961, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, que os camponeses reunidos com representantes de quase todos os estados brasileiros, decidiram por unanimidade pela Reforma Agrária Radical e o fim do latifúndio no Brasil (Fonseca, 1962, p. 59).

Sobre o Congresso Nacional Camponês realizado em Belo Horizonte – MG, de acordo com Ariovaldo Oliveira (1993, p.28).

As cisões e dissidências instauradas no seio do PC, sobretudo após o 1º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil, realizado em 1961 em Belo Horizonte, vão marcar o início das divergências entre os movimentos da ULTAB –

mais na direção da sindicalização – e as Ligas, com suas propostas de luta por reforma agrária radical. (Oliveira 1993, p.28)

Oliveira (1993, p. 28) “A compreensão nacional do movimento das Ligas Camponesas tem que ser entendido, também, no seio da discussão capitalista no Brasil, entre as diferentes tendências políticas da esquerda.” Além das Ligas Camponesas, outros grupos de esquerda paralelamente também lutavam pela reforma agrária nacional, porém com bandeiras mais brandas, buscando a sindicalização e os meios legais através do código civil brasileiro, como no caso da ULTAB.

Com as Ligas Camponesas presente em quase todo o país como um movimento unificado e tendo como sua principal bandeira a Reforma Agrária Radical, passaram a ser vistas pela elite política e militar como uma ameaça comunista emergente e que deveria ser combatida pelo Estado, porém ao mesmo tempo viam um Estado conivente na gestão de João Goulart.

4.3 A Ligas Camponesas no Antigo Norte Goiano

Manoel Correia de Andrade nos fala um pouco sobre a expansão e a interiorização das Ligas Camponesas pelo território nacional e especificamente para o Estado de Goiás e diz que.

As ligas tomaram uma posição mais radical, exigindo a reforma agrária imediata “na lei ou na marra” e procuraram ampliar sua influencia por todo território nacional, chegando até a adquirir propriedades em Goiás que servissem como centro de preparação de guerrilhas. (ANDREADE, 1989,p. 38)

A partir de uma dissidência entre um grupo que queria a Reforma Agrária nos moldes do Código Civil e outro grupo que queriam a Reforma Agrária Radical, ou seja, pelas vias revolucionárias, surge em 1962 no interior do norte goiano, sob a liderança de Clodomir de Moraes, um Núcleo Guerrilheiro das Ligas Camponesas na região de Dianópolis, então região norte do Estado de Goiás, seguindo o projeto de interiorização e conseqüentemente de fortalecimento das Ligas Camponesas pelo Brasil (Moraes, 1997). Sobre o conceito de região Ruy Moreira pontua que.

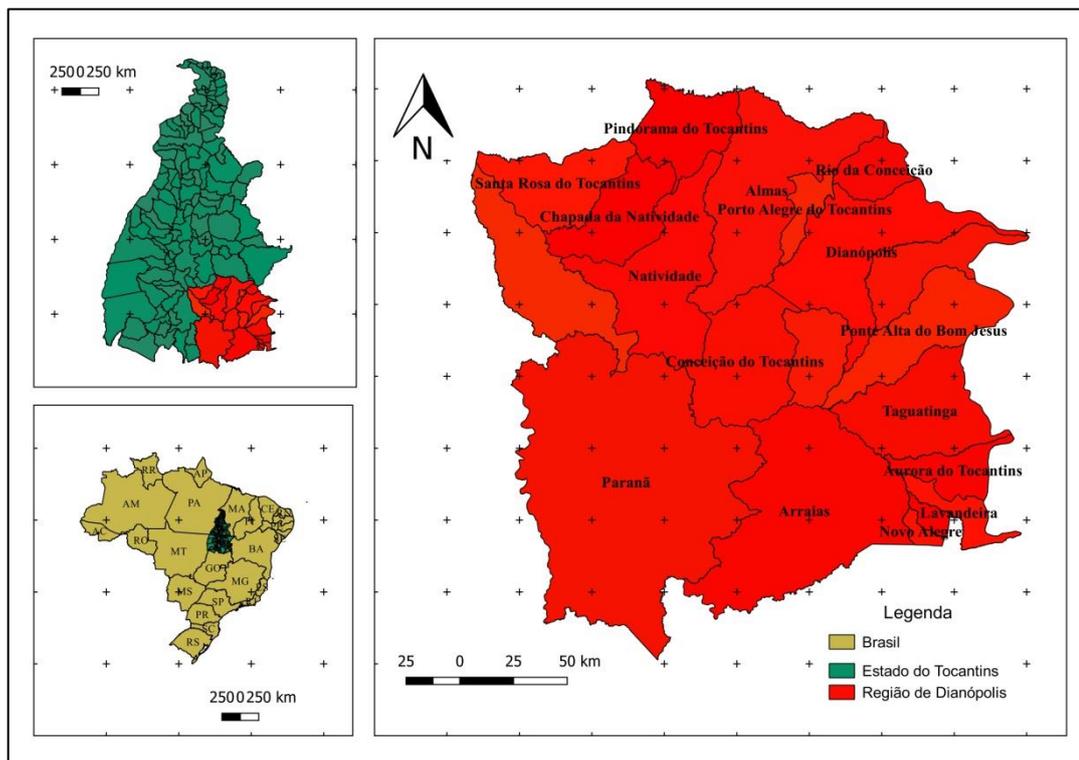
Região é um dos conceitos mais difundidos e tradicionais da Geografia. Sua concepção remonta às origens do próprio pensamento geográfico, através do contraponto entre leituras do espaço mais gerais, “sistemáticas” e mais específicas, descritivas. (Ruy Moreira, 2019, p. 117)

A região de Dianópolis localizada no Estado do Tocantins e escolhida pelas Ligas Camponesas para implantação de um núcleo revolucionário é repleta de grandes formações

rochosas, serras, cânions, cachoeiras, grutas, cavernas, lagos, rios além de densa vegetação de cerrado, local perfeito para o isolamento e esconderijo do núcleo bem como de seus integrantes em casos de confrontos armados, ataques, defesas e até mesmo fugas.

Em março de 2019, fizemos uma pesquisa / trabalho de campo em sete municípios que compõe a região de Dianópolis, foram eles, Natividade – TO, Almas – TO, Dianópolis – TO, Rio da Conceição – TO, Taguatinga – TO, Combinado – TO e Arraias – TO em busca de vestígios e informações que pudessem nos levar aos fatos da implantação do núcleo revolucionário das Ligas Camponesas na região. Segue figura 29 da localização da região de Dianópolis – TO.

Figura 29: Localização da Região de Dianópolis – TO.

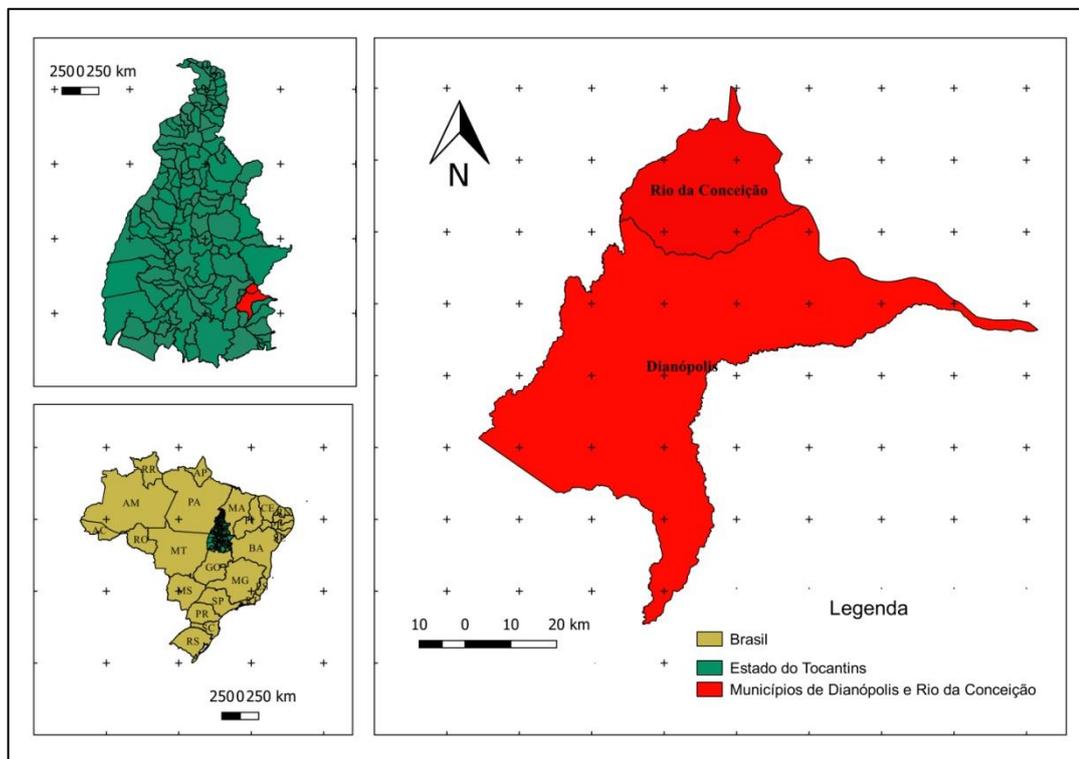


Fonte: Seplan-TO (2012). **Org.** Saimon Lima de Britto (2018)

Os municípios citados, na década de 1960 faziam parte do norte do Estado de Goiás, hoje fazem parte do sudeste do Estado do Tocantins na região do município de Dianópolis – TO. Para Ruy Moreira (2007, p. 56) “A região é então a forma matricial da organização do espaço terrestre e cuja característica básica é a demarcação territorial de limites rigorosamente precisos.”. Para o autor a característica básica da região é a demarcação territorial rigorosa, assim foi pretendido através do referido mapa.

A influência das Ligas Camponesas era regional, porém, o local escolhido para implantação do campo de treinamento guerrilheiro foi Rio da Conceição, hoje, município emancipado, na década de 1960 era apenas um povoado de Dianópolis, com distância atualmente de 30 km entre a zona urbana das duas cidades. Segue figura 30 da atual localização dos municípios de Dianópolis – TO e Rio da Conceição – TO, palco da passagem e permanência das Ligas Camponesas.

Figura 30: Localização atual dos municípios de Dianópolis – TO e Rio da Conceição – TO.



Fonte: Seplan-TO (2012). Org. Saimon Lima de Britto (2018)

De acordo com Moraes (1997) o lugar fora escolhido, por ali haver grande presença de camponeses pobres e explorados pelos grandes proprietários de terras e políticos da região. Além do seu isolamento geográfico por terra ao mesmo tempo havia linha aérea de cargas e passageiros com 3 vôos semanais para a capital Goiânia, a região também era conhecida pela presença de mineradores de ouro que eram reconhecidos como homens destemidos e assim aptos para a luta revolucionária. Segue figura 31 da Mina de Ouro abandonada localizada no centro da cidade de Dianópolis – TO.

Figura 31: Mina de Ouro abandonada no centro da cidade de Dianópolis – TO.



Foto: Saimon Lima de Britto (março de 2019)

A mina hoje se encontra no centro da cidade de Dianópolis – TO, abandonada, cercada por um muro e com sua entrada coberta por mato, a mina dá nome a rua que se chama “Rua da Mina”, ao conversar com um morador que mora em frente a mina e que não quis se identificar, ele afirma que a mina é repleta de túneis subterrâneos que cortam todo o centro da cidade de Dianópolis e que já estão cheios de água impossibilitando a entrada, o morador também afirmou que em alguns pontos da cidade o solo ameaça ceder correndo o risco de desabar e abrir uma cratera no chão. O morador nos conta que na época muitos eram os mineradores que trabalhavam nas minas de Dianópolis, ele relata que era duas minas, a segunda, localizada na zona rural fora da cidade.

Principal líder da Ligas Camponesas na região de Dianópolis, Clodomir Santos de Moraes nasceu em Santa Maria da Vitória – BA, advogado, formou em direito na Universidade Federal de Pernambuco em Recife, Doutor em Sociologia pela Universidade de Rostock na Alemanha. Eleito Deputado Federal, teve seus direitos políticos cassados em 1964, e ficou por 15 anos no exílio. No exílio, atuou como consultor da FAO da OIT / ONU em programas de capacitação e organização dos camponeses no Chile, Honduras, Costa Rica, México, Nicarágua, entre outros. Atuou também no Instituto Latino-Americano de Pesquisas Sociais na República Democrática Alemã (Stedile, 2012, p.221).

Em 1962, Clodomir Santos de Moraes havia ido ao Rio de Janeiro em nome das Ligas Camponesas pra buscar uma encomenda perigosa, quando foi apanhado numa blitz de trânsito

em um fusca repleto de armas e munições. O Governador do Estado Carlos Lacerda o manteve preso por vários meses, em pleno governo João Goulart (Britto; Lira, 2018).

Em 1964 seu nome era o 12º na primeira lista de prisões da Junta Militar. Na prisão, dividiu uma pequena cela com o educador Paulo Freire, em suas conversas, ele havia aperfeiçoado seu método de capacitação massiva, que inclui a Oficina de Organização (OW) e que originou o lema “ocupar, resistir, produzir”, posteriormente adotado pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Faleceu em 2016 aos 88 anos (Portal Vermelho, 2016). Segue figura 32 de Clodomir Santos de Moraes, quando esteve no Simpósio Nacional de Geografia Agrária do Nurbá, na Universidade Federal do Tocantins, campus Porto Nacional.

Figura 32: Clodomir Santos de Moraes



Foto: Saimon Lima de Britto (fevereiro de 2014)

A entrevista com o Professor Dr. Clodomir Santos de Moraes foi realizada em 2014 e publicada por Britto e Lira em 2018 no livro Geografia Agrária do Tocantins: Campesinato, Latifúndio e Conflitos. Na entrevista, o ex – revolucionário Clodomir de Moraes, um dos principais percussores das Ligas Camponesas em Goiás, falou sobre as Ligas Camponesas e sobre o Partido Comunista do Brasil (PCB).

Segundo Clodomir, as Ligas foram fundadas pelo Partido Comunista e se tratavam de uma “associação”, a polícia que os “batizou” de Ligas Camponesas, ressaltou também que as

Ligas Camponesas não foram uma exclusividade do Brasil, existindo em outros países da América Latina inclusive composta por operários.

Ele afirma que em 1962, no Brasil, as Ligas estavam presentes em 14 estados, incluindo o território do atual Estado do Tocantins. As Ligas Camponesas eram implantadas onde havia garimpo ou próximo de garimpos, pois ali sabiam que poderiam conseguir recursos e homens corajosos para uma possível revolução social.

Ao questioná-lo quem havia fundado as Ligas em Dianópolis, o mesmo disse que foi o “grupo” e que ele era apenas um “consultor jurídico” do mesmo, relatou também que além do núcleo de Dianópolis houve outros núcleos das Ligas Camponesas no Tocantins, foram eles o de Gurupi – TO em 1961 e o de Tocantinópolis – TO entre 1961 e 1962, ele não dá muitos detalhes sobre esses dois núcleos. Clodomir assevera que

Todos os núcleos eram armados, eram de fato campus de treinamento guerrilheiro com o objetivo de fazer a reforma agrária no país, eram recrutados, donas de casa, pescadores, alfaiates, mineradores, estudantes, operários, mas a maioria eram camponeses. Com mais uns 10 anos nós faríamos a revolução socialista no país. (Entrevista com Clodomir Santos de Moraes em fevereiro de 2014)

Moraes relata um ponto bastante interessante e de certa forma polêmico, que o núcleo de Dianópolis “tinham o apoio da maçonaria de Barreiras – BA, de Natividade – TO e de Rio da Conceição – TO”. A Maçonaria era composta por comerciantes e alguns donos de terras, para ele a população da cidade de Dianópolis também apoiavam as Ligas. De acordo com Moraes “As Ligas Camponesas acabaram todas em 1963 através de denúncias, a polícia e o Exército brasileiro já sabiam onde estavam, então houve o esvaziamento dos núcleos.” Ele acredita que pessoas próximas aos núcleos fizeram as denúncias que derrubaram as Ligas Camponesas.

Durante a entrevista o professor Clodomir falou pouco e por vezes desviava do foco central das perguntas, talvez para se resguardar do nosso atual sistema “democrático” que de certa forma inibi os que queiram relembrar ou questionar de forma mais profunda os fatos históricos e reveladores do nosso país e que comprometem muita gente, algo normal para quem viveu em tempos de guerra e lutas (Britto; Lira, 2018, p. 248-250).

O senhor Gesílio Carvalho, camponês, atualmente residente na cidade de Dianópolis – TO nos concedeu uma entrevista, na oportunidade ele nos conta brevemente sua experiência com as Ligas Camponesas. O senhor Gesílio começa sua fala declarando que não sabia das reais intenções das Ligas, que chegaram a Dianópolis em 1961 com o nome de *Companhia de Investimentos do Nordeste Brasileiro*, “chegaram comunicativos e simpáticos, com Jeeps novos e com muito dinheiro”. Compraram, desde logo, duas grandes fazendas na região, as de

nome Catingueiro e Antônio Alves, depois ocuparam terras devolutas da área conhecida como Cascavél. Ficaram então nessas três propriedades extensas, com distância aproximada entre elas de até 50 km.

Instalaram serviços eficientes de assistência social, e de acordo com Carvalho “para cada doente um vidro de remédio”, o camponês também relata que o grupo de jovens construiu uma escola e afirma que “aprendi a ler, escrever e também aprendi matemática”, diziam estar a serviço do desenvolvimento do município, segundo eles, iam produzir grandes plantações, criar gado, etc. Além de dar trabalho remunerado aos camponeses, as Ligas Camponesas também promoviam festas para os mesmos. Carvalho nos conta que os principais líderes eram Clodomir, Amaro, Gilvan, Cleto e Tarzan foram eles os primeiros a chegarem a Dianópolis.

Segundo os relatos do senhor Gesílio, o grupo recebia dinheiro em espécie, havia rumores que esse dinheiro vinha de Cuba através de um comerciante da cidade de Dianópolis, iam à cidade de Dianópolis basicamente para comprar mantimentos e buscar recursos financeiros, depois retornavam para a zona rural, hoje município de Rio da Conceição – TO. Tudo acabou após uma série de denúncias a Brasília por parte do Promotor Antônio Alves França e do Juiz Moreira Marques. Então houve uma invasão do Exército e da Polícia Federal, mas todos os membros da Ligas conseguiram fugir durante a noite, saíram a cavalo rumo a Barreiras – BA (Britto; Lira, 2018, p. 253).

Em Dianópolis, entrevistamos o senhor Hagaús Araújo que também nos trás algumas informações sobre as Ligas Camponesas. Político influente da região, o senhor Hagaús foi Prefeito de Dianópolis entre 1965 e 1969, afastado da política durante a maior parte do Regime Militar de 1964, foi Deputado Estadual pelo Estado de Goiás entre 1983 e 1991 e Deputado Federal pelo recém criado Estado do Tocantins entre 1991 e 1995, fazendeiro, fundou e dirigiu o *Instituto do Menor* na cidade de Dianópolis entre os anos de 1952 e 1963, o instituto era de amparo as crianças sem famílias e em vulnerabilidade social.

O senhor Araújo nos alegou falta de memória e o não envolvimento com as Ligas, falou de forma aleatória sobre alguns fatos ocorridos. Hagaús começa dizendo que a origem das Ligas era em Pernambuco através da liderança de Francisco Julião. Segundo ele “aqui em Dianópolis era a liderança de Gilvan Rocha”, afirma também, ao encontro dos relatos do senhor Gesílio Carvalho que “Eles (Ligas Camponesas) tinham um trabalho social grande”. Hagaús assevera que.

Depois a polícia veio para acabar com as Ligas Camponesas, vieram a Polícia Federal e muita gente, sobrevoaram, chegaram com sirenes e a polícia estava

desorganizada, as Ligas tinham olheiros, coincidentemente quando a polícia chegava não havia mais ninguém, aprenderam um jipe novo, e nada mais. (Entrevista com o senhor Hagahús Araújo em 2014)

Hagahús nos conta como a polícia estava desorganizada perante as Ligas Camponesas, que sempre estavam a um passo a frente do Estado. E mais uma vez afirma, “Eu não tinha nada com isso e fui ao juiz dizer que aquilo era uma palhaçada”, e prossegue.

Então fomos lá eu, o Padre Magalhães e um Oficial de Justiça mandado do juiz, ninguém encontrava eles lá, então fomos com o padre, faltando 2 km eu ficava no jipe com o oficial de justiça e o padre ia até eles, que recebiam o padre, daí o padre avisava que eu ia. (Entrevista com senhor Hagahús Araújo em 2014)

Em seu relato o senhor Hagahús Araújo cita seu irmão, Wilson Araújo Pova, que foi contratado pelas Ligas Camponesas para fazer parte do trabalho social.

As Ligas tinham até dentista, que era um irmão meu, que era meu secretário no Instituto de Menores, as Ligas Camponesas davam assistência ao povo, o povo não queria saber de nada, só queria saber se as coisas eram certas. (Entrevista com o senhor Hagahús Araújo em 2014)

Afirma ele a todo o momento durante a entrevista que a sociedade envolvida com o grupo revolucionário não sabia de suas reais pretensões e que estavam interessados apenas nas benfeitorias e caridades oferecidas pelo grupo, devido a grande pobreza da região naquela época, qualquer bondade mesmo que vinda de estranhos era vista com bons olhos pelas pessoas.

Ao ser questionado sobre a Maçonaria, o senhor Hagahús, disse que “a Maçonaria não tinha envolvimento com as Ligas”, relata também que o senhor Gilvan Rocha era jovem e que ficou preso e resolveu dar fuga a ele, “mandei ele (Gilvan) de avião, avião que era de carreira, tínhamos avião três vezes por semana de Dianópolis para Goiânia.” Segundo o senhor Hagahús eram um grupo de jovens sem estrutura para fazer qualquer tipo de revolução, ele disse que não passava de jovens sonhadores e sem nenhum preparo para revolução. (Britto; Lira, 2018, p. 254-255)

O senhor Wilson Araújo Pova, odontólogo e irmão do senhor Hagahús Araújo também nos concederam uma entrevista. Ele relata que “Eu trabalhei muito próximo deles (Ligas Camponesas), acredito que eles tenham vindo para cá pelo fácil acesso aéreo e por trabalharem com o povo pobre”.

Segundo o senhor Wilson as Ligas Camponesas não tinham ligação nenhuma com a Maçonaria, pois segundo ele, na época em Dianópolis não tinha Maçonaria, “Aqui (Dianópolis) não havia nenhuma entidade ligada a eles, nenhuma”. Aqui temos um

desencontro de informações, pois o senhor Clodomir de Moraes nos afirmou que as Ligas Camponesas em Dianópolis tinham o apoio da Maçonaria, já os senhores Hagahús Araújo e Wilson Pova assseveram que não houve apoio da Maçonaria para as Ligas Camponesas, com isso, acreditamos que as Ligas Camponesas tinham o apoio de alguns membros importantes da Maçonaria da região, mas que não era um apoio institucional explícito de tal organização.

Wilson Pova afirmou também que ninguém se envolveu com as Ligas Camponesas com fins ideológicos.

As pessoas que foram acusadas de estarem envolvidas, como foi o meu caso, que pensaram que eu estava envolvido, mas não foi envolvimento com interesse na ideologia deles, na verdade o interesse era comercial, os comerciantes, por que eram bons fregueses, pagavam avista e pagavam bem, aqui em Dianópolis não havia ninguém ligado a eles. (Entrevista com o senhor Wilson Pova em 2014)

O senhor Wilson assim como os demais entrevistados nega de maneira veemente qualquer participação na proposta de revolução das Ligas Camponesas. Pova declara que “as pessoas não sabiam bem o que estava acontecendo” ao ser questionado se eles tinham armas, o senhor Wilson respondeu que “eram armas rústicas do tipo, facão, faca, machado e espingardas” (Britto; Lira, 2018, p. 255-256).

Em março de 2019 realizamos um segundo trabalho / pesquisa de campo na região de Dianópolis no intuito de levantar novas informações e confrontar algumas informações já existentes em nossa pesquisa. Assim, tivemos a honra de entrevistar novamente o camponês Gesílio Carvalho e o político Hagaús Araújo, além desses, novas entrevistas foram realizadas, com o senhor Nelito Alves ex – agente de passagens da empresa aérea VASP que operava na região; o senhor Hastrogildo R. de França camponês que teve contato direto com as Ligas Camponesas e o senhor Martins Café proprietário rural na época.

Aos 80 anos de idade, residindo na cidade de Dianópolis – TO, o Camponês Gesílio Carvalho nos concedeu mais uma entrevista sobre sua convivência com as Ligas Camponesas na década de 1960. Ele nos trás algumas novas informações, entre elas, a presença do governador Mauro Borges na região. Segue figura 33 do Camponês Gesílio Carvalho durante entrevista em março de 2019.

Figura 33: Camponês Gesílio Carvalho



Foto: Esp. Marília Viana Miranda (março de 2019)

O senhor Carvalho começa dizendo que em 1961 era recém casado e que sua esposa não era a favor de seu envolvimento com as Ligas Camponesas. Ele relata alguns nomes de pessoas que eram contra as Ligas Camponesas em Dianópolis, o Juiz Marques, Dário Rodrigues Leal Fiscal Fazendário de Goiás, o ainda Juiz Abílio Povoá Neto e boa parte da população burguesa de Dianópolis.

O senhor Gesílio Carvalho nos levou até a casa do senhor Dário Rodrigues Leal, no intuito de coletarmos qualquer informação sobre as Ligas Camponesas em Dianópolis. Fiscal da Fazenda Estadual de Goiás aposentado, hoje com 103 anos de idade, ainda lúcido, o senhor Dário Leal agradeceu nossa visita, porém, afirmou não saber dizer nada sobre as Ligas Camponesas, apenas que “ouviu dizer”, pois segundo ele, passava a maior parte de seu tempo viajando para outros municípios a trabalho do encargo de seu serviço público. A exemplo do senhor Dário, muitas são as pessoas que viveram aquela época, mas não querem relatar nem mesmo lembrar o que houve, hora por temerem retaliações, hora por serem contra os movimentos ocorridos.

Continuando nossa entrevista, perguntamos para o senhor Gesílio Carvalho se ele sabe sobre alguma ligação entre as Ligas Camponesas em Dianópolis e os Combinados Agro – Urbanos de Arraias implantados pelo então Governador Mauro Borges. O senhor Gesílio nos revela que o Governador Mauro Borges esteve em Dianópolis e se hospedou na casa do senhor Hagahús Araújo, na época Hagahús era um político muito influente na região.

De acordo com o senhor Carvalho, o Governador Mauro Borges conversou diretamente com as lideranças das Ligas Camponesas e segundo ele “conversou bem conversado” o conteúdo detalhado dessa conversa o senhor Gesílio afirma não ter conhecimento, mas afirma que “sem dúvida falaram sobre Reforma Agrária”. Ao ser perguntado quem atraiu quem sobre as Ligas Camponesas e os Combinados – Agro – Urbanos de Mauro Borges, o senhor Gesílio Carvalho acredita que ambos se atraíram e que isso é uma coisa que não teremos certeza.

O senhor Gesílio nos fala um pouco de um dos principais integrantes das Ligas, Gilvan Rocha, chegou em Dianópolis aos 20 anos de idade, era seu amigo, porém era encrenqueiro com todos. Carvalho relata que Gilvan Rocha entrou no Colégio João de Abreu em Dianópolis, um colégio de freiras, e ao meio do pátio fez um manifesto sobre as Ligas Camponesas. Para Gesílio, Gilvan era bom de oratória e não perdia a oportunidade de falar em público, conta que Gilvan foi detido pela “baderna” no Colégio, mas logo foi liberado.

O senhor Gilvan Rocha faleceu aos 72 anos de idade em dezembro de 2014 na cidade de Fortaleza – CE, infelizmente não tivemos a oportunidade de entrevistá-lo. Contudo, seu nome é um dos mais citados em referência às Ligas Camponesas em Dianópolis. Autor de vários livros de viés comunista escreveu títulos tais como “Vermelho Cor de Esperança” em 1996 e “Meio Século de Caminhada Socialista” em 2008, ambos contam suas experiências nos movimentos de esquerda. Gilvan foi um militante fervoroso na luta pelos direitos dos trabalhadores, em especial dos trabalhadores do campo.

Já aos 90 anos de idade e residindo na cidade de Dianópolis – TO, Ex – Deputado Federal pelo Estado do Tocantins, Hagahús Araújo nos concedeu uma segunda entrevista e assim como o senhor Gesílio Carvalho, nos trouxe algumas novas informações sobre a permanência das Ligas Camponesas na região. Segue figura 34 do senhor Hagaús Araújo em março de 2019.

Figura 34: Senhor Hagahús Araújo



Foto: Esp. Marília Viana Miranda (março de 2019)

Hagahús nos relata que com o fim das Ligas Camponesas pela Polícia Federal e pelo Exército chegou a esconder Gilvan Rocha dentro do Instituto do Menor e durante a madrugada deu fuga a ele dentro de um avião. Hagaús afirma que em Dianópolis havia vôos semanais de Goiânia à Belém em dois modelos de avião, o modelo *Aérea – Carga Curtiss Commando*, que segundo ele eram “restos da Segunda Guerra Mundial” e que eram utilizados somente para cargas, conta que em um vôo rumo a Belém seu avião fizera um pouso forçado, mas que estavam somente ele e o piloto e ambos saíram bem. Segue figura 35 do avião modelo *Curtiss Commando*³ que fazia linha de Goiânia a Belém com escala em Dianópolis.

³ Os *Curtiss Command* fabricados pela norte americana *Curtiss-Wright Corp*, foram adquirido pela brasileira Varig e voaram entre 1948 e 1971 ligando o Norte e o Nordeste brasileiro ao restante do país.

Figura 35: Avião modelo Curtiss Commando da Varig



Fonte: Varig (2019) Disponível em: <https://www.varig-airlines.com/pt/c46.htm>

Hagaús relata que além da linha aérea de cargas que passava em Dianópolis também havia linha aérea de passageiros, que vinha de Goiânia passando pelos municípios de Arraias – GO, Dianópolis – GO, Natividade – GO, Porto Nacional – GO, e seguia pousando nas principais cidades do antigo norte goiano até chegar à Belém – PA. Os aviões eram o modelo Douglas DC-3 da Companhia Aérea Cruzeiro do Sul e que segundo ele tinha capacidade de 27 a 28 passageiros. Segue figura 36 do avião Douglas DC – 3.

Figura 36: Avião modelo Douglas DC – 3 da Cruzeiro do Sul



Fonte: Airliners.net (2019) Disponível em: [https://aviacaobrasil.com.br/Cruzeiro do Sul Brasil/](https://aviacaobrasil.com.br/Cruzeiro_do_Sul_Brasil/)

O avião Douglas DC-3 para passageiros, fabricado pela norte americana *Douglas Aircraft Company* e utilizados para interligar o interior do Brasil, em Goiás era operado pela Companhia Aérea Cruzeiro do Sul que fazia a rota de Goiânia – GO para Belém – PA passando por Dianópolis e seguindo pelas principais cidades e vilas do Vale do Araguaia e Tocantins (Aviação Brasil, 2009). Eram através desses aviões que o município de Dianópolis se conectava com o restante do país.

Ao ser perguntado se havia alguma relação entre as Ligas Camponesas e os Combinados – Agro – Urbanos de Arraias do Governador Mauro Borges ele nos conta que

Eu era muito próximo do governador Mauro Borges, fui convidado por Borges para ser Diretor Chefe do Combinado Agro – Urbano de Arraias, porém quando cheguei no local recusei o convite, lá era uma bagunça, não tinha ordem nem critérios para a aquisição dos lotes, qualquer um poderia chegar, daí não aceitei o cargo. (Entrevista com o senhor Hagahús Araújo em março de 2019)

Observemos que perguntamos ao senhor Hagahús se havia alguma relação entre as Ligas Camponesas e o Combinado Agro – Urbano de Arraias, e a resposta foi que ele, Hagahús, foi convidado para ser o Diretor Chefe do projeto, seria essa resposta um “sim”? Fica aí mais uma dúvida pairada no ar, onde as respostas das perguntas mais decisivas não são respondidas de forma direta, ficando sempre uma interrogação, porém com um sinal positivo das relações entre os acontecimentos.

Hagahús narra que então foi nomeado por Mauro Borges como Diretor do Presídio Estadual em Goiânia e que com a proximidade do golpe militar (que ele chama de “revolução militar”) e a eminente derrubada do Governador Mauro Borges pelos militares, ele soltou todos os presos da cadeia, criando assim um verdadeiro “escarcéu” contra as tropas de Castelo Branco que seguiam para Goiás para concretizar a derrubada do governo estadual.

Indagamos ao senhor Hagahús se acredita que Gilvan por ter sido preso em uma pousada e ter sido solto posteriormente teria entregado o restante do grupo, ele respondeu que “Não, Gilvan não entregou”. Seguimos questionando os possíveis motivos da escolha de Dianópolis e para a implantação do Núcleo Revolucionário das Ligas Camponesas, ele responde “Devido o isolamento de Dianópolis” se referindo ao isolamento geográfico por terra, uma vez que a cidade dispunha de linha aérea. Sobre o fim das Ligas Camponesas em Dianópolis o senhor Hagahús relata “A PF sobrevoou sobre o Catingueiro, a polícia espancou, atrocidades, o núcleo foi descoberto e tudo se acabou”.

Questionamos se Hagahús era a favor da Reforma Agrária “Não da forma que está aí”. Hagahús não quis dar mais detalhes de como seria o modelo ideal de reforma agrária para o

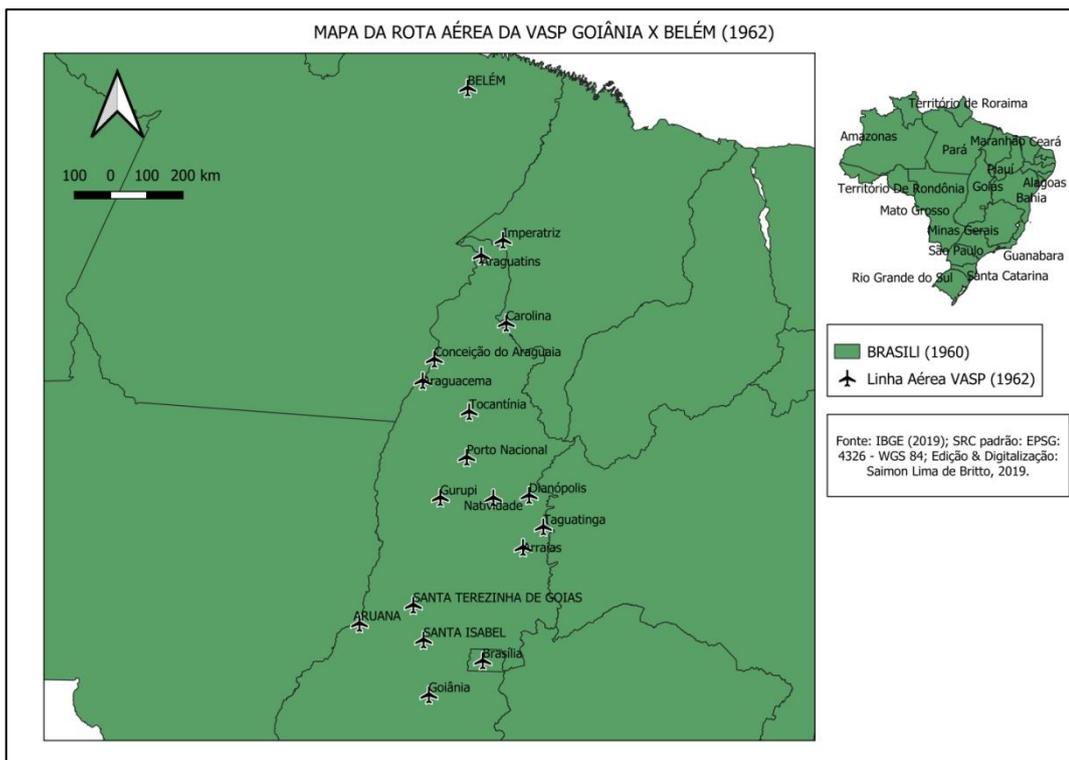
Brasil, mas condenou o atual modelo de redistribuição de terras. Durante toda a entrevista o senhor Hagahús se mostra de poucas palavras no que corresponde a detalhes dos acontecimentos se limitando apenas a fatos mais expressivos que marcaram o momento.

Ainda em Dianópolis – TO, entrevistamos o senhor Nelito Alves, e o senhor Flávio Araújo, ambos apontados por moradores como conhecedores dos referidos fatos, pois viveram na época e estavam próximos dos acontecimentos, o senhor Nelito Alves pelo seu cargo na empresa aérea e o senhor Flávio Araújo por ser cidadão da burguesia dianopolina e parente de Hagahús Araújo.

O senhor Nelito Alves nos recebeu em sua residência em Dianópolis – TO, aos 79 anos de idade, o senhor Nelito começa nossa conversa nos contando que chegou a Dianópolis em 1963, aos 23 anos de idade, e que toda essa história de Ligas Camponesas já havia passado.

Ele fala um pouco do seu trabalho, relata que trabalhou na VASP - Viação Aérea São Paulo vendendo passagens entre os anos de 1965 a 1970 e que os aviões Douglas bimotor da Vasp cabiam em média 25 pessoas. Ele narra que foi intimado pela Polícia Federal para depor sobre um possível tráfico ilegal de armas onde se suspeitava que estivesse sendo feito pela linha aérea de cargas da qual o senhor Nilton Alves trabalhava. Suspeitava-se que as armas vinham do Rio de Janeiro pelos cargueiros *Curtiss Commando* da VASP para Rio da Conceição, na época, povoado de Dianópolis – GO. Segue figura 37 da rota aérea Goiânia x Belém da VASP em 1962.

Figura 37: Rota Aérea da VASP (Goiânia x Belém) em 1962



Fonte: VASP (O Estadão). **Org.** Saimon Lima de Britto (2019)

Essa rota aérea (Goiânia x Belém) foi divulgada pela própria empresa VASP no jornal Folha de São Paulo no caderno 1º, página 16, terça-feira dia 24 de abril de 1962, como uma forma de publicizar as informações de rotas da empresa. A empresa VASP atuava tanto no setor de transporte aéreo de passageiros como de cargas. Essa rota aérea ligava o Norte do Brasil ao restante do país. Vemos a importância da operante malha aérea que atuava na época, uma vez que, o transporte terrestre era feito em precárias estradas por caminhão, a cavalos por “picadas” na mata ou em barcos pelos rios, viagens que poderiam durar meses.

O senhor Nelito Alves afirma que infelizmente não pode ajudar com mais informações uma vez que chegou a Dianópolis após as Ligas Camponesas e assim só saberia relatos contados por terceiros. Porém nos intriga o fato do senhor Nelito Alves, mesmo tendo chegado depois de todo o ocorrido, como ele mesmo relata, ter sido interrogado pela Polícia Federal sobre um eventual tráfico de armas ilegais para as Ligas Camponesas.

Existe um vazio entre o ano em que o senhor Nelito chegou a Dianópolis em 1963 e somente no ano de 1965 que começou a vender passagens aéreas. Essas informações conflitantes declaradas pela mesma pessoa nos aparenta que algo foi deixado de relatar, algum

detalhe, algo que poderia a ser essencial, mas por medo de se comprometer alguns entrevistados preferem se calar.

Visitamos o senhor Flávio Araújo em sua residência na cidade de Dianópolis – TO, Flávio é primo de Hagahús Araújo e fazia parte da burguesia dianopolina na década de 1960. O senhor Flávio não quis conversa sobre as Ligas Camponesas, a única coisa que ele afirmou foi que “aquilo era uma brincadeira” e repetiu a frase, minimizando o acontecimento, e declarou “eram meninos” e não quis mais dar declarações, alegando não saber detalhes nem de fato o que ocorreu.

Saindo da cidade de Dianópolis – TO seguimos com nosso trabalho / pesquisa de campo para a cidade de Rio da Conceição – TO, por indicação do senhor Gesílio Carvalho entrevistamos seu primo Hastrogildo R. de França. Residente em Rio da Conceição desde quando ainda era um povoado de Dianópolis – GO.

Com 82 anos demonstrando força e lucidez, nos recebeu em sua casa e começa nossa conversa afirmando que a permanência das Ligas Camponesas foi toda em Rio da Conceição, e que Dianópolis era apenas um ponto de apoio, uma vez que era a sede do município. “Eu (Hastrogildo) já era casado com 26 anos, tinha 13 irmãos e 3 sobrinhos”. Segue figura 38 do senhor Hastrogildo R. de França, camponês e amigo das Ligas Camponesas na década de 1960.

Figura 38: Camponês Hastrogildo R. de França



Foto: Esp. Marília Viana Miranda (março de 2019)

O senhor Hastrogildo no relata alguns detalhes importantes e por vezes interessante sobre a passagem e permanência das Ligas Camponesas em Dianópolis / Rio da Conceição. Segundo ele.

Os rapazes chegaram de forma oculta, ninguém sabia do que se tratava, eram educados, sabiam chegar e conversar. Chegaram adquirindo as terras do Catingueiro e no Boqueirão Cascavel na cabeceira do Rio Peixinho. Logo depois adquiriram terras de nome Antonio Alves, naquela época as terras já eram medidas, mas não sabe se compraram ou se alugaram ou apenas ocuparam. (Entrevista com o senhor Hastrogildo de França em março de 2019)

Afirma que as Ligas Camponesas penetraram no município de Almas, hoje município do Estado do Tocantins, no topo da Serra Negra, as margens do Rio Balsas e próximo a Cachoeira da Fumaça no Jalapão. De acordo com Hastrogildo “eles tinham um esconderijo lá”. Conta também que havia uma casa feita de madeira e ardósia que era a Sede das Ligas Camponesas e que de lá “se via tudo”. E continua.

Eles fizeram uma grande plantação em frente essa casa como forma de camuflá-la. eles tinham olheiros por todas as partes e a área era bem vigiada para revidar ou dar fuga em caso de ataques da polícia. Eu não fui na Sede, só encontrava com eles na rua. Eles inventavam serviço, como plantar milho em janeiro [fora da época], as plantações só foram no início, essas coisa deixava o povo desconfiado. (Entrevista com o senhor Hastrogildo de França em março de 2019)

Apesar de todos esses detalhes e afirmando que da referia casa “tudo se via”, o camponês Hastrogildo afirma que não esteve na Sede, que apenas encontrava com ele na rua. Assim como os demais entrevistados sempre se desvinculando e se colocando de forma distante e imparcial aos acontecimentos.

Segundo ele o primeiro integrante das Ligas a dormir no *Cascavel* foi Gilvan Rocha, a quem ele se refere apenas por Rocha. Aqui mais uma vez aparece o nome do guerrilheiro Gilvan Rocha em sua participação nas Ligas Camponesas de Dianópolis. Ele conta que Gilvan dizia fazer “rodagem”, quer dizer, manutenção em veículos, e que “era entrosado no Colégio das Freiras, e tinha um contato muito grande com a elite de Dianópolis. Quando Gilvan foi preso pelos militares, ficou preso na Pensão Macedo, e um médico de nome Augusto o ajudou ele a fugir”.

Além de Gilvan Rocha, Hastrogildo fala um pouco sobre cada um dos integrantes das Ligas Camponesas, ele narra que “Ferreira dizia ser Agrônomo e que iriam desenvolver a região, se apresentavam como uma Empresa, mas o que queriam mesmo era o povo com eles”. Para Hastrogildo, “Luiz era o que mais movimentava, era um homem bem escuro e organizava churrascos e comícios para o povo”. E continua a falar dos membros das Ligas em Rio da Conceição, “Léo era professor, dava aula para o povo”.

Hastrogildo relata que seu pai tinha uma mercearia que vendia para as Ligas Camponesas, pois pagavam a vista, segundo De França, nem ele nem sua família tinha intenções idealistas com as Ligas, mas que eram amigos, pois faziam o bem para o povo pobre. Segue figura 39 de onde fora a Mercearia do Pai de Hastrogildo de França que vendia produtos dos mais variados para as Ligas Camponesas em Rio da Conceição, então povoado de Dianópolis – GO.

Figura 39: Casa onde fora a Mercearia do Pai de Hastrogildo de França.



Foto: Saimon Lima de Britto (maço de 2019)

A casa que antes abrigava a mercearia e a moradia da família do senhor Hastrogildo, hoje ainda abriga a moradia de parte de sua família, localizada no centro urbano da cidade de Rio da Conceição – TO. Uma de suas irmãs reside na casa, que segundo ele a muito tempo deixou ser mercearia.

Hastrogildo afirma que nas reuniões das Ligas Camponesas eles conseguiam aderir muita gente e diziam que “o povo junto era mais difícil de ser derrotado” usaram uma parábola sobre isso dizendo “uma vareta é fácil de quebrar, mais um fecho de varas era difícil” para ilustrar a força da união do povo injustiçado.

Pediram para Hastrogildo e seu pai assinar um livro, e que depois de uma reunião em família, decidiram por não assinar, pois não foram convencidos dos reais motivos de tal assinatura. Provavelmente o livro relatado pelo senhor Hastrogildo era um livro de Ata, comum em reuniões e assembléias de grupos sociais organizados.

E continua “eu e minha família não participamos das ações deles, apenas vivemos juntos, algumas pessoas sabiam, outras não, das reais intenções dos rapazes, eu não tinha conhecimento de nada naquela época, mas hoje eu sei do que se trata”. Aqui o senhor Hastrogildo deixa claro que algumas pessoas sabiam das reais intenções das Ligas Camponesas na região, ou seja, da revolução socialista encabeçada pelos camponeses assim como ocorrera em Cuba três anos antes.

Ao ser perguntado se havia alguma relação, ou alguma forma de apoio da Maçonaria com as Ligas Camponesas o Camponês Hastrogildo diz “não tenho certeza, mas pelas pessoas envolvidas acredito que sim, pois algumas pessoas do alto escalão social da região também os apoiavam”. Aqui temos mais uma vez o apoio da Maçonaria colocado em questão, seria um apoio da instituição, ou apenas de alguns de seus membros? O que sabemos de fato é que houve certo envolvimento, porém não sabemos até onde Maçonaria e Ligas Camponesas estavam envolvidas.

De França narra uma interessante troca de tiros entre a polícia local contra ela mesma, acreditando estar em combate com as Ligas Camponesas.

Desceu um jipe com dois policiais pela ponte sobre o Rio Manoel Alves, atravessaram a ponte e deixaram o jipe do lado oposto retornando a pé por cima da ponte, quando se depararam com outro grupo de policiais que vinham em um caminhão de propriedade de Jeca Povoá e iam fazer uma batida policial numa festa que estava sendo realizada pelas Ligas para os camponeses de Rio da Conceição com bebidas e churrasco. Ao se encontrarem sobre ponte houve troca de tiros entre os policiais, pois achavam que estavam perante as Ligas Camponesas (risos), foram dois pés de Canjarana que serviu de escudo e salvou os dois policiais que chegaram primeiro, e se jogaram no Rio Manoel Alves, e ainda conseguiram balear um Sargento. Com o barulho da troca de tiros o povo que tava na festa fugiram todos (risos). (Entrevista com o senhor Hastrogildo de França em março de 2019)

Esse mal entendido não apenas desmoralizou a polícia local como também aumentou o ódio contra as Ligas Camponesas que eram constantemente ameaçadas pelos coronéis, mandatários e políticos locais. De França afirma que a polícia ficava na cidade interrogando as pessoas e que chegou até a parar ele, abriram seu guarda-chuva e o deixaram seguir.

Ele conta que o pedreiro que trabalhava para as Ligas Camponesas na construção de suas obras estava com a polícia e que pode ter sido um dos denunciante, o nome do pedreiro ele não soube dizer. Outro possível denunciante, segundo França, foi o comerciante senhor Floriano Machado, conhecido como Flori, o comerciante mais forte na época, já falecido atualmente.

Porém ele afirma que as Ligas Camponesas tinham ajuda de um comerciante chamado Geraldo, que fora acusado de envolvimento com as Ligas e interrogado pela Polícia Federal,

nada foi provado e a partir daí Geraldo, hoje também já falecido, não quis mais falar sobre o assunto.

Hastrogildo relata que um de seus sobrinhos adoeceu em Rio da Conceição e as Ligas Camponesas deram toda a assistência necessária e o enviaram para Goiânia de avião, “pagaram tudo, consultas, exames e medicamentos”, ele disse ter ficado impressionado com a assistência e o atendimento recebido pelas Ligas Camponesas. Conta também que as crianças pobres só iam a escola a partir dos 7 anos de idade e que as Ligas Camponesas mudaram essa realidade ensinando o povo a ler, escrever e as quatro operações de matemática para os mais avançados.

De França afirma que as Ligas Camponesas permaneceram de 3 a 4 anos em Rio da Conceição / Dianópolis.

A Polícia Federal junto com o Exército acabou com tudo, o Rocha se entregou para a polícia, depois fugiu em um jipe dirigido por membros da Maçonaria. Clovis fugiu para Natividade, e o Carvalho e o Ferreira criaram uma associação de moradores e no mesmo dia foram embora, Geraldo casou-se e ficou morando aqui em Rio da Conceição por um tempo e depois mudou para Brasília. (Entrevista com o senhor Hastrogildo de França em março de 2019)

Questionamos o senhor Hastrogildo sobre os motivos da implantação de um núcleo das Ligas Camponesas em Dianópolis / Rio da Conceição, ele responde que ali era um lugar de “pessoas sem esclarecimentos”. E sua opinião sobre a Reforma Agrária ele responde “é muito bom, deveria ser para quem precisa, é uma forma de diminuir o desemprego, deve também ter apoio ao camponês, casa popular deve ser na roça” e continua “existe muitos aproveitadores nos movimentos, nos acampamentos”. Hastrogildo emite sua opinião de forma clara, e deixa uma crítica aos que usurpam os movimentos sociais pela terra.

Sobre um possível carregamento de armas o senhor Hastrogildo responde “Passou um jipe com caixas pesadas e tinha uma “rural” saindo de Belo Horizonte para Rio da Conceição que foi presa”.

Indagamos ao senhor Hastrogildo se ele sabe algo sobre uma possível relação do Combinado – Agro – Urbano de Arraias implantado pelo então Governador Mauro Borges, com as Ligas Camponesas e ele responde com um sorriso no rosto “desconfio” (risos) corroborando com a fala de seu primo Gesílio Carvalho e dando sinais de que havia algo entre esses dois acontecimentos simultâneos na região e que não foi por acaso essa simultaneidade.

Nas cidades pequenas, qualquer presença de pessoas estranhas causa atenção e desconfiança por parte dos moradores locais, inclusive estranheza tal, percebida pela nossa equipe quando estivemos na região de Dianópolis – TO pesquisando sobre as Ligas

Camponesas, assunto pouco conhecido pelos munícipes e assunto delicado para quem viveu aquela época.

Algumas informações quando confrontadas vão desvendando fatos que ocorreram nesse até então desconhecido ou pouco conhecido espaço geográfico do antigo norte goiano. A passagem e permanência das Ligas Camponesas nesta região com ligações diretas e / ou indiretas com Combinado Agro – Urbano de Arraias, trás grandes revelações políticas sociais da época, que se chocam e contribuem em um tenso cenário político nacional e internacional que estava em andamento.

Em Rio da Conceição – TO, aos 100 anos de idade, na casa de sua filha, debilitado, enxergando pouco, o senhor Martins Café nos fala um pouco sobre sua relação e conhecimento com as Ligas Camponesas. O senhor Martins Café nos conta que tinha 45 anos de idade quando as Ligas Camponesas estiveram em Rio da Conceição, era proprietário de um pedaço de terras e nela criava “cabeças de gado”, a criação era no sistema de pecuária extensiva.

O Senhor Martins Café não soube nos dizer o tamanho de sua terra, nem quantas cabeças de gado criava, mas ao ser perguntado se considerava ser um latifundiário ele afirma que “Não”, que tinha apenas “uma terrinha e algumas cabeças de gado”. Ele nos revela que na década de 1960 trocou uma novilha em uma Bíblia, disse que livros naquela época era coisa rara e quem sabia ler tinha “mais fácil controle sobre os demais”. Ele afirma que a leitura era pra poucos e que se resumia a um pequeno grupo seletivo de “Padres, Juizes, e um ou outro político mais esperto”.

Martins Café foi convidado para participar de uma reunião em Rio da Conceição com a presença do Padre e do Bispo, o tema dessa reunião era a Reforma Agrária e nela estavam vários camponeses e proprietários de terra da região. Durante a reunião, ao ser convidado a falar ao microfone, pois tinha credibilidade entre a sociedade local, ele disse que “isso não vai dar certo, os tubarões das terras jamais deixaram fazer a reforma agrária” e que ele, Martins Café, era contra “qualquer revolução ou luta que derrame sangue” por isso se posicionou contrario a idéia.

Martins sabia que a reforma agrária só aconteceria por derramamento de sangue, pois jamais haveria consentimento dos coronéis em qualquer proposta de redistribuição de terras, então achou por bem tomar uma posição contrária e se recusou a assinar o livro de ata da reunião.

Líder estudantil da UBES e citado por vários entrevistados como integrante das Ligas Camponesas em Dianópolis, Tarzan de Castro nasceu em Alto Araguaia – MT, criado em Jataí – GO, foi assessor do Governador Mauro Borges. Participou de eventos em Cuba em 1961 nas comemorações do aniversário da Revolução Cubana, juntamente com Clodomir de Moraes e outros membros das Ligas Camponesas, recebeu o convite para participar das Ligas Camponesas e com as orientações das ações do grupo, ficou encarregado de comandar a expansão das Ligas Camponesas no interior do Estado de Goiás.

Hoje aos 82 anos, Tarzan de Castro é graduado em Sociologia e História pela Universidade de Sorbonne em Paris – França, foi membro das Ligas Camponesas, foi preso político, torturado e exilado, após o período militar foi Deputado Estadual por Goiás 1983 – 1988, depois Deputado Federal 1988 – 1991, atualmente reside em Goiânia e nos concedeu uma entrevista para nossa pesquisa. Segue figura 40 do ex – líder estudantil da UBES Tarzan de Castro.

Figura 40: Ex – Líder Estudantil da UBES Tarzan de Castro.

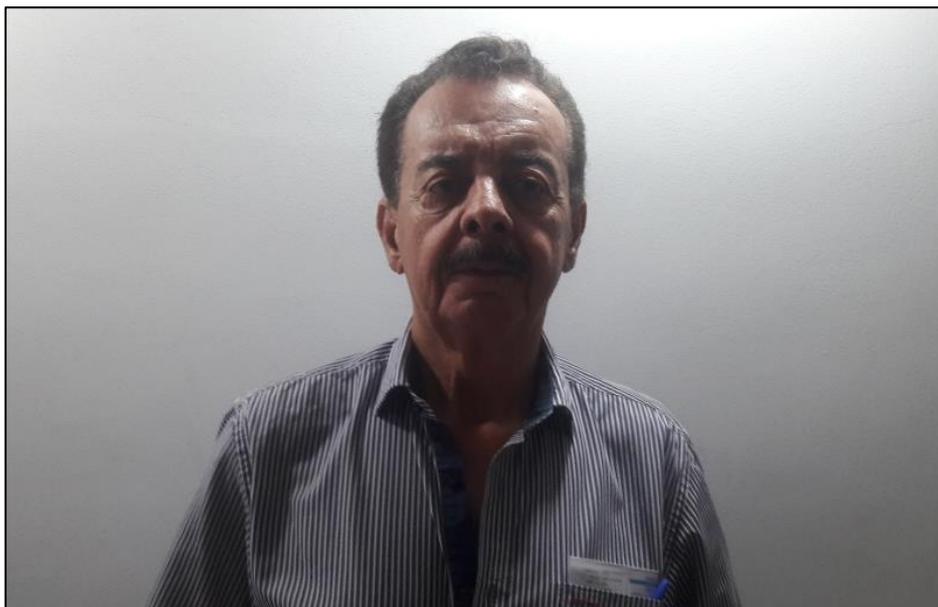


Foto: Saimon Lima de Britto (novembro de 2019)

Iniciamos nossa conversa perguntando para Castro se havia alguma relação direta do governador Mauro Borges com as Ligas Camponesas, de acordo com Castro (2019):

Não, eu era assessor do governador e tinha um papel de liderança estudantil, isso se transformou num relacionamento com Mauro Borges, até uma amizade pessoal, eu participei da campanha (eleitoral de Mauro Borges), eu tinha minhas idéias na época nacionalista com pretensão revolucionária e o Mauro era de tendência e formação nacionalista, era um democrata, eu era responsável pelo setor da juventude e

educação, mas a questão das Ligas Camponesas foi outro em minha vida. (Entrevista com Tarzan de Castro em novembro de 2019)

Vice Presidente da UBES, Tarzan participava de muitos congressos políticos e estudantis Brasil a fora e sempre se relacionando com as forças de esquerda da época. De acordo com Castro sobre como se aproximou das Ligas Camponesas ele relata:

Fiquei me relacionando com as correntes políticas de esquerda que era o PCB dirigido pelo Ministro Carlos Preste, posteriormente surgiram as Ligas Camponesas, houve uma dissidência dentro do PCB na época, nessa dissidência havia um jovem chamado Diniz Cabral Filho, era líder estudantil e Secretário Geral da UBES Nacional e eu fiquei amigo dele e ele acabou me influenciando pra gente se aproximar de Francisco Julião que defendiam uma posição mais radical sobre a estrutura agrária do país onde ele lançou a palavra de ordem e começou a organizar as Ligas Camponesas no nordeste e depois elas passaram a ter influencia nacional. (Entrevista com Tarzan de Castro em novembro de 2019)

Em 1961 no segundo aniversário da Revolução Cubana, a convite de Fidel Castro, várias organizações de esquerda pelo mundo foram convidadas para as comemorações de aniversário da revolução. Segundo Tarzan de Castro (2019):

Houve um convite pra UBES indicar um representante, então teve uma delegação brasileira e eu fui representando a UBES, mas tinham outras figuras da intelectualidade e da política, por exemplo Josué de Castro, Almir Afonso, entre muitos outros brasileiros. E eu fiquei muito impressionado, naquela época havia um “oba oba” muito grande em relação a Revolução Cubana, Fidel Castro, Che Guevara e outros líderes da revolução e eu fiquei muito impressionado com aquilo e passei uma temporada em Cuba, mais de um mês, andando, e depois eu voltei (ao Brasil) ainda mais influenciado. (Entrevista com Tarzan de Castro em novembro de 2019)

Francisco Julião em 1961 havia formado o Movimento Revolucionário Tiradentes – MRT que era composto por Clodomir Santos de Moraes, Padre Alípio Freitas entre outros líderes. De acordo com Tarzan:

Então eu fui colocado em uma diretoria desse grupo, e houve um congresso em Minas Gerais e esse congresso foi um racha político da esquerda brasileira definitivo e eu fiquei como dirigente desse grupo que é o MRT. Então devido essas influências eu me aproximei das Ligas Camponesas, do Francisco Julião e do principal coordenador Clodomir de Moraes, ele tinha uma influência muito grande no movimento das Ligas Camponesas e bolou então a formação dos chamados focos de treinamento, campo de treinamento, para as futuras ações armadas se fosse o caso para defender a proposta de Julião que era a reforma agrária na lei ou na marra. (Entrevista com Tarzan de Castro em novembro de 2019)

As Ligas Camponesas estavam a implantar campos de treinamento guerrilheiros pelo interior do Brasil e Tarzan nos trás mais alguns detalhes sobre esses campos de guerrilha armadas. Tarzan assevera que:

Esses campos de treinamento foram estabelecidos em vários estados do Brasil, Mato Grosso, Paraná, Bahia, Minas Gerais e aqui no Goiás, na época o Goiás era inteiro, era inteiriço Goiás e Tocantins. Eu cheguei a recrutar jovens militantes para esses

campos de treinamento inclusive até um irmão meu e outros mais próximos de mim, da minha influência que eu tinha aqui em Goiás na época da juventude, e cheguei a recrutar vários jovens e colegas para esses campos de treinamentos, mas eu desconhecia o campo de treinamento de Dianópolis até mesmo por questões de segurança (segurança das Ligas) eu sabia que tinha em outros lugares, mas não em Dianópolis. (Entrevista com Tarzan de Castro em novembro de 2019)

Em 1961 as Ligas Camponesas implantaram um desses campos de treinamento no antigo norte goiano, mais especificamente na região de Dianópolis. Castro nos trás detalhes de como ficou sabendo sobre o campo de treinamento guerrilheiro na região de Dianópolis:

Chegou um dia que eu estava no Palácio (Palácio das Esmeraldas Sede do Governo de Goiás) e me apareceu o Clodomir de Moraes dizendo que tinha um grave problema em Goiás e que eu daria conta de resolver, pela influencia que eu tinha, aí me colocou que tinha um foco de treinamento na região de Dianópolis próximo do povoado de Rio da Conceição e que os membros desse campo eram todos nordestinos que tinham vindo da Paraíba, Pernambuco, do Ceará e também, de outros estados, eram um grupo de jovens intelectuais, estudantes, professores, advogado, economista, jornalista, que faziam parte desse grupo lá no campo de treinamento da região de Dianópolis.

Ao ficar a par da situação que se encontrava em Dianópolis Tarzan continua seu relato sobre como chegou à Dianópolis. Segundo ele:

Clodomir falou que esse campo tinha sido marcado, que já havia uma perseguição prévia um movimento na cidade contra esse grupo, e que ele, Clodomir, tinha bolado uma saída para continuar com esse campo de treinamento na região, disfarçado numa alternativa, que ele iria fundar uma cooperativa, que eles tinham comprado uma terra, a técnica era essa, eles compravam uma terra e lá se estabeleciam, e como eu era do gabinete do governador e tinha conhecimento em Dianópolis, pois eu havia ido em Dianópolis na época da campanha de Mauro Borges e depois como presidente estadual do estudantes, então eu era conhecido em Dianópolis, então Clodomir queria que eu chegasse lá e dissesse as pessoas que não era nada disso, que não tinha nada de subversão que era uma cooperativa de produção rural que inclusive iria produzir lá cana de açúcar e outros produtos que iria desenvolver a região e iriam conseguir crédito e tecnologia e esse era o objetivo para disfarçar e não ter problema, tentar dar uma legalidade e o campo de treinamento continuar lá. (Entrevista Tarzan de Castro em novembro de 2019)

O campo de treinamento de Dianópolis já havia sido descoberto pela polícia e pelas autoridades conservadoras locais e Clodomir de Moraes queria apaziguar os ânimos para assim continuar com o processo de politização dos camponeses daquela região, e para isso contou com a ajuda de Tarzan de Castro, jovem revolucionário com relações próximas com o então governador de Goiás Mauro Borges. E Tarzan continua:

Eu era conhecido da elite dominante de Dianópolis, chegando lá, na época não havia trânsito, eu fui de avião em uma empresa chamada Cruzeiro do Sul, e ela tinha pousos em cidades estratégicas e Dianópolis era uma cidade estratégica naquela região e quando eu desci do avião o chefe da companhia que era parente meu, veio até mim e disse estar preocupado – eu to sabendo que o negócio aqui ta complicado – inclusive a cidade estava pinchada nas paredes com dizeres “abaixo Julião mirim” “abaixo as ligas camponesas” “abaixo os comunistas” havia um movimento forte, havia um delegado do DOPS que tinha uma vocação policial política e esse meu

parente me falou “caí fora” estiveram duas pessoas aqui (Dianópolis) um dele era capitão e eles falaram que estavam sabendo de uma guerrilha subversiva e que voltariam para acabar com ela. (Entrevista com Tarzan de Castro em novembro de 2019)

Castro não gostou da situação da qual se deparou em Dianópolis, e ao invés de tentar convencer a população dianopolina de que o grupo não era subversivo, tentou acabar com o campo de treinamento através do convencimento dos camaradas a deixarem o lugar, com os argumentos de que não havia mais como rever a situação. Então Tarzan continua e afirma que:

Então eu fui até o Campo de Treinamento e avisei os camaradas – olha aqui tá arrebitado, temos que ir embora, temos que acabar com isso aqui – daí contei tudo que estava acontecendo, que o exército iria voltar e acabar com tudo e eu disse que iria tirar eles de lá. Passei uns cinco dias lá, (em Dianópolis) peguei um avião e fui direto para o Rio de Janeiro encontrar com Clodomir de Moraes e a Direção Nacional das Ligas Camponesas. (Entrevista com Tarzan de Castro em novembro de 2019)

Já no Rio de Janeiro, segundo Castro, procurou por Clodomir para também tentar convencê-lo em acabar com o campo de treinamento de Dianópolis. Castro narra que:

No Jornal das Ligas Camponesas, encontrei com ele (Clodomir) contei toda a história e ele me pediu um tempo, não acreditou no eu disse, eu disse que precisava dar o dinheiro pro pessoal ir embora de Dianópolis e ele disse – que nada o exército vai lá coisa nenhuma você tá inventando história eles tão é se cagando de medo de nós – e eu falei – você é louco o negócio lá é sério – daí eu fiquei nervoso e ele pediu para que eu esperasse ele no Jornal a Liga que ele iria dar um jeito, daí no dia seguinte eu cheguei no Jornal contei a história e me informaram que o Clodomir havia ido embora pra Pernambuco, penso que eles do jornal também estavam desconfiados de mim, lembro que tinha o poeta Ferreira Goulart, o Padre Alípio, e outros mais intelectuais que apoiavam as Ligas Camponesas, o Jornal a Liga no Rio de Janeiro era um ponto de encontro, eles ficaram todos apavorados e disseram então para eu voltar no dia seguinte e nada do Clodomir. (Entrevista com Tarzan de Castro em novembro de 2019)

Após a tentativa falha de tentar convencer Clodomir de acabar com o campo de treinamento guerrilheiro em Dianópolis, Tarzan resolve procurar a Embaixada de Cuba no Rio de Janeiro, apoiadores das Ligas Camponesas, Tarzan resolveu relatar toda essa história ao embaixador cubano. E continua:

Tomei a iniciativa de ir a Embaixada de Cuba relatar o que estava acontecendo, relatei todo o acontecido ao embaixador cubano, e eu disse que estava acontecendo em outros campos de treinamento também, eu disse que era um absurdo esses campos de treinamento e que ele, Clodomir, deveria estar passando uma série de informações erradas pra Cuba, porque eu estive lá e vi a realidade e os outros campos a mesma coisa. No dia seguinte o Embaixador chegou apavorado dizendo – companheiro aconteceu uma tragédia, o relatório que eu fiz, mandei pelo Comandante Ministro da Economia de Cuba de avião pra ele entregar em mãos a Fidel e o avião caiu e eu não sei o que vai acontecer, pois estava dentro da mala diplomática e ela não pega fogo e eu não sei o que vai acontecer – . Com isso, acharam a mala e foi um escândalo nacional, de lá do Rio eu fugi pra outro lugar, o

campo foi atacado, alguns foram pegos entre eles Gilvan Rocha, cearense. (Entrevista com Tarzan de Castro em novembro de 2019)

Com esse acontecimento o escândalo estava aramado nas mãos da direita brasileira, que não perdeu tempo. Tarzan ainda nos relata que:

Carlos Lacerda, líder da oposição de direita, pegou aquele relatório e foi pra tribuna da Câmara e leu e disse – olha aqui Cuba organizando guerrilhas e o líder é Tarzan de Castro, primo de Fidel Castro – ele usou do meu sobrenome que não tinha ligação, mas que colou naquele momento foi um escândalo, todos os grandes jornais publicaram na primeira página. Era uma campanha do Carlos Lacerda contra o governo do Jango, na verdade uma campanha violenta contra o governo do Jango. (Entrevista com Tarzan de Castro em novembro de 2019)

Tarzan revela que todo esse alvoroço em torno de seu nome e do Estado de Goiás contribuiu com queda de João Goulart e o golpe civil militar de 1964. Ele narra que:

Eu fui procurado depois pelo líder do governo, depois Ministro do Trabalho, Almir Afonso, e ele disse – Tarzan parem com isso vocês estão ajudando a extrema direita a dar o golpe no Presidente – Contribuiu pra isso, tentei voltar pra Dianópolis, mas não teve jeito pois o juiz de Dianópolis havia decretado minha prisão, minha e dos principais membros, Carlos Montarrio, Gilvan Rocha, Joaquim Câmara, Clodomir Moraes, vários membros do campo de treinamento, todos eles nordestinos, foi decretado minha prisão como se eu fosse o chefe do grupo e eu não era chefe de nada, o papel que eu tive foi esse de tentar “desbaratar” e aconteceu essa tragédia toda. (Entrevista com Tarzan de Castro em novembro de 2019)

Após alguns esclarecimentos por parte do senhor Tarzan de Castro sobre sua participação no movimento das Ligas Camponesas na região de Dianópolis, em especial devido sua proximidade com o então governador Mauro Borges, indagamos o senhor Tarzan sobre uma possível ligação das Ligas Camponesas com os Combinados Agro – Urbanos de Mauro Borges.

O Mauro tinha muito interesse nessa área, ele pensava realmente em fazer uma reforma agrária localizada, com recursos do Estado, sem entrar em choque com o latifúndio, com os grandes proprietários. Eu fui preso em Edéia – GO, fundando sindicato de trabalhador rural, naquela época não podia nem fundar sindicato que era preso. Realmente o Mauro tinha um compromisso muito interessante, o governo dele era de centro esquerda, eu diria, pra época porque ele criou um Departamento do Trabalho, criou a Secretaria do Trabalho, incentivava a sindicalização rural, ele nomeou a mulher do secretário geral do Partido Comunista, Maria Sala Dib, como chefe do Departamento de Sindicalização da Secretaria do Trabalho, e o Eres Guimarães que era do PTB como Secretário do Trabalho. (Entrevista com Tarzan de Castro em novembro de 2019)

Tarzan foge da pergunta central, nos dá indícios, mas sem objetividade sobre a relação questionada com as Ligas Camponesas e o então governador, sobre os planos de Mauro Borges na área da reforma agrária em Goiás. E continua a narrativa:

Mauro criou uma serie de organismos e criou essas colônias e criou os órgãos estaduais para cuidar do desenvolvimento rural agrário e dar terra para quem

quisesse trabalhar e principalmente onde havia alguns conflitos. Ele fundou as colônias rurais onde aquelas pessoas seriam aquinhoadas com a sua parcela de terra e ter relativamente uma vida coletiva, ele (Mauro Borges) fez uma viagem a Israel e ficou muito impressionado com que viu em Israel nas comunidades rurais de lá que são como uma espécie de cooperativas rurais de produzir, comercializar e até de industrializar os produtos rurais e ele trouxe essas idéias de Israel. E começou a implantar aqui o Combinado – Agro – Urbano. (Entrevista com Tarzan de Castro em novembro de 2019)

Tarzan coloca que Mauro Borges dava preferência para a implantação do projeto onde havia algum tipo de conflito agrário, acreditamos ser uma contra revolução de cunho reformista, agradando os camponeses, porém, sem diálogo, debaixo pra cima, com projetos definidos em gabinete e sem enfrentar o latifúndio. Então colocamos a suposição da proximidade do projeto com as Ligas Camponesas ser um tipo de apoio indireto as Ligas Camponesas. Tarzan afirma que:

Não, pode ser pra acalmar, pode ser, mas nunca como um apoio indireto. O Mauro me chamou um dia no gabinete dele, nós éramos muito amigos, e ele disse – Tarzan tem uma denúncia muito séria sobre o que vocês estão fazendo, inclusive quero te colocar que se essa denúncia for verdade eu vou te demitir, que vocês estão com foco de treinamento de guerrilha na região de Dianópolis, o Coronel Joel Comandante Geral da Polícia Militar do Estado já ta sabendo. O Eres Guimarães Secretário do Trabalho do PTB e o governo do PTB de João Goulart já estavam sabendo, e eu tinha certeza porque o Almir Afonso já tinha conversado comigo e pedido pra gente parar. (Entrevista com Tarzan de Castro em novembro de 2019)

Tarzan saí em defesa do governador Mauro Borges, afirmando que suas intenções eram outras e não de apoio a qualquer tipo de revolução camponesa proposto pelas Ligas. Tarzan continua sua fala sobre os combinados agro – urbanos, indo ao encontro das demais informações sobre colonizar as terras longínquas do Goiás e acalmar os ânimos dos camponeses esquecidos do norte.

Então essa idéia do Mauro (dos Combinados Agro-Urbanos), não tinha isso, (de apoio as Ligas) ele fez porque haviam algumas regiões do Estado que estava muito atrasadas, a região nordeste do Goiás era muito atrasada (atual sudeste do Estado do Tocantins), e tinha uma efervescência de descontentamento, coincidia uma efervescência de descontentamento com a situação, com a estrutura rural da propriedade na região e ao mesmo tempo a efervescência da região, porque você vê que aquela região toda do norte de Goiás na época era muito despovoada, tinha os centros de povoamento que eram Tocantinópolis, Porto Nacional, a região de Arraias e Dianópolis, Natividade que inclusive tinha sido região aurífera então ficou ali certa densidade populacional e ao mesmo tempo uma consciência política muito grande que exigiam alternativas, então foi isso que influenciou o Mauro em criar o combinado agro – urbano ali. (Entrevista com Tarzan de Castro em novembro de 2019)

Tarzan confirma e deixa claro que as reformas de Mauro Borges era para acalmar os camponeses, pois ele sabia que a região era marcada por revoltas sociais e que a insurgência camponesa de nível nacional estava cada vez mais próxima. Tarzan de Castro continua a

pontuar sobre o político e gestor Mauro Borges, pessoa que Tarzan até os dias de hoje tem muito apreço.

Então ele tinha uma postura que pra época você podia chamar quase que revolucionária, Mauro foi excepcional ser humano e político pra época ele contrariou seu próprio partido que era o PSD, super conservador, era o partido dos fazendeiros, e Mauro, filho de Pedro Ludovico com essas idéias, então ele realmente ultrapassou sua época, ele estava à frente da sua época, foi isso que acho que aconteceu. (Entrevista com Tarzan de Castro em novembro de 2019)

Mauro Borges era um reformista, militar e integrante de um partido de latifundiários, era popular entre seus eleitores e seu perfil jamais fora revolucionário, mas não era assim que pensava seus opositores, pois como disse Tarzan de Castro “estava à frente da sua época” e por propor uma reforma agrária, mesmo que sem enfrentar os latifundiários, foi taxado e acusado de comunista e revolucionário pela classe burguesa de Goiás.

Então questionamos mais uma vez sobre a permanência de Tarzan de Castro em Dianópolis, pois seu nome havia sido citado por diversas vezes por pessoas entrevistadas em Dianópolis e Rio da Conceição como se ele fosse um dos líderes, um dos que chegaram para implantar o campo e não para desmanchar como ele mesmo afirma. Então Tarzan mais uma vez nos esclarece que:

Não, foram poucos, foram dias, se não me enganou 4 ou 5 dias, não foi mais do que isso. Eu nunca participei de Campo de Treinamento, eu fui lá pra desmanchar. Há um equívoco como se eu tivesse sido o comandante das Ligas do Campo de Treinamento de Dianópolis, mas quem comandava era o Carlos Montarrio, ele era professor, jovem intelectual de Pernambuco, ele é que era o responsável lá, e Joaquim Câmara que era economista também de Pernambuco, e tinha outro, esse da Paraíba, mas que não me lembro agora. (Entrevista com Tarzan de Castro em novembro de 2019)

Confirmamos com o senhor Tarzan se o campo de treinamento de Dianópolis recebia dinheiro provindos de Cuba, se nesse campo havia armamento e porque a escolha da cidade de Dianópolis, ele responde com segurança.

Pra Dianópolis não, mandava (dinheiro) para as Ligas Camponesas e ela distribuía para os Campos de Treinamentos, as Ligas tinham o apoio de Cuba para o movimento. Tinha (armas), esse dinheiro dava pra comprar velhos fuzis da segunda guerra mundial e pistolas. Foi o Clodomir que escolheu (Dianópolis), pela proximidade com a Bahia e por esse histórico na região, uma região que teve certas revoltas. (Entrevista com Tarzan de Castro em novembro de 2019)

Buscamos confirmar com o senhor Tarzan se ele soube de outros núcleos das Ligas Camponesas no território do atual Estado do Tocantins além do Núcleo de Dianópolis, pois o ex-guerrilheiro Clodomir de Moraes nos afirmou que além de Dianópolis houve também em Gurupi – TO e Tocantinópolis – TO. Tarzan nos conta que:

Não, que eu saiba não. Teve no Paraná, Mato Grosso (Serra da Saudade, Rondonópolis), tinha um núcleo na divisa da Bahia com Minas (Serra), Maranhão, Goiás. Esses eram os núcleos que eu sabia, além de Pernambuco. Houve o Conselho Estadual das Ligas Camponesas em Goiânia, instituição legal, registrado. Municípios de Goiás, Ípora, Montes Claros, Jussara.

Sobre o ano de 1964, com o golpe civil-militar, indagamos como ficou a situação política de Tarzan, ele narra que por fazer parte do governo de Mauro Borges estaria isento, pois também esperava uma reação contrária do governador, porém, não foi o que ocorreu na prática:

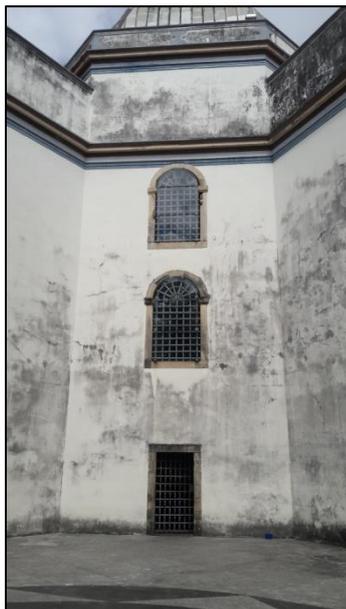
Eu era do governo, então eu fui preso, imediatamente fui preso, ainda no governo do Mauro, o golpe foi dia 1º de abril e no dia 15 eu estava preso. No dia do golpe eu estava no Rio de Janeiro numa reunião do Partido Comunista que discutia a situação política do país, então houve o golpe e eu consegui pegar um avião pra Goiânia, pois pensei que chegando lá o Mauro iria resistir e eu estaria seguro, eu não esperava que ele fosse apoiar o golpe, então no mesmo dia eu fugi para o interior, pra fazenda de um irmão meu, município de Piranhas – GO e com 10 ou 15 dias que eu estava lá a polícia e o exército cercaram a fazenda e eu fui preso e trazido para Goiânia, daí fiquei preso quase um ano e fui liberado por um habeas corpus. Nessa época eu fui presidiário de Hagahús, quando ele foi diretor da penitenciária aqui em Goiânia (risos), preso aqui em Goiânia e depois que derrubaram o Mauro fui transferido pra Brasília, naquela época ainda tinha habeas corpus, eu saí e fiquei na clandestinidade com o PCB, daí rodei, fui pro Rio de Janeiro de lá pra China, já com documento falso e com tudo, fui fazer um curso político militar na China. (Entrevista com Tarzan de Castro em novembro de 2019)

Tarzan foi exilado, rodou por vários países do mundo, atrás de abrigo e de resistência, contra governos fascistas e autoritários, fez cursos de treinamento ideológicos, estudou, mas também foi preso e torturado, e continua seus relatos pós 1964.

Fui preso em Pernambuco, dois meses, sofri muito lá, foi em 1967. Eu tinha voltado do Uruguai, inclusive foi presa também minha ex-companheira Maria Cristina mãe de dois filhos meus. E lá na hora que eu fui preso eu pensei que eles iriam me matar porque eu fugi da cadeia no Rio de Janeiro, fui para o exterior, fiz cursos, daí eu voltei e fui preso, eu estava foragido, depois um Coronel disse que eu dei sorte que eu estava marcado para morrer. Eu fui preso junto com outro núcleo que não era ligado a mim e me mandaram de volta pra prisão do Rio de Janeiro de onde eu fugi. Era ordem do Exército eu voltar para o Rio de Janeiro porque eu fugi da Fortaleza de Lajes, era ordem do Costa e Silva Ministro da Guerra. No Rio fui vagamente torturado, fui condenado por mais 5 anos de prisão e cumpri quase 3 anos. (Entrevista com Tarzan de Castro em novembro de 2019)

Segue figura 41 da antiga Casa de Detenção de Pernambuco onde Tarzan de Castro foi preso, hoje o prédio do antigo presídio abriga a Casa de Cultura de Pernambuco.

Figura 41: Antiga Casa de Detenção de Pernambuco



Fotos: Saimon Lima de Britto (novembro de 2019)

Tarzan de Castro não é só um ex-militante de esquerda, é também um sobrevivente dos regimes militares não apenas do Brasil, mas de outros lugares do mundo por onde andou, buscou em sua militância melhorar a vida das pessoas, ora de forma oficial enquanto assessor direto do governador Mauro Borges, ora como militante de esquerda, com seus direitos políticos cassados e ordens de prisão espalhadas pelo país, vivendo na ilegalidade e sendo tratado como criminoso.

A entrevista com Tarzan de Castro tem momentos contraditórios, o senhor Tarzan afirma que passou apenas cinco dias em Dianópolis e que após ver que o núcleo já estava descoberto pela polícia, tentou acabar com o núcleo e resgatar os camaradas que estavam lá, segundo ele, a própria sorte, porém, os entrevistados Gesílio Carvalho, Hastrogildo e Hagahús citam Tarzan de Castro como membro das Ligas Camponesas em Dianópolis, e ainda o colocam como um dos líderes do movimento.

Esse e outros depoimentos / entrevistas nos revelaram que as Ligas Camponesas sabiam do projeto de Combinado Agro – Urbano de Mauro Borges por parte do governo de Goiás, assim também como sabiam das lutas e revoltas que haviam acontecido naquela região num passado não muito distante, porém, o projeto de campo de treinamento de Dianópolis não conseguiu se expandir, iniciando e acabando por ali mesmo, ou seja, a ideia de insurreição camponesa não chegou até os camponeses do Combinado Agro – Urbano de Arraias que estavam empolgados com a implantação e o início do projeto.

No decorrer das entrevistas realizadas com os homens que viveram aquele momento, tentamos entrevistar suas esposas, as tentativas foram com as esposas do senhor Hastrogildo, Hagahús Araújo e Gesílio Carvalho, porém, as tentativas foram em vão, as três responderam praticamente a mesma coisa, que na época “não mexia com essas coisas” que “apenas cuidava da casa” e que a entrevista deveria ser feita apenas com seus maridos mesmo.

O senhor Clodomir Santos de Moraes acreditava que Núcleos das Ligas Camponesas próximo a camponeses de certa forma organizados era um espaço importante para os planos das Ligas Camponesas de Reforma Agrária na marra com apoio das massas populares. O senhor Tarzan de Castro por sua vez acredita que os projetos de Reforma Agrária por parte do Estado estavam mais para uma contra-revolução, para acalmar os ânimos dos camponeses, alguns esquecidos e estáticos politicamente, outros já se agitando num processo de cobrança do Estado por dias melhores. E por fim ambos, Ligas Camponesas em Dianópolis e Combinado Agro – Urbano de Arraias foram extintos pelos militares com o golpe civil-militar no ano de 1964, ou revolução de 1964, ou contra-revolução como alguns preferem.

5 CONSIDERAÇÕES

A pesquisa analisou duas propostas de reforma agrária debatidas, refutadas, implantada e não implantada bem como a proposta de revolução camponesa, a contra-revolução camponesa e o golpe de estado que ocorrera em consequência as movimentações políticas nacionais e regionais da época. Uma proposta de cunho reformista, por parte do Estado, sem muito enfrentamento com os grandes proprietários de terras, os latifundiários, e sem abalar as estruturas oligarcas dos rincões goianos, essa, implantada pelo então governador Mauro Borges, ao que tudo indica como uma contra-reforma revolucionária camponesa, ou seja, para acalmar os ânimos camponeses que surgiam em regiões isoladas de Goiás, e que aumentavam gradativamente.

A proposta de Mauro Borges, Estado de Goiás, vinha como um apaziguador de conflitos, implantar a reforma agrária com todo o controle do Estado onde já havia indícios de revoltas e insatisfações mais aguçadas pela posse da terra, com contestações que acusavam um certo descaso estatal. A agitação no estado era tão grande, que a pauta da reforma agrária foi uma das primeiras a serem colocadas em prática por Mauro Borges em seu governo, de norte a sul do estado rodeada de discursos calorosos de que as coisas iraram mudar para melhor e que o desenvolvimento estava a caminho.

A proposta que se começou a organizar pelos camponeses, a partir das Ligas Camponesas, a reforma agrária radical, baseada nos princípios da revolução cubana de 1959 e apoiada e financiada por Cuba, com reais mudanças nas estruturas e nos privilégios dos pequenos grupos oligárquicos. A estratégia era interiorizar campos de treinamento guerrilheiro pelo interior do Brasil onde eram escolhidos lugares remotos onde já havia um histórico de conflitos políticos, garimpos e luta pela terra.

Assim, com todo esse alvoroço no então imenso território goiano, marcados pelo esquecimento de camponeses pobres e explorados, mineiros, quilombos e tantos outros largados há própria sorte, as Ligas Camponesas viram em Goiás uma grande oportunidade de crescer e dar força ao movimento revolucionário pela terra. Lugar de grandes litígios agrários Goiás também estava geograficamente localizado numa posição estratégica, o centro do país, ao lado da Capital Brasília, entre o norte e o sul do país, Goiás era o território perfeito para concluir uma possível insurreição dos trabalhadores do campo ao poder.

A ideia de implantação de Campos de Treinamento baseados na revolução cubana foi o primeiro passo para instruir ideologicamente e taticamente os camponeses nos lugares esquecidos pelo grande desenvolvimento industrial do capital, era pra ser um trabalho

minucioso sem levantar suspeitas, disfarçados de investidores e longe dos grandes centros urbanos do litoral.

Políticos reformistas, nacionalistas democráticos ou centro esquerda e camponeses revolucionários eram dois grupos que trabalhavam em caminhos diversos, com objetivos semelhantes, diminuir a pobreza e as injustiças sociais do Brasil, porém eram vistos pela oposição oligárquica de extrema direita como estando do mesmo lado, pois dar qualquer chance de dignidade humana aos miseráveis do campo era vista como insurreição comunista que ameaçava a segurança nacional, e porque não dizer a “segurança patronal”.

Direitos trabalhistas, direitos humanos, distribuição de terras eram as ameaças veementes e o terror da burguesia nacional brasileira, que conchavados com os militares do alto escalão viam um Brasil em risco, em risco de melhorar para aqueles que estavam aquém do sistema de controle de privilégios que era rigorosamente monitorado por seus gozadores, num país que se defende privilégios e favores e se teme a igualdade social.

Houve duas contra-revolução, a contra-revolução pacífica proposta pelo próprio Estado comandado pelos nacionalistas, com proposta de reforma agrária implantada e controlada pelo Estado com o intuito de conter a agitação no campo, e com discurso de desenvolvimento. E a contra-revolução da contra-revolução, imposta pelos militares e apoiada pela elite burguesa brasileira, pautada na violência contra os direitos humanos, políticos e as garantias individuais e usando como justificativa o discurso do medo e do ódio, criando um inimigo fictício batizado de comunismo, contra os políticos da primeira contra-revolução, ou seja, os reformistas acusados de comunistas.

Mauro Borges iniciou seu projeto de reforma agrária, porém não teve chances de concluí-lo, pois antes mesmo de apresentar resultados concretos o então governador de Goiás foi destituído de seu cargo pelo golpe civil-militar de 1964. Assim também as Ligas Camponesas não tiveram a chance de concluir sua insurreição social com intuito de implantar o socialismo no Brasil através da reforma agrária, pois também foram barrados, ou banidos, pelo golpe civil-militar de 1964. O golpe civil-militar se consumou, em abril de 1964, patrocinado e apoiado pela burguesia brasileira, contra um inimigo fictício, contra os direitos individuais e a favor dos privilégios para poucos, dando continuidade a estrutura agrária do país até os dias de hoje.

As Ligas Camponesas foram literalmente extintas, decretadas as prisões de seus líderes tendo seus campos de treinamento invadidos e destruídos e os Combinados Agro – Urbanos implantados ou em fase de implantação simplesmente largados a própria sorte com a

retirada de toda a estrutura e respaldo por parte do aparelho do Estado, e mais tarde, já na década de 1980, com a entrega dos títulos das terras aos camponeses e a emancipação dos territórios dos Combinados Agro – Urbanos em municípios autônomos, concluindo e desarticulando qualquer chance de reforma agrária.

6 REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Iara Araújo (org.). **Hagahús Araújo: uma lição de cidadania**. Brasília: Ideal, 2003.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no nordeste**. Série Princípios. 2ª Edição. Editora ática: São Paulo, 1989.
- _____. Manoel Correia de. **1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?**. Coleção Repensando a História. São Paulo: Contexto, 1989.
- _____. Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.
- AIRLINERS. Disponível em: < <https://www.airliners.net/photo/Cruzeiro-do-Sul/Douglas-DC-3-414A/997839> > Acesso em: 24 de setembro de 2019.
- ATANÁSIO, Francisco Chagas O; ROCHA, Damião de Cosme de C. **Dentre lutas, lidas e labutas: Memórias e narrativas sobre o processo de formação das ligas camponesas no Piauí e suas experiências organizativas na “terra dos carnaubais” (Fazenda Matinhos/Campo Maior)**. Vozes, Pretérito & Devir Ano I, Vol. I, Num. I (2013) Dossiê Temático: Escritos sobre a história do Piauí. ISSN: 2317-1979. Disponível em: <https://docplayer.com.br/113247228-Palavras-chave-liga-camponesa-fazenda-matinhos-memorias-narrativas-keywords-peasant-league-matinhos-farm-memories-narratives.html> Acesso em: 20 de janeiro de 2020.
- Aviação Brasil. Disponível em: [https://aviacaobrasil.com.br/Cruzeiro do Sul Brasil/](https://aviacaobrasil.com.br/Cruzeiro_do_Sul_Brasil/) Acesso em: 24 de setembro de 2019.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- AYRES NETO, Abílio Wolney. **Movimento Comunista – Liga Camponesa, 1962**. Goiânia: Kelps, 2011.
- BANDEIRA, Moniz Luiz Alberto. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961 – 1964**. 6ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BORBA, Carlos Alberto Vieira. **A Questão Agrária No Governo Mauro Borges (1961 – 1964): As Ligas Camponesas Agitam A Luta Pela Terra Em Goiás**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307634841_ARQUIVO_Aquestaoagraria nogovernoMauroBorges_revisado .pdf Acesso em: 13 de junho de 2019.

BRASIL. Câmara Federal. **Decreto nº 55.082, de 26 de Novembro de 1964**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55082-26-novembro-1964-395904-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10 de abril de 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Mauro Borges**: Biografia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/1535/biografia> Acesso em: 18 de janeiro de 2020.

BRASIL. IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010.

BRASIL. Casa Civil. **Lei no 6.683, de 28 de agosto de 1979**: Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm Acesso em: 18 de janeiro de 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Pedro Ludovico Teixeira**: Biografia. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2193> Acesso em: 15 de abril de 2019.

BRASIL. Senado Federal. **1964**: pouco antes do golpe, reforma agrária esteve no centro dos debates no Senado. Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/24/1964-pouco-antes-do-golpe-reforma-agraria-esteve-no-centro-dos-debates-no-senado> Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Cancelamento de registro do Partido Comunista Brasileiro**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/julgados-historicos/cancelamento-de-registro-do-partido-comunista-brasileiro> > Acesso em: 28 ago. 2019.

BRITTO, Saimon Lima De.; LIRA, Elizeu Ribeiro. **As Ligas Camponesas na Região de Dianópolis – TO**: Uma proposta de Reforma Agrária na marra. In: LIRA, E. R. (Org.). Geografia Agrária do Tocantins: Campesinato, Latifúndio e Conflitos. Goiânia: Kelps, 2018. P. 245-259.

_____. **O Projeto de Reforma Agrária de Mauro Borges em Território Tocantinense em 1962**. In: V SIMPÓSIO NACIONAL: CIDADES, FRONTEIRA E TERRITÓRIO TRADICIONAL E VIII SIMPÓSIO DO NURBA. Porto Nacional: UFT, 2019. Anais Eletrônicos. Disponível em: <https://simposionurbauft.wixsite.com/nurba/anais-eletonicos> Acesso em: 05 de janeiro de 2020.

_____. **A Reforma Agrária e o Surgimento das Ligas Camponesas no Estado de Goiás entre 1960-1964**. In: IX SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E X SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – SINGA, 2019, Recife – PE. Anais Eletrônicos. Disponível em:

https://www.singa19.com.br/resources/anais/8/singa2019/1572400797_ARQUIVO_69444ddf53fce888f783129dc9f4062c.pdf Acesso em: 14 de maio de 2020.

CALIL, Wilson Romano. **Mauro Borges**: a intolerável decência de um político. 2ª Ed. Goiânia: Kelps, 2000.

CAMPOS, José Wilson Siqueira. **Estado do Tocantins**: Diagnóstico Sócio-Econômico-Administrativo (1989-1990). Palmas, 1990.

CASALECCHI, José Ênio. **O Brasil de 1945 ao Golpe Militar**. São Paulo: Contexto, 2002.

CASTRO, Tarzan de. **Tarzan de Castro**: vida, lutas e sonhos. Goiânia: Kelps, 2016.

CERVO, Amado Luiz; (at. al.). **Metodologia científica**. 6ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIAVENATO, Júlio José. **Violência no campo**: latifúndio e reforma agrária. 2ª edição. Editora Moderna: São Paulo, 2004.

CORREIA, Aldenora Alves. **Boa Vista do “Padre João”**: Tocantinópolis-Goiás. Goiânia: Casa Editora APLIC, 1977.

COSTA, Cléria Botelho da. **Posseiros e política - Goiás nos anos 60** Rev. hist. n.134 São Paulo jun. 1996. Geografia, 10, 1974, pp.227-300.

ESTADO DE GOIÁS. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. **Reformas Administrativas**: 4 décadas de transformações no Poder Executivo. Vol. 1. Goiânia: 2005. Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2011-07/quatro-decadas.pdf> Acesso em: 10 de junho de 2019.

ESTADO DE GOIÁS. Casa Civil. **Lei 4.039 de 6 de julho de 1962**: dispõe sobre a criação do IDAGO e dá outras providências. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1962/lei_4039.pdf Acesso em: 20 de abril de 2019.

ESTADO DE GOIÁS. Casa Civil. **Relação dos Governantes do Estado de Goiás – República**. Disponível em: <http://www.casacivil.go.gov.br/noticias/615-governantes-republica.html> Acesso em: 06 de janeiro de 2020.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. Org. **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964. Coleção O Brasil Republicano, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

- _____, Jorge. Org. **O Populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. Bauru-SP: EDUSC, 2003.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro, Vozes, 1987.
- IANNI, Octavio. A utopia camponesa. **Revista da Universidade de São Paulo**, nº 2, agosto de 1986, p. 103 – 118. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rusp/article/view/132121/128230> Acesso em: 8 de maio de 2020.
- JULIÃO, Francisco. **Cambão: a face oculta do Brasil**. Recife: Bagação, 2013.
- _____. Francisco. **Quê são as Ligas Camponesas?**. Coleção: cadernos do povo brasileiro. Vol. 1. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1962.
- KOTSCHO, Ricardo. **O massacre dos posseiros: conflito de terras no Araguaia-Tocantins**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Tradução de Willian Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- LIRA, Elizeu Ribeiro. (Org.). **Geografia agrária do Tocantins: campesinato latifúndio e conflitos**. Goiânia: Kelps, 2018.
- MACÊDO, Nertan. **Abílio Wolney, um Coronel da Serra Geral**. SC: Legenda Editora, 1975.
- MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: O impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.
- _____. José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. José de Sousa. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo, Pioneira, 1975.
- _____. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro, Vozes, 1984.
- _____. **Camponeses e Política no Brasil**. Rio de Janeiro. Vozes, 1986.
- _____. **Expropriação e Violência**. São Paulo, Hucitec, 1989.
- _____. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica a economia política: livro 1: o processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. – 2. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.
- MORAIS, Clodomir Santos de. **Historia das ligas Camponesas do Brasil**. Brasília: IATTERMUND, 1997.
- _____. **A Marcha dos Camponeses Rumo À Cidade**. Rondônia: Edufro, 2002.

_____. **Engenharia social na geração de emprego**: o reencontro elo perdido das reformas agrárias. Brasília: IATTERMUND, 1997.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Etc, Espaço, Tempo e Crítica: Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas**, 1º de Junho de 2007, nº 1(3), vol. 1. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_ensinoGeografia2016/racioc%EDnio%20geogr%Elfico%20-%20ruy%20moreira.pdf Acesso em: 7 de maio de 2020.

NATIVIDADE, Melissa De Miranda. **A Questão Agrária No Brasil (1961 – 1964)**: uma arena de lutas de classes e interclasse. 2013. 168 f. Dissertação Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2013. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1725.pdf> Acesso em: 22 de março de 2020.

NETO, Abílio Wolney Aires. **O Duro e a Intervenção Federal**: Relatório ao Ministro da Guerra. Goiás: Kelps, 2006.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Os anos JK**: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: O Brasil Republicano. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOTA, Márcia; ESTEVES, Carlos Leandro. **Ligas Camponesas**: história de uma luta (des) conhecida. Brasília, 2006. Disponível em:

[http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ligas%20Camponesas%20-%20hist%C3%B3ria%20de%20uma%20luta%20\(des\)%20conhecida%20-%20M%C3%81RCIA%20MOTTA%20E%20CARLOS%20LEANDRO%20Esteves%20-%202006.pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ligas%20Camponesas%20-%20hist%C3%B3ria%20de%20uma%20luta%20(des)%20conhecida%20-%20M%C3%81RCIA%20MOTTA%20E%20CARLOS%20LEANDRO%20Esteves%20-%202006.pdf) Acesso em: 22 de abril de 2020.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A agricultura camponesas no Brasil**. – Coleção Caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. Arioaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto 1993.

_____. Arioaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Arioaldo Umbelino de, e outros. **Território em Conflito, Terra e Poder**. Goiânia: Kelps, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. "A Economia Brasileira: Crítica da Razão Dualista". Seleções CEBRAP, 1, 1975, pp.25-32. "1º Congresso Operário-Estudantil-Camponês". Revista Brasiliense, 44, 1965, pp. 10-20.

- PALACÍN, Luís. **Coronelismo no extremo norte de Goiás: O Padre João e as três revoluções de Boa Vista**. Edições Loyola: São Paulo, 1990.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 30: as incertezas do regime**. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003. Disponível em: http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/3852/2003_pandolfi_anos_30_incertezas.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 06 de janeiro de 2019.
- PAULA, Dilma Andrade de. **As ferrovias no Brasil: análise do processo de erradicação de ramais**. Disponível em: <http://www.docutren.com/historiaferroviaria/Aranjuez2001/pdf/22.pdf> Acesso em: 12 de janeiro de 2020.
- PÓVOA, Osvaldo Rodrigues. **Quinta Feira Sangrenta**. Goiás: Líder, 1979.
- PRADO JUNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- RAMOS, Celina da Silva. **Meus Rabiscos**. 2ª edição. Combinado, 2018.
- ROCHA, Gilvan. **Meio Século de Caminhada Socialista**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.
- _____. **Vermelho Cor de Esperança: textos socialistas**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 1996.
- RODRIGUES, Lysias A. **O Rio dos Tocantins**. Goiânia, 1977.
- _____, Lysias A. **Roteiro do Tocantins**. 4ª Ed. Palmas: 2001.
- ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Aparecida Gonzales Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismo para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- _____, Milton. **Espaço e método**. 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- SOUSA, Ramses Eduardo Pinheiro De Moraes. **“Uma reforma agrária de baixo para cima”**: as Ligas Camponesas e o questionamento do Latifúndio em Teresina. XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e Diálogo Nacional. 22 a 23 de julho de 2013, Natal – RN. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371278026_ARQUIVO_textoRamsesANPHU14do06.pdf Acesso em: 20 de janeiro de 2020.
- STEDILE, João Pedro (org.). **História e natureza das ligas camponesas – 1954 – 1964**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- TEIXEIRA, Mauro Borges. **Estrutura agrária do governo Mauro Borges**. Brasília: cegraf, 1987.

_____, Mauro Borges. **Tempos idos e vividos: Minhas experiências**. 2ª Ed. Goiânia: Ed. Do autor, 2002.

_____, Mauro Borges. **Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás: 1961 - 1965**. Vol. 1, 2. Goiânia, 1961.

UWE, Flick. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Viação Aérea Rio-Grandense – Varig. Disponível em: < <https://www.varig-airlines.com/pt/c46.htm> > Acesso em: 24 de setembro de 2019.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964)**. In: O Brasil Republicano. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WAIBEL, Leo. Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás. **Revista Brasileira de Geografia**, Brasil, v. 9, n. 3, p. 3 – 32, 1947. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1947_v9_n3.pdf Acesso em: 10 de fevereiro de 2014.